

V.13 - ANO 2012

CÓGITO

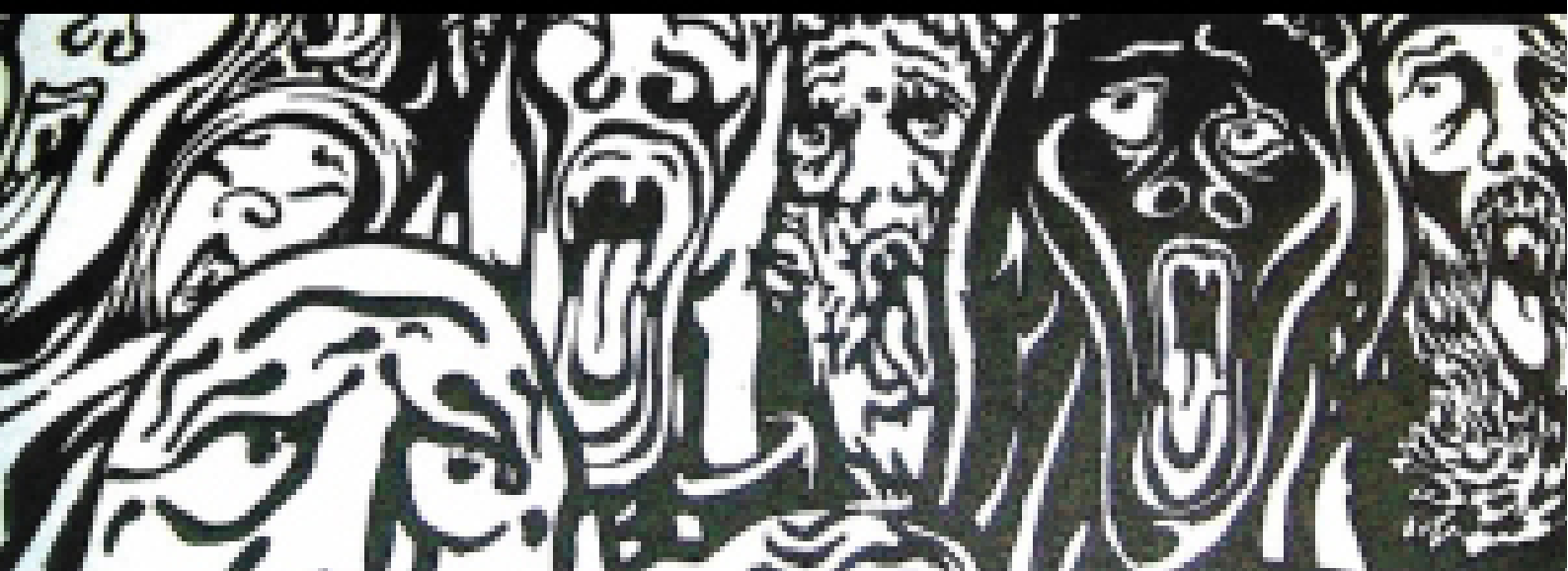
ISSN 1519-9479

PUBLICAÇÃO DO CÍRCULO PSICANALÍTICO DA BAHIA

CRIMINALIDADE

e

OUTROS TEMAS



Publicação anual em formato eletrônico

2012 - Salvador, BA

Volume 13

Indexada em Index Psi Periódicos (BVS-Psi)

Versão eletrônica disponível em:

Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia - PePSIC da Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia
(www.bvs-psi.org.br)

Círculo Psicanalítico da Bahia

<http://www.circulopsibahia.org.br/>

CÍRCULO PSICANALÍTICO DA BAHIA

Av. Adhemar de Barros, 1156 s/101 – Edifício Master Center
Fone/Fax: (071)3245-6015 – Salvador – Ba – 40170-110
circulopsi.ba@veloxmail.com.br www.circulopsibahia.org.br

MEMBROS

*Ajurimar Borges de Barros Sanches

Av. ACM, 811 / 1.309 - C. E. Joventino Silva - Itaigara CEP: 41350-000 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3358.4651

*Albenor Luiz Andrade Fonseca

Rua Metódio Coelho, 62 /406 - Cidadela Center - Candeal CEP: 40275-440 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3351.977

*Anabela Silva Queiroz

Av. Juracy Magalhães Junior, 768, Ed. RV Center, sala 303, R.Vermelho CEP: 41940-060 Salvador, Ba.
Fone: (71) 8785.3933

*Ana Lúcia Sampaio Fernandes

Av. ACM, 2501, sala 406, Ed. Profissional Center - Itaigara CEP: 40288-970 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3358.9807

*Cassandra S. Schaly

Av. Miguel Navarro y Canizares, 297, ap.1901 - Pituba CEP: 41820-210 Salvador, Ba.
Fones: (71) 3245.1071/9644.9610

*Carlos Pinto Corrêa

Rua Adhemar de Barros, 1.156 / 202 - Ed. Master Center - Ondina CEP: 40170-110 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3247.1813

*Cibele Prado Barbieri

Rua João das Botas, 185 / 310 - C.M. João das Botas - Canela CEP: 41110-160 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3245.6480

*Denise Maria de Oliveira Lima

Rua Clementino Fraga, 31, ap. 202 - Ondina CEP: 40170-050 Salvador, Ba.
Fone: (71) 9135.4807

*Djalma Silva Sant'Anna

Rua Altino Seberto de Barros, 241 / 408 - Ed. Memorial Itaigara CEP: 41905-620 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3350.6148

*Gabriel Ferreira Camara

Rua Apoeña, 108 - Cond. Aldeia Jaguaribe - Piatã CEP: 41680-230 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3367.0576/ 3203.4419/ 8877.0576

*Gildete Lino de Carvalho

Rua Arthur de Sá Menezes, 58, 3º andar - Pituba CEP: 41820-080 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3346.7095/ 8212.8422

*Luiz Fernando Pinto

Rua da Mangueira, 65 - Nazaré CEP: 40040-400 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3243.7517/ 9971.6680

*Maria Clarice Balleiro de Sá Adami
Rua Florianópolis, 196/602 - Barra CEP: 40140-320 - Salvador, Ba.
Fone: (71) 9146.2855

*Maria José Carballal
Av. Anita Garibaldi, 1.555 / 602 - C.M. Garibaldi - Ondina CEP: 40177-900 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3247.7200/ 9971.0158

*Maria Lúcia Mello
Rua Arthur de Sá Menezes, 58, 3º andar - Pituba CEP: 41820-080 - Salvador, Ba.
Fone: (71) 3346.7095/ 9191.7574

*Maria Luiza Amoedo Miguez
Rua Prof. Sabino Silva, 1077/902 CEP: 40155-250 Salvador Ba.
Fones: (71) 8771.2030

*Maria Thereza Velloso
Av. Reitor Miguel Calmon, 1.210 / 408 - C.M. do Vale - Canela CEP: 40110-100 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3237.0956/8809.3830

*Marli Piva Monteiro
Av. ACM, 1034, S/ 121-C, Ed. Pituba Parque Center - Itaipara CEP: 41825-000 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3359.2555/9133.5858

*Miriam Elza Gorender
Rua Marques de Caravelas, 217, ap. 901 - Barra CEP: 40140-241 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3247.5435

*Rosana Laura Martins Velloso
Rua Eduardo José dos Santos, 147/ 212 C.I.S.Prof. F. Filgueiras - Garibaldi CEP. 41940-455 Salvador, Ba.
Tel.: (71) 3335.4749/ 8871.1311

*Sônia Guiomar Martins Seixas
Av. Tancredo Neves nº 602, sala 1113 - Caminho das Árvores CEP. 41820-020 Salvador, Ba.
Tel. 55-71-3452.4559/ 8213.1967

*Tarcisio Matos de Andrade
Av. Tancredo Neves, 1.632 /1.004 Ed. Trade Center - Caminho das Árvores CEP: 41820-020 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3113.1414

*Terezinha de Jesus Duarte Guimarães
Rua Barão de Loreto, 654, sala 403 - C.M. Centenário - Graça CEP: 40150-270 Salvador, Ba.
Fone 971) 3328.9588

*Vera Mendes da Costa Neves
Rua Arthur de Sá Menezes, 58, 3º andar - Pituba CEP: 41820-080 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3346.7095

*Virgínia Lúcia Brito Silva
Rua Cláudio Manoel da Costa, 220 - Canela CEP: 40110-180 Salvador, Ba.
Fone: (71) 3247.6024

Círculo Brasileiro de Psicanálise

Av. N. S. de Copacabana, 769 Grupo 504 - Copacabana
22050-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2236-0655 FAX : (21) 2236-0279
cbp_br@ig.com.br www.cbp.org.br

Instituições Filiadas

Círculo Brasileiro de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro – CBP-RJ

Av. N. S. de Copacabana, 769 Grupo 504 - Copacabana
22050-000 - Rio de Janeiro/RJ Tel.: (21) 2236-0655 FAX : (21) 2236-0279
cbp.rj@openlink.com.br cbp.rj@openlink.com.br

Círculo Psicanalítico da Bahia – CPB

Av. Adhemar de Barros, 1156 s/101 – Edifício Master Center
40170-110 – Salvador/BA
Tel.: (71) 3245-6015
circulopsi.ba@veloxmail.com.br www.circulopsibahia.org.br/

Círculo Psicanalítico de Minas Gerais – CPMG

Rua Maranhão, 734/3o.andar - Sta. Efigênia
30150-330 - Belo Horizonte/MG
Tel./Fax: (31) 3223-6115
cpmg@cpmg.org.br www.cpmg.org.br

Círculo Psicanalítico de Pernambuco – CPP

R. Desembargador Martins Pereira, 165 - Rosarinho
52050-220 – Recife/PE
Tel.: (81) 3242-2352 Fax :3242-2353
circulopsicanaliticope@yahoo.com.br www.circulopsicanaliticope.com.br

Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul – CPRS

R. Senhor dos Passos, 235/1001
90020-180 – Porto Alegre/RS
Tel.: (51) 3221-3292
cprs@cpovo.net www.cbp.org.br/cprs

Círculo Psicanalítico de Sergipe – CPS

Praça Tobias Barreto, 510/1208 – São José
49015-130 – Aracaju/SE
Tel.: (079) 3211-2055
cps@infonet.com.br www.cbp.org.br/sergipe

Sociedade Psicanalítica da Paraíba – SPP

Rua Severino Massa Spinelli, 167 - Tambaú
58030-210 - João Pessoa/PB
Tel.: (83)224-0683 / 244-7270
sppb@uol.com.br www.sppb.com.br

Nº 13 – 2012
Salvador- BA
Publicação em formato eletrônico

Visualização on-line em:
www.circulopsibahia.org.br
www.bvs-psi.org.br

Diretoria Gestão 2011/2012

Presidente

Miriam Elza Gorender

Vice - Presidente

Gildete Lino de Carvalho

Secretaria

1ª. Secretária: Virgínia Lúcia Britto Silva

2ª. Secretária: Maria Lúcia Guedes Machado Mello

1ª. Tesoureira: Maria José Carballal

2ª. Tesoureira: Ana Lúcia Sampaio Fernandes

Comissão de Ensino

Miriam Elza Gorender

Comissão Científica

Carlos Pinto Corrêa

Comissão Editorial e de Intercâmbio

Carlos Pinto Corrêa

Vera Mendes da Costa Neves

Cassandra S Schaly

Coodenação da Clínica Social

Maria Clarice B. de Sá Adami

Delegados do CBP

Carlos Pinto Corrêa

Miriam Elza Gorender

Revisão

Solange Mendes da Fonseca

Capa

Cibele Prado Barbieri

Imagem da capa

Karel Capek Bilá Nemoc
(colhida na Internet)

Projeto Gráfico

Diagramação e Paginação

Editoração Eletrônica na

metodologia SciELO

Cibele Prado Barbieri

FICHA CATALOGRÁFICA

Cógito / [publicação do Círculo
Psicanalítico da Bahia].
nº 13 Salvador: 2012
Anual
ISSN 1519-9479
1.Psicanálise - Bahia -
Periódicos
I.Título
CDU 159.964.2 (814.2) (05)

SUMÁRIO

07 EDITORIAL

08 OS ENIGMAS DA CRIMINALIDADE À LUZ DA PSICANÁLISE

THE CRIMINALITY'S PUZZLES UNDER THE PSYCHOANALYSIS' LIGHTS

Cibele Prado Barbieri

22 A CRIMINALIDADE NA PERVERSÃO: DE SADE À AIDS

CRIME IN PERVERSION: FROM SADE TO AIDS

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

27 NOVOS DESAFIOS PARA A PSICANÁLISE

NEW CHALLENGES TO PSYCHOANALYSIS

Marli Piva Monteiro

32 A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA CRIMINAL NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL

THE IMPORTANCE OF PSYCHOLOGY IN POLICE INVESTIGATION

Cristóvão de Melo Goes Júnior

41 EXTERNALISMO, LINGUAGEM PRIVADA E OS CHISTES COMO FORMAÇÃO DO INCONSCIENTE NA TEORIA PSICANALÍTICA

EXTERNALISM, PRIVATE SPEECH AND WIT HOW THE FORMATION OF THE UNCONSCIOUS IN PSYCHOANALYTIC THEORY

Rui Maia Diamantino

47 KAIRÓS - FRAGMENTOS DE UMA VIAGEM AO CAOS

FRAGMENTS D'UNE VOYAGE AUX CAOS

Maria Lúcia Martins

53 O PAPEL DA DROGA PARA O SUJEITO NO MAL-ESTAR DA CIVILIZAÇÃO ATUAL

THE ROLE OF DRUGS FOR A DISCONTENT SUBJECT IN TODAY'S CIVILIZATION

Gabriel Câmara

58 O TABU DOS POVOS PRIMITIVOS E O ESTIGMA DAS SOCIEDADES ATUAIS: AS DUAS FACES DE UM MESMO FENÔMENO PSICANALÍTICO E SOCIOLÓGICO

THE TABOO OF PRIMITIVE PEOPLES AND THE STIGMA OF PRESENT-DAY SOCIETIES: THE TWO ASPECTS OF THE SAME PSYCHOANALYTIC AND SOCIOLOGIC PHENOMENON

Ricardo Henrique de Sousa Araújo e Joice Cavalcante Andrade

63 LEIA NA MINHA CAMISA

READ IN MY T-SHIRT

Anna Amélia de Faria

68 O MOISÉS DE FREUD: ENTRE O SUBLIME E A SUBLIMAÇÃO

THE MOSES BY FREUD: BETWEEN SUBLIME AND SUBLIMATION

Guilherme Massara Rocha

76 COGITO E SIMULACRO

CÓGITO AND SIMULACRUM.

Miriam Gorender

81 NORMAS DE PUBLICAÇÃO

EDITORIAL

Diferentemente da linha editorial seguida nos últimos números da Cógito, este volume não foi projetado para privilegiar nenhum tema em especial, nem tampouco os trabalhos apresentados em uma jornada específica, como sempre foi a vocação principal da revista: divulgar a produção das jornadas.

Os variados temas aqui reunidos refletem um momento especial e o esforço dos trabalhadores decididos a contribuir com a expansão da reflexão psicanalítica em sua articulação com outros discursos.

Para isso, encontramos colaboradores, a quem agradecemos, que se dispuseram a partilhar conosco seus frutos, compondo, assim, uma coletânea na qual o leitor poderá encontrar desde o tema da criminalidade até as questões relativas à sublimação e à estética. Apesar da variedade, como se poderá notar na sequência dos textos, um substrato comum perpassa a todos, como não poderia deixar de ser quando se fala a partir do ponto de vista psicanalítico - a subjetividade.

Aqui tratada de uma forma "ex-cêntrica", ela vai aparecer em cada articulação proposta pelos autores, nas questões eminentemente presentes na contemporaneidade, como: a criminalidade e a importância da psicologia criminal; o suicídio na forma do "homem-bomba", cada vez mais frequente na atualidade; o estigma social; a sublimação, o saber, o "externalismo" de Putnam; os corpos como mural expressivo; a toxicomania; a irrealidade do Cógito como marca da relação do sujeito com o mundo. Todos estes temas nos levam a tecer relações com a subjetividade.

Além da diferença já apontada, outros motivos me levam a considerar este volume 13 como a expressão de um momento diferenciado na trajetória da Revista e do Círculo Psicanalítico da Bahia. Um deles é que desejo tomá-lo como veículo de uma homenagem à nossa amiga e colega que até aqui esteve presente como protagonista e testemunha do percurso desta instituição – Eny Lima Iglesias – que muito em breve se transferirá para outras terras, deixando mais uma falta nesse grupo.

Lembramos quantos dos seus textos compuseram os volumes da Cógito, quantas de suas participações em jornadas, congressos, núcleos de estudos e turmas de formação do Círculo - Brasileiro e da Bahia - enriqueceram o nosso saber. Jamais poderemos esquecer o papel fundamental que Eny desempenhou na história e no percurso do Círculo Psicanalítico da Bahia, sempre presente e generosa em sua disposição de colaborar em qualquer empreitada necessária. Seu nome e seu legado de trabalho institucional e profissional estão gravados nesses 40 anos de existência, através da sua participação constante e incansável, não apenas nas atas institucionais, mas principalmente nas referências pessoais de tantos analistas que foram seus analisantes e de tantos alunos desta instituição que com ela se iniciaram nesse ofício.

Pessoalmente, gostaria de agradecer a Eny Iglesias todo o incentivo e o apoio com os quais contei nesses anos em que trabalhei nesta publicação, assim como nas outras tantas atividades que desempenhei dentro do Círculo Psicanalítico da Bahia com a sua amigável parceria.

Cibele Prado Barbieri

Os enigmas da criminalidade à luz da psicanálise

Cibele Prado Barbieri*

Palavras-chave: criminalidade; psicanálise; subjetividade; crime paranoico; crime perverso; contemporaneidade.

Resumo

O texto, dirigido a um público leigo em relação à teoria psicanalítica, se propõe a esclarecer numa linguagem acessível ao leitor, questões relativas à criminalidade que parecem obscuras ou enigmáticas. Começando pela questão da própria subjetividade, como um assunto supostamente enigmático, a autora pretende abarcar o fenômeno da criminalidade, situando-o numa perspectiva estruturalista, com o objetivo de diferenciar a dinâmica subjetiva subjacente aos vários tipos de crime, propondo assim a possibilidade de um entendimento da lógica do ato criminoso.

INTRODUÇÃO

Quando olhamos retrospectivamente o percurso da civilização a partir de seus primórdios, observamos que as maiores criações humanas têm sua origem na luta pela sobrevivência, em primeiro lugar, e pelo prazer, em seguida. A busca de respostas para a morte, a existência, a natureza, o nascimento, o amor, a feminilidade e tantos outros temas enigmáticos levaram o ser humano a uma transformação radical em relação aos modos e meios de viver e de pensar.

Ella Sharpe, num artigo de 1929¹, dá testemunho disso quando estabelece uma relação entre as pinturas pré-históricas feitas nas paredes das cavernas com a criação artística e científica do homem moderno em que a motivação subjacente continua sendo a mesma, segundo ela. A arte e a ciência são o resultado da tentativa de entender e dominar o real inapreensível da morte, desde o homem primitivo. A evolução a partir das pinturas rupestres para outras formas de representação e expressão, passando pelas cenas de danças onde aparecem personagens mascarados, precursoras dos rituais funerários egípcios, pode ser rastreada até a arte teatral e cinematográfica do século XXI. Podemos acrescentar e afirmar que os enigmas que a morte suscita e o prazer que se obtém ao decifrá-los estão na raiz dos desenvolvimentos intelectuais do ser falante.

Quanto mais resistente a decifração, mais longe o enigma nos leva, tanto em produções teóricas quanto em transformações da própria visão de mundo e, conseqüentemente, da subjetividade humana.

A psicanálise é também um produto disso. O caráter enigmático do sofrimento histérico levou Freud a conceber o conceito de inconsciente em torno do qual se construiu uma concepção sobre uma economia psíquica capaz de engendrar e abrigar uma subjetividade que, ao mesmo tempo, dela se encarrega, gerando efeitos de significação no ser falante. Particularmente e como consequência, disso resultou o efeito de que esse ser falante será constantemente compelido ao questionamento, numa busca incessante de sentido para tudo aquilo que se apresenta como inominado e, portanto, enigmático. O discurso produz discurso, e o sentido tem seu gozo próprio. O enigma é uma questão em aberto, implica a polissemia e, por isso, convoca a produção de novos discursos que possam dela dar conta.

Se a morte própria é tradicionalmente predicada como enigmática, na medida em que nenhum ser pode conceber e, principalmente, prever, evitar ou impedir o momento de sua morte, a morte do outro, ao contrário, é facilmente concebida desejada, planejada e até exigida quando certas condições, inclusive algumas delas supostamente banais, se configuram. Para explicar as origens do respeito ao

*Psicanalista. Membro do Círculo Psicanalítico da Bahia. Psicóloga (UFRJ/UFBA).

Endereço para correspondência: R. João das Botas, 183 s/ 310 Canela - Centro Médico João das Botas. Salvador, Bahia CEP 40110-160; (71)91316541 barbieri.cibele@gmail.com

próximo, Freud elabora um mito – Totem e Tabu² – cujo ponto de partida é o assassinato de um pai primitivo todo poderoso cujo resultado é um pacto baseado na introdução da lei, o tabu, e da nomeação simbólica, o totem. O mito propõe a fundação do campo simbólico através das leis da linguagem como fundamento da civilização.

Isto significa que, ao contrário do que geralmente se pensa, matar o semelhante parece ter sido em algum momento da trajetória humana algo tão natural, corriqueiro e frequente, que exigiu a emergência de uma lei pacificadora. Para alguns pensadores da cultura, essa norma primordial, instauradora da civilização, teria sido "Amarás ao próximo como a ti mesmo". Partindo da noção de amor como estratégia unificadora, essa condensação afirmativa imperativa tem como efeito uma série de interdições que – na forma de imperativo negativo, como "não matarás", "não roubarás", "não desejarás..." – compõem o pacto que pretende nortear as relações, preservando a humanidade de si mesma. No entanto, ao mesmo tempo em que se inaugura a lei, cria-se a transgressão: o crime, como tal.

É sobre o fundo do declínio paterno e da decomposição da família que a questão do direito e da justiça intervém na sua tensão com o supereu individual. O direito é primeiro, e o crime lhe é relativo antes de sê-lo o criminoso. Lacan se remete, nessa ocasião, à palavra de São Paulo: não existe pecado antes da lei. (COTTET, 2009. p.01).

Quando relemos o mito de "Totem e Tabu" – escrito em 1912 –, sob a égide das idéias propostas em "Além do Princípio do Prazer",

de 1920, podemos compreender que, no pensamento freudiano, *Eros*, a pulsão de vida, produz a barragem do gozo de Tánatos, a pulsão de morte. Isto quer dizer que a entrada em jogo de *Eros* – gozo regulado pela lei que inclui o do sentido e da linguagem, no âmbito do simbólico –, possibilita a operação de inscrição daquilo que, no circuito da pulsão de morte, não se inscreve e, silenciosamente, se expressa em efeitos mortificadores de gozo, como a repetição.

O que pode permanecer enigmático a esse respeito é porque uma lei que, em seu caráter universal, permanece viva e presente nos fundamentos dos discursos normativos da moral e da ética até nossos dias, não foi substituída, não foi anulada em favor de nenhuma outra e não se perdeu na imensidão da reflexão filosófico-teológica existente. E, além disso, porque ela não extinguiu o desejo de matar, de torturar, extorquir, explorar, abusar dos frágeis, corromper, traficar, roubar, etc., apesar de todas as sanções que de sua subversão advém. Se a instituição das leis foi eficaz em barrar alguns impulsos – como assinala Freud em relação ao canibalismo³, que só faz breves e esparsas aparições nas estatísticas criminalísticas e nos filmes policiais ou de *suspense*, que exploram nosso horror –, não se pode dizer o mesmo em relação a outras formas de extermínio como os genocídios, as guerras e as armas de destruição em massa que pululam ameaçadoras do equilíbrio instável entre poderosas nações, como a história recente nos revela.

Convenhamos que, se esta lei permitiu recalcar alguns sucedâneos do desejo de matar, mesmo assim ela não impediu que, abrigados pelos mais diversos motivos – ideais estéticos, ideologias protecionistas,

¹ Trabalho lido no XI Congresso Internacional de Psicanálise, Oxford, 1929, e publicado no *International Journal of Psychoanalysis*, v. XI, p.12-23 1930.

² Cf. FREUD, S. Totem e Tabu [1912-1913]. In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. XIII, CD-ROM.; Além do Princípio do Prazer [1920], op. cit., v. XVIII.

³ Em "O futuro de uma ilusão" (1927), entre outros artigos em que Freud explora este ponto, ele diz: "[...] com as proibições que as estabeleceram, a civilização - quem sabe há quantos milhares de anos? - começou a separar o homem de sua condição animal primordial. Para nossa surpresa, descobrimos que essas privações ainda são operantes e ainda constituem o âmago da hostilidade para com a civilização. Os desejos instintuais que sob elas padecem, nascem de novo com cada criança; há uma classe de pessoas, os neuróticos, que reagem a essas frustrações através de um comportamento associal. Entre esses desejos instintuais, encontram-se os do canibalismo, do incesto e da ânsia de matar. Soa estranho colocar lado a lado desejos que todos parecem unânimes em repudiar e desejos sobre os quais existe tão vívida disputa em nossa civilização quanto a sua permissão ou frustração; psicologicamente, porém, é justificável proceder assim. Tampouco, de modo algum é uniforme a atitude da civilização para com esses antigos desejos instintuais. Apenas o canibalismo parece ser universalmente proscrito e – para a opinião não psicanalítica – ter sido completamente dominado" (FREUD, S. *Edição eletrônica brasileira...*, op. cit., v. XXI).

interesses de poder econômico e religioso –, representantes, governantes ou indivíduos autônomos se outorgassem todos os direitos de vida e morte sobre seu próximo no mais puro estilo sadiano⁴. Mas, para além dos assassinatos hediondos, em série e em massa, se pensamos também nos atos terroristas e na repetição desenfreada de atos infracionais no dia a dia, temos a impressão de uma exacerbação da criminalidade que leva à seguinte pergunta: a ausência de diminuição da criminalidade, como seria de se supor em sociedades "jurídica e moralmente evoluídas", pode ser atribuída ao incremento numérico de sujeitos: "acivilizados", não civilizados, fora da lei? Psicóticos? Ou estruturalmente perversos? Será que nossa sociedade caminha para uma generalização da perversão, uma caracterização social baseada em subjetividades portadoras de traços de caráter predominantemente perversos?

Para responder a essas perguntas, é necessário, mas não suficiente - pois não basta -, remeter o leitor a alguns textos de Freud, tais como a sua carta resposta à pergunta de Einstein sobre o porquê das guerras (1932), "O mal-estar na civilização"(1929) , "O futuro de uma ilusão"(1927), somente para citar alguns diretamente ligados a este tema, pois a maldade humana apenas nos introduz no tema da criminalidade. A questão é muito mais complexa e necessitamos abordar alguns pontos fundamentais para nela avançar.

○ ENIGMA DA FEROCIDADE DO SER

Primeiramente, partindo deste ponto – mesmo que pacífico –, devemos fundamentar essa elaboração esclarecendo que

compartilhamos, pois não há como negá-la, a ideia de Freud desenvolvida ao longo de sua obra e, em especial, nos textos acima mencionados a respeito da ferocidade do homem, tão bem descrita e ratificada por Lacan, quando trata da criminalidade:

A ferocidade do homem em relação a seu semelhante ultrapassa tudo o que podem fazer os animais [...] Mas essa própria crueldade implica a humanidade. É um semelhante que ela visa, mesmo num ser de outra espécie. Nenhuma experiência sondou mais que a do analista, na vivência, a equivalência de que nos adverte o patético apelo do Amor – é a ti mesmo que atinges – e a gélida dedução do Espírito: é na luta mortal de puro prestígio que o homem se faz reconhecer pelo homem. (LACAN, 1998, p.148-149).

Bem antes disso, porém, utilizando o modelo do "estádio do espelho" (LACAN, 1998), ele tomava a agressividade enquanto impulso destrutivo que se expressa na relação com o outro desde a mais tenra infância, em anterioridade, inclusive, à completa constituição da subjetividade, quando o *infans* entra no dilema "ou eu, ou ele". Esta tese não foi derrubada e permanece válido pensar a agressividade no plano dual e imaginário.

Diante da possibilidade de corte na relação dual que estabelece com a mãe, pela entrada em jogo de outro elemento – que pode ser outro bebê, o pai e até a sua própria imagem no espelho considerada como outro devido ao desconhecimento e à própria inexistência do eu integrado -, a agressividade emerge como momento fecundo na constituição do eu, da alteridade e da subjetividade. A relação dual, fundada na imagem,

se configura como condição privilegiada para o desenvolvimento da reação agressiva em resposta ao desamparo original do ser, que convoca a angústia e exige uma ação protetora e preventiva. Podemos neste ponto articular a motivação paranoica, na medida em que é a partir da imagem de um outro (a – a') e da mensagem que vem do Outro (A) que o eu poderá se constituir em sua singularidade em relação a uma alteridade. Entretanto, no que imaginariamente este outro lhe corresponde, pois é a partir dele que o sujeito se constitui como tal, *é a ti mesmo que atinges* ao visar o outro, como fica implícito na fórmula: Amarás o próximo como *a ti mesmo*.⁵

Quando me dirijo ao outro, eu o invoco como próximo, busco nele algo que corresponde a minha existência. Então, "Amarás o próximo como a ti mesmo" não quer dizer "como ao teu eu" [...], trata-se de algo inerente ao meu ser. (VEGH, 2005, p.93).

Essa destrutividade, crueldade, ferocidade do humano – *"É um semelhante que ela visa, mesmo num ser de outra espécie"*, devemos repetir sublinhando –, pode ser dirigida ao próximo, ao íntimo ou a um ser que o represente, dá no mesmo; é parte integrante do montante de possibilidades constitutivas do ser, que Freud ordenou em uma sequência de narcisismo, autoerotismo e caráter perverso-polimorfo da sexualidade infantil, a ser elaborado pela educação, pelas regras sociais, para se adequar aos parâmetros civilizatórios.

Para Freud, não é somente o crime literário: é o crime universal, mítico, mas real mesmo assim – o assassinato do pai é o fundamento da sociedade. Logo, isto quer dizer

que para Freud a possibilidade do criminoso está presente em cada um de nós. É necessário, por conseguinte, a normatividade edipiana, de alguma maneira, que canalize ou que apague o criminoso em nós. (COTTET, apud ALMEIDA, 2008, p.09-10).

Posto isto, desvanece-se de saída o suposto enigma da criminalidade em relação com a maldade humana, que a própria lei do amor pressupõe, instaurando-a como prévia. Em outras palavras, se o ser fosse afeito ao amor, não necessitaríamos um imperativo que o convocasse a amar. Se o ser não tendesse ao ato criminoso, não necessitaríamos interditar todos os atos que estabelecemos como danosos à convivência através de leis cada vez mais específicas a cada ato. O sujeito sempre busca as brechas na lei para satisfazer seu intento de descarregar, direta e livremente, suas pulsões.

Mas isso não quer dizer que necessariamente todo indivíduo será criminoso ou que haja um tipo irremediavelmente assassino "por natureza" como pensava Cesare Lombroso, que publicou em 1876 sua tese positivista sobre "O homem delinquente". A tese postula a delinquência e a criminalidade como uma tendência inata cuja vertente seria a "personalidade criminosa" e "o criminoso nato"; como se os seres humanos nascessem dotados de uma personalidade e de um caráter formados e que alguns deles já teriam a tendência criminosa inata. A consequência mais direta de tal tese é que ela descriminaliza o sujeito, eximindo-o de qualquer livre-arbítrio, ao negar qualquer influência da subjetividade no ato criminoso, que passa ao registro do "acaso", da herança genética, do "excluído da vontade do sujeito". Além disso, outra consequência não menos

importante é que essa tese iguala todos os autores e atos criminosos, apagando toda e qualquer especificidade que possa haver nesses sujeitos e em seus atos. A psiquiatria francesa seguiu seus passos até que os desenvolvimentos psicanalíticos esclarecessem a lógica do suceder psíquico, subjetivo, introduzindo uma significação, uma possibilidade de interpretação e compreensão do ato criminoso baseadas em motivações – que poderiam ser desconhecidas ou enigmáticas na medida em que permanecessem inconscientes, mas que obedeciam a uma lógica particular –, restituindo ao sujeito a responsabilidade pelo seu ato.

A intervenção da psicanálise introduz um novo olhar sobre a especificidade e a responsabilidade de cada sujeito em seu ato, pois "o ato, seja o criativo ou o delituoso, é a tentativa, algumas vezes bem-sucedida, de fazer passar ao âmbito do discurso aquilo que não cessa de não se inscrever. Isto justifica a afirmação de Freud a respeito do 'criminoso por sentimento de culpa' que realiza o ato delituoso para ligar a culpa a algo, para inscrever em outro registro a sua culpa muda, efeito da pulsão de morte"⁶ (BARBIERI, 2008b, p. 181).

O trabalho analítico trouxe então a surpreendente descoberta de que tais ações eram praticadas principalmente por serem proibidas e por sua execução acarretar, para seu autor, um alívio mental. Este sofria de um opressivo sentimento de culpa, cuja origem não conhecia, e, após praticar uma ação má, essa opressão se atenuava. Seu sentimento de culpa estava pelo menos ligado a algo. Por mais paradoxal que isso possa parecer, devo sustentar que o sentimento de culpa se encontrava presente antes da

⁴ De acordo com a máxima sadiana, segundo Lacan, citada mais adiante ao tratarmos do enigma do crime perverso.

⁵ Os grifos são meus.

⁶ Este tema foi abordado originalmente num texto de 1999, para o 2º Congresso Internacional do Colégio de Psicanálise da Bahia, Que culpa tem o eu? In: PERES, U. T. (Org.). *Culpa*. Salvador: Escuta, 2001. Posteriormente, foi revisado e ampliado com alguns recortes clínicos para a VII Jornada do Campo Psicanalítico e IV Jornada da Escola dos Fóruns do Campo Lacaniano, Salvador (2007), publicado em: GERBASE, J. (Org.) *Avatares do supereu*. Salvador: Campo Psicanalítico, 2008b.

ação má, não tendo surgido a partir dela, mas, inversamente - a iniquidade decorreu do sentimento de culpa. Essas pessoas podem ser apropriadamente descritas como criminosas em consequência do sentimento de culpa. A preexistência do sentimento de culpa fora, naturalmente, demonstrada por todo um conjunto de outras manifestações e efeitos. (FREUD, [1916], v.XIV, Cap. III).

Entretanto, o "criminoso por sentimento de culpa" em nada se iguala ao criminoso perverso, por exemplo, que o é na medida em que nele a culpa se abstém, pois dela arditosamente se desembaraça com seus recursos discursivos.

Como sabemos a partir das descobertas psicanalíticas, na medida em que é próprio da perversão, enquanto estrutura, visar, em seu próprio fundamento, justamente o avesso da interdição - a contestação e o desmentido da regra -, não é para surpreender que o ato delinquente ou criminoso encontre sua justificativa na maneira como o perverso o organiza, tornando nula a norma. Será que devemos pensar, então, que todo crime visa unicamente a subversão da norma, ou seja, que tomemos o crime apenas na concepção de ato que satisfaz um desejo proibido ou alivia um sentimento inconsciente de culpa?

Por outro lado, encontramos na literatura a concepção, não menos radical, que postula como causa mais geral dos atos criminosos a constituição psicótica do autor. É certo que a motivação psicótica radica ainda menos na culpa e mais na certeza de que é o perseguidor que obriga ao ato. Talvez por isso, na concepção de especialistas como Zagury⁷, eles sejam considerados como uma medida defensiva contra a

precipitação do surto psicótico. Para os psicanalistas, ao contrário, tais atos decorrem do desencadeamento psicótico já instalado; o ato não é causa, é efeito do delírio persecutório.

É por isso que Marie-Laure Susini (2006) destaca o autor e não o crime, pois, para cada uma dessas estruturas, para cada um desses sujeitos, encontraremos diferentes modalidades de crimes decorrentes de sua relação com o desejo, o gozo e o Outro⁸. O crime de massa, o assassino em série, o crime paranoico ou o crime perverso não são produtos de uma mesma e única estrutura subjetiva, como queria Lombroso.

Patrick Almeida: De que maneira a psicanálise lacaniana pode contribuir para o estudo da criminologia atualmente?

Serge Cottet: Primeiro aprofundando a teoria da psicose e aplicando-a ao crime do qual Lacan não fala. A especialidade de Lacan é o crime paranóico - não é o crime perverso, não é o crime de massa. Mas podem ser encontrados, em outros momentos do ensino de Lacan, conceitos diferentes desses dos anos 30, como o conceito de objeto *a*, de extração do objeto *a*, de passagem ao ato etc.⁹ O conceito essencial, porém, dos anos 30 era o de "autopunição"¹⁰: *o criminoso atinge ele mesmo¹¹ em todo desconhecimento¹²*.

Imediatamente, deixa-se de lado todo um setor da criminologia, como crimes perversos, crimes de massa, crimes imotivados, ou esquizofrênicos de Guiraud¹³ (já presente na época). Devem-se descobrir na obra de Lacan conceitos novos que permitam

pensar estes atos para-além do narcisismo suicida, além de uma concepção do crime como estádio do espelho¹⁴. Exemplo: o livro de Francesca Biagi-Chai¹⁵ sobre Landru¹⁶. (COTTET, apud ALMEIDA, 2008, p.13)¹⁷.

Serge Cottet (apud ALMEIDA, 2008, p.09) nos relembra que a criminalidade foi o objeto da primeira tese de Lacan, que "começou a sua carreira de psiquiatra pela criminologia, uma vez que sua tese de medicina é sobre o ato criminoso": o caso Aimeé, que se tornou célebre na França e paradigmático para a psicanálise¹⁸.

Partiremos, seguindo a sugestão de Cottet, do crime paranoico como Lacan o propõe. Mas, antes, devemos esclarecer a que nos referimos quando utilizamos uma nomenclatura baseada em definições das estruturas subjacentes aos modos de funcionamento que, absolutamente, não são aleatórios, mas, antes, fundados em pilares estruturais.

Chamamos a atenção para o fato de que muitos dos nomes que usamos não figuram mais na Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, criada pela Organização Mundial de Saúde, desde quando a psiquiatria passou a adotar termos cada vez mais referidos ao quadro sintomático, em oposição à psicanálise, que entende o fenomênico como efeito da estrutura subjetiva (apud BARBIERI, 2008a, p 282-299).

○ ENIGMA DA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA

A partir da formulação da dinâmica edípica, Freud diferenciou três mecanismos que respondem a três modos específicos de

articular a relação entre o sujeito e seu gozo, que definem diferentes constituições subjetivas. Lacan (em sua fase estruturalista, depois dos anos 50) retoma estes três modos como configuradores da estrutura do sujeito e vincula, a cada um deles, uma das três grandes estruturas clínicas: neurose, psicose e perversão.

Die Verdrangung, o recalçamento, é o mecanismo mais eficaz para conter a satisfação pulsional e consiste em tornar inconsciente a representação ideativa (significante, representante representativo) da pulsão. Resultado: **Neurose**.

Die Verwerfung, que Lacan traduziu por *forclusion*, em português, forclusão, que quer dizer a rejeição da representação (colocar fora, em oposição à inclusão do significante), promovendo a colocação desse representante fora das cadeias de significação. O efeito disso é a configuração de lacunas no campo do sentido. É o mecanismo próprio da **Psicose**.

Die Verleugnung, que significa uma recusa (da realidade) e implica a negatização de uma representação, no sentido de que, ao contrário dos outros dois mecanismos, não expõe o significante da consciência, nem do campo das significações, mas apenas nega sua efetividade, sua veracidade. Freud dirá, no "Esboço de Psicanálise" ([1938]1940), que esse mecanismo responde especificamente à descoberta da castração feminina e está presente nas várias formas de perversão. A fórmula seria: a mulher não tem falo mas, mesmo assim, é fálica; ou todos somos não castrados, mesmo quando somos castrados. Como a tradução do termo alemão é problemática, Lacan propõe o termo *dementi*, desmentido, que se opõe a deni, denegação, que corresponde a *Verneignung*, em alemão.

⁷ZAGURY, D. Les serial killers sont-ils des tueurs sadiques? *Revue Française de Psychanalyse*, v.66, n. 4 p.1.195-1.213, 2002 (apud ALMEIDA, Patrick. Criminalidade e Psicanálise: entrevista com Serge Cottet. Estudos de Psicanálise, Salvador, n.31, p.9-16, out. 2008).

⁸ O Outro em oposição ao outro, ou semelhante, é conceituado na obra de Lacan como uma função psíquica. O Outro é definido de várias formas: o tesouro do significante, no sentido de discurso, lugar da linguagem que nos antecede e da qual retiramos nossa própria fala e nosso discurso particular ou lalingua, mas também lugar da representação daqueles que foram importantes na constituição da nossa subjetividade, transmitindo-nos a linguagem e com ela as coordenadas sobre a vida e o mundo: mãe, pai e, mais adiante, figuras de autoridade, modelos e padrões dos ideais, etc. Finalmente, o Outro pode ser a representação de tudo que o eu considera como alteridade à qual se encontra vinculado. Na psicose, o Outro assume uma função de gozador que invade o eu com sua exigência de ser satisfeito, com a força de algo real, como responsável pela angústia e sofrimento do eu. Para disso se livrar, o eu deve obedecer a todas as suas demandas. Por isso a referência a Deus se presta, com tanta frequência, a participar dos delírios e alucinações que convocam ao assassinato.

⁹ "Embora já no escrito sobre o crime das irmãs Papin (Cf., "Motivos do crime paranóico: o crime das irmãs Papin" in Da psicose paranóica e suas relações com a personalidade, op. Cit.), afirma sr. Cottet, Lacan já tenha utilizado outro modelo que não é o do estádio do espelho, já que se pode observar que o sujeito passa ao ato para extrair no real o objeto olhar."

¹⁰ "O leitor pode ler com proveito os textos de Theodor Reik, que utiliza a segunda tópica freudiana para tentar dar conta dos crimes de autopunição. Cf., por exemplo, *Le Besoin d'avouer* : psychanalyse du crime et du châtiment [A necessidade de confessar: psicanálise do crime e do castigo. NT]. Payot, 1997. 420 p."

¹¹ "Ao exemplo da tese lacaniana de "paranóia de autopunição" a partir do caso "Aimée"."

¹² "Em Posição do inconsciente de 1964 Lacan afirma : "A única função homogênea da consciência está na captura imaginária do eu por seu reflexo especular e na função de desconhecimento que lhe permanece ligada.", in *Escritos*, Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998, p. 846."

¹³ "Cf., por exemplo, GUIRAUD, P. Les meurtres immotivés [Os assassinatos imotivados. NT]. *L'évolution psychiatrique*, março 1931. Republicado em: Documents de la bibliothèque de l'ECF, n. 1, "Le langage", fevereiro 1996."

¹⁴ "Lembramos aqui a origem filosófica hegeliana da tese lacaniana do estádio do espelho - para-além da tese de Wallon. Muito mais do lado da dialética do mestre-escravo, o estádio do espelho aplicado ao crime releva a pulsão agressiva do lado do imaginário. Lacan nos diz: "A ferocidade do homem em relação a seu semelhante ultrapassa tudo o que podem fazer os animais (...) Mas essa própria crueldade implica a humanidade. É um semelhante que ela visa, mesmo num ser de outra espécie. Nenhuma experiência sondou mais que a do analista, na vivência, a equivalência de que nos adverte o patético apelo do Amor - é a ti mesmo que atinges - e a gélida dedução do Espírito: é na luta mortal de puro prestígio que o homem se faz reconhecer pelo homem" (LACAN, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia (1950), in *Escritos*, p. 148-149, op. Cit. "

¹⁵ "BIAGI-CHAI, Francesca. *Le cas Landru à la lumière de la psychanalyse* [O caso Landru à luz da psicanálise. NT]. Prefácio de Jacques-Alain Miller. Paris: Éditions Imago, 2007."

Não se trata aqui da denegação, *deni* ou *Verneignung*, que difere da *Verleugnung* porque tem um efeito de retificação de uma afirmação, que é descartada. Guy Clastres (1980,p.8) diz que é um "mecanismo pelo qual um sujeito designa o que ele nega. De certa forma, uma negação que repousa sobre uma afirmação". Resumindo, no desmentido nem a negação nem a afirmação são descartadas, permanecem lado a lado no discurso. Segundo Roudinesco (2008, p. 09), o *Dicionário Littré* assim define a perversão: "Transformação do bem em mal. A perversão dos costumes. Distúrbio, perturbação. Há perversão [...] da visão na diplopia. A diplopia é uma alteração da visão, uma má convergência, que faz com que vejamos dois objetos em lugar de um".

Tomamos, então, esses três modos de lidar com a castração – e, conseqüentemente, com o desejo e o gozo –, como os modos de constituição do sujeito e suas conseqüências. Isso implica que, apesar de podermos observar *traços* de qualquer desses mecanismos em todos os sujeitos, independentemente de sua configuração predominante, devemos diferenciar o tipo estrutural de que se trata a fim de extrair qualquer possibilidade de "previsibilidade", mesmo que precária, ou simplesmente para compreender o sentido enigmático de seu *modus operandi*, que sempre abriga uma lógica.

Diremos, a partir desses modos, que os crimes em que são flagrantes os efeitos de sujeito, como a culpa e o arrependimento revelam-se, em geral, decorrentes de subjetividades neuróticas cujo ato, frequentemente, já carrega em si as pistas, a mensagem inconsciente que revela a autoria; alguma falha que o denuncia e

garante a punição, pois o neurótico tem de pagar por seu ato para sair do conflito, tal como os "criminosos por sentimento de culpa", por exemplo. No perverso, ao contrário, o ato é arquitetado de forma a ficar impune, para sustentar uma diplopia. A psicopatia, perversão social ou sociopatia, como frequentemente é denominada, situaremos no campo da perversão na medida em que se estrutura no desmentido, na diplopia da castração. Quanto à paranoia, que situamos no âmbito das psicoses, caracteriza-se pela urgência de suprimir através dos fenômenos elementares (delírios e alucinações), uma significação que aponta para a emergência de um gozo mortificador, persecutório, efeito da forclusão de um significante que, se estivesse incluído, seria capaz de ordenar articulando a lógica do discurso que situa o sujeito no universo simbólico. O paranoico se vê à mercê do gozo mortífero do Outro que o invade sem recurso.

○ ENIGMA DO CRIME PARANOICO

Freud, ao analisar o relato autobiográfico do presidente Schereber (1911), restitui a esse relato toda a sua lógica oculta, revelando seus nexos associativos e as lacunas da significação que justificam a urgência de produção discursiva que encontramos no delírio paranoico. Os crimes deste tipo resultam deste mesmo modo de funcionamento (ou estrutura). Mais adiante, em 1922, ao tratar da paranoia mais uma vez em "Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo", ele identifica, no delírio de ciúme, uma rivalidade que atribui a um componente de

homossexualidade, situada por Lacan no plano da paixão narcísica, como Cottet explica:

Esta é a primeira tese freudolacaniana que vale sobretudo para a paranóia, para o ciúme delirante onde o que prima é o interesse para com o rival - e que é o que Freud chamou "a homossexualidade na paranóia" e, em Lacan, o interesse para com o rival não se confunde com o gozo homossexual; é a paixão mortal do narcisismo que domina.

Embora a agressividade não seja forçosamente narcísica, pois ela pode visar um ponto de gozo no outro, por exemplo, o olhar (um traço de gozo expresso pelo olhar), a perseguição. Neste momento, não é a imagem do outro que é perseguidora, mas um traço do sujeito, por exemplo, que não seja imaginário - como uma identidade de situação social, como nos crimes de massa nos colégios americanos. Não se pode dizer que, neste caso, o sujeito visa exatamente a imagem dele mesmo, mas, enfim, é toda a humanidade sofredora que é visada no desencadeamento da carnificina. É a infelicidade, a desgraça mesmo de estar vivo que é insuportável. (COTTET, apud ALMEIDA, 2008, p.11).

Desse trecho da entrevista de Cottet, podemos destacar duas observações. Primeiro, sua fala nos remete à chacina ocorrida em 7 de abril de 2011, na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, Rio de Janeiro¹⁹, quando um jovem executou vários alunos, motivado – como posteriormente se apurou –, por um sentimento de vingança decorrente do *bulling* sofrido anos antes e também por ideias delirantes de cunho persecutório.

A investigação revelou fortes indícios de que se tratava de um jovem psicótico que nunca foi adequadamente tratado e, diante da morte da mãe adotiva, entrou em surto. Ao que tudo indica, estar vivo tornou-se uma grande infelicidade para a qual o único remédio seria a destruição de tudo que podia representar a fonte de seus infortúnios: os estudantes que o humilharam, o outro que dele goza. A segunda é que Lacan, em sua tese já mencionada onde analisa o crime das irmãs Papin, encontra, como motivação fundamental, a urgência de *extração do objeto a*: o olhar, quer dizer, as irmãs sofrem imaginariamente a invasão do olhar do Outro, que assim delas goza maciçamente, tornando necessária a extração de seu olhar em ato, no real, como modo de libertação desse gozo mortífero.

Quando falamos de paranoia e da psicose, estamos num campo em que devemos levar em conta a possibilidade da inexistência de um sujeito do inconsciente, pelo menos não do modo como o encontramos no ato neurótico ou perverso. Falamos de um sujeito incapaz de responder por seus atos, de ser responsabilizado da mesma forma que um neurótico, na medida em que - como aprendemos a partir de Lacan -, se há propriamente um sujeito psicótico, não necessariamente podemos falar de um desejo em primeira pessoa que o singularize e particularize como tal em relação à lei. O psicótico está submetido ao desejo do Outro que imaginariamente dele goza, operando no delírio como imperativo categórico que ordena seus atos, ao modo de um "supereu" sádico e gozador. A passagem ao ato criminoso no psicótico obedece a uma lógica própria em que não encontramos um desejo propriamente do

sujeito, senão uma compulsão que, inclusive, justifica a reiteração que observamos em alguns assassinos em série. O fator desencadeante da ação recebe sua particularidade dessa lógica própria com a qual, sob a forma de um significante aparentemente qualquer, compõe o discurso que permeia o sentido e o desfecho do ato.

Quais são as conjunturas de desencadeamento da passagem ao ato? Conhecemos as conjunturas de desencadeamento da psicose. Enfim, existem *standards* de desencadeamento da psicose que Lacan articulou em torno do Um-pai real. É certo que, se há uma estrutura da passagem ao ato ou se há um ou diversos *standards* de desencadeamento, o instante do olhar, da voz joga aí um papel em primeiro plano; é o que faz aparecer o assassino em série Fourniret que, por exemplo, forçava suas vítimas a falarem de sua virgindade e, de acordo com a maneira como a garota falava, ele a matava ou não. Portanto, é a intrusão de um significante particular que pode favorecer a passagem ao ato.²⁰ (COTTET, apud ALMEIDA, 2008, p.11).

Como antes mencionamos, a partir da desestruturação do mundo fantasmático que o sustentava, o psicótico lança mão do delírio e da alucinação como tentativa de reorganização. Torna-se necessária a criação de uma nova lógica que permita suprir a falta de enodamento dos registros do real e imaginário com o simbólico - deles desarticulado. Esta fonte avassaladora de angústia exige do psicótico um reordenamento das ideias, que se faz pela criação de novos roteiros e nexos associativos, geralmente absurdos para a lógica formal constitutiva da realidade neurótica. O delírio é, então, a tentativa de

¹⁶ "Henri Désiré Landru foi um célebre criminoso e serial killer francês, apelidado de "o Barba-azul de Gambais". Durante o contexto da Primeira Guerra Mundial, ele havia assassinado 10 mulheres, atraindo-as através de anúncios deixados nos jornais parisienses, prometendo matrimônio, para em seguida roubar suas economias, assassiná-las e esconder seus corpos. Francesca Biagi, no seu livro, demonstra como é possível identificar Landru como um esquizofrênico a partir do que ela denomina de clínica do real."

¹⁷ As notas precedentes [9 a 16] são originais do texto publicado por Patrick Almeida. Mantivemos pelo interesse no seu conteúdo. (ALMEIDA, 2008 notas 8 a 15)

¹⁸ Cottet refere-se à tese de LACAN, J., Da psicose paranóica e suas relações com a personalidade [1932]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987 e ao ato criminoso desenvolvido no Capítulo II da referida tese: "O caso 'Aimée' ou a paranóia de auto-punição".

¹⁹ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Realengo >.

²⁰ "Michel Fourniret, assassino em série francês. Apelidado de o "Ogro das Ardennes", confessou o assassinato de nove garotas na França e na Bélgica, entre 1987 e 2001. Os especialistas que o avaliaram, diagnosticaram-no como "perverso narcísico", em recente julgamento na França. Foi condenado à prisão perpétua." (ALMEIDA, 2008, nota.20)

restaurar a ordem psíquica sempre que um elemento ameaça quebrar a precária integridade subjetiva, retirando seu lugar no mundo. Esse elemento deve ser eliminado como meio de restaurar a lógica, a segurança. As estratégias para tanto podem ser criadas de forma inteligente, perspicaz e postas em ato quantas vezes forem necessárias para a reiteração do alívio da angústia que emerge durante a desintegração psicótica. Quando falamos de um elemento desintegrador, estamos nos referindo a um significante que vem quebrar as premissas lógicas que sustentam o discurso.

Como podemos notar na observação de Serge Cottet acima, Fourniret é movido por um significante desintegrador que deve ser eliminado destruindo as garotas que o portam em seu discurso. Partindo dessa perspectiva, colocaríamos Fourniret no campo da psicose mais do que no da perversão, - como foi diagnosticado - pois, na perversão, trata-se muito mais de satisfazer um movimento pulsional que emerge amparado na diplopia do desmentido.

No psicótico, a falha discursiva promove a irrupção no real de algo que deveria representar-se no simbólico, expressar-se metaforicamente, caso pudesse ser recalcado. A reiteração que encontramos nos assassinatos em série é muitas vezes dúbia neste sentido, pois pode obedecer a objetivos bem distintos, segundo atenda a uma necessidade da psicose de manter fora uma significação, fazer a extração do objeto a no real ou a satisfação da vontade de gozo do perverso, que exige reiterar a satisfação apesar da interdição.

Como muitas vezes observamos em delírios psicóticos de cunho religioso, o ato é sumariamente

justificado e atribuído a um imperativo categórico de exterminar o outro, diretamente imposto por Deus, no lugar de Outro. Algumas vezes, extrair, extirpar, destruir e até incorporar o objeto de gozo do Outro (olhar, seios...) pode garantir ao psicótico uma relativa e temporária pacificação interna.

Entretanto, a prática de incorporação de partes do corpo da vítima aparece mais frequentemente ligada ao crime psicopático, pois responde a gozos vinculados a impulsos canibalescos, como os do "maníaco do parque"²¹, que comia partes de suas vítimas, ou de Jeffrey Dahmer²² (EUA, 1991), que matou dezessete rapazes e comeu seus órgãos.

○ ENIGMA DO CRIME PERVERSO

Tenho o direito de gozar de teu corpo, pode dizer-me qualquer um, e exercerei esse direito, sem que nenhum limite me detenha no capricho das extorsões que me dê gosto de nele saciar. (LACAN, 1988. p.780).

É assim que Lacan enuncia a máxima sadiana "que propõe ao gozo sua regra, insólita ao se dar o direito, à maneira de Kant, de se afirmar como regra universal".

As perversões e seus crimes são, talvez, dos temas mais estudados pela psicanálise, justamente por ter sido a estrutura mais enigmática para a clínica psicanalítica. Elisabeth Roudinesco, em *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos* considera que "no que se refere à estrutura, denominação e significação, a perversão só foi estudada pelos psicanalistas" (ROUDINESCO, 2008. p.7).

Muito se discute sobre os

poderes da psicanálise sobre essa estrutura, já que nesse discurso o sujeito reivindica a possibilidade de fazer do sintoma uma questão de escolha, - em sintonia com o eu - e não algo que repudia e gostaria de mudar, como é o caso do sintoma neurótico; o ato substitui a palavra sempre quando se trata de satisfazer os gozos; o sujeito não sofre o dilema da culpa, pelo menos não como o neurótico, que é levado a retroceder diante do desejo, a buscar satisfações sublimatórias, para não sofrer sanções; seu saber sobre o gozo invariavelmente desafia e rende o analista: o perverso força a expressão do desejo do analista para assim dividi-lo; dilui a suposição de saber ao analista ostentando seu próprio saber sobre o gozo, de forma que a transferência e, ainda mais, a angústia - motivação mais geral de uma análise - é contornada e evitada através das suas manobras e do próprio ato, pelo menos em relação ao sintoma que diríamos perverso.

Serge André propõe que a perversão seja entendida como modalidade discursiva e o desmentido como "uma relação particular do sujeito com a linguagem" cujos efeitos se expressam em uma ética própria. Ele aborda um efeito de denúncia que aparece como viés da modalidade perversa do discurso:

É que a perversão é algo totalmente diferente de uma entidade clínica: ela é um certo modo de pensar. Um pensamento cuja essência demonstrativa decorre das relações do perverso com a fantasia e com a Lei. (ANDRÉ, 1995, p.311-312).

Esse modo de lidar com "tudo aquilo que se ordena em torno da ausência e da presença do falo"

(LACAN, 1995, p.156) e que se refere "a um contexto dialético tão sutil, tão composto, tão rico de compromissos e tão ambíguo quanto o de uma neurose" (LACAN, 1999, p.239) coloca em jogo as mesmas fantasias perversas que, no neurótico, seriam barradas pela operação do recalque. A estrutura do fantasma perverso propriamente dito, entretanto, diferencia-se claramente da fantasia perversa do neurótico a partir da forma como o roteiro fantasmático se apresenta. Sobre isso nos diz Fleig (2008, p.35):

[...] recortado e destacado da história do sujeito, como se fosse uma seqüência de cenas sedutoras de um filme, desconectadas de seu enredo completo, o que determina sua fixidez e a posição de certeza de saber como se dá a captura do objeto de gozo. O sujeito perverso situa-se em uma economia psíquica que lhe permite se assegurar da presença total, despudorada e direta do objeto de gozo, e em uma relação explícita e desvelada com o outro, oscilando entre essa presença positiva e absoluta do objeto ou sua ausência insuportável e desestabilizadora.

Essa afirmação de Fleig deixa claro que o fato de o perverso conseguir evitar com destreza, subtrair-se, eludir a castração, não o salva, entretanto, da angústia que ressurgue incessante e sutilmente, exigindo dele a reiteração de certos compromissos tanto quanto do neurótico. Por isso, é necessário, tanto no pensar como no agir, repetir o roteiro de um motivo latente no qual os enunciados da diferença – sexual, a princípio, e geral, em seguida, entre bem e mal, por exemplo – estão elididos, mesmo que implícitos: é a diplopia.

Resumindo, o perverso nega a diferença, faz equivaler a proibição e a permissão tornando tudo possível pelas manobras do discurso; ele instaura o vale-tudo.

Dito isso, dissipa-se, pelo menos parcialmente, o enigma do crime perverso (ou psicopático), na medida em que entendemos que, nesta economia psíquica, o outro é mero instrumento de gozo, ao qual o sujeito tem todo direito. Podemos nos perguntar, a partir desse entendimento, se seria possível pensar essa estrutura em termos sociais em termos de uma economia psíquica mais generalizada, pensar a estrutura social para além do indivíduo que se autoriza a usar a lei a seu favor, tal qual o pai primitivo, tomado como paradigma de exceção em "Totem e Tabu".

Encontramos, na literatura psicanalítica recente, a tese de Charles Melman à qual começamos a nos render, na medida em que cada vez mais identificamos, em nossos consultórios e – nos casos extremos – nas páginas policiais, sujeitos que se enquadram perfeitamente nos parâmetros por ele indicados.

○ ENIGMA DA ECONOMIA PSÍQUICA DE NOSSOS DIAS

Em 2004, num congresso intitulado "Encontro no admirável mundo novo", Eny Iglesias iniciou sua fala com algo que devemos retomar. Diz ela:

Podemos caracterizar o mundo atual por: minimizar os sentimentos de mal estar do homem, destruir as particularidades, estar submetido à universalização. É um momento em que vivenciamos algumas

²¹ Francisco de Assis Pereira, vulgo Maníaco do Parque, é um assassino em série brasileiro que estuprou, torturou e matou pelo menos seis mulheres e atacou outras nove no ano de 1998 em São Paulo. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Man%C3%ADaco_do_Parque >. Acesso em: 26 nov. 2010.

²² VEJA, São Paulo, 12 ago. 1998. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/120898/p_106.html#quadro2 >. Acesso em: 26 nov. 2010.

contradições produzidas pela ciência oficial da sociedade moderna que favorece uma segmentação das áreas do conhecimento e forja novas subjetividades, através do domínio do discurso capitalista e da globalização, na tentativa de preencher o lugar do sujeito com objetos. [...] As transformações sociais se consolidaram através dos tempos utilizando-se de várias bandeiras ideológicas visando adequar as *performances* individuais ao que o grupo social estabelece como valor. Disso decorre uma infinidade de ofertas de visão do mundo e estilos de vida que põe o homem atônito e perdido por não saber o que e como escolher. [...] Um novo princípio passa a ser determinante: o valor do homem está no objeto. A relação sujeito-objeto foi pervertida tanto no capitalismo como no socialismo que, ao pensar uma distribuição de renda mais justa, o faz de tal forma que não há lugar para o sujeito do desejo, somente para o objeto da realização. (IGLESIAS, 2004, p.67).

Há algum tempo, os psicanalistas discutem as mudanças que se observam na cultura e seus efeitos que, de forma cada vez mais pronunciada, dificultam a definição de certos diagnósticos. A influência da ciência moderna nessas mudanças é preponderante, na medida em que ela tende a reduzir nosso corpo à dimensão de organismo – objeto manipulável para o benefício, prazer e, por que não dizer, o gozo da própria ciência – onde a subjetividade está suprimida. No contexto da ciência atual, o sujeito perde seu sentido, é anônimo, quantificado, pois o saber é dessubjetivado e universalizante. Neste tipo de saber encontramos a linguagem sem fala, a antinomia do sujeito cindido entre dois

discursos. Este ideal de objetivação universalizante subverte o campo da ciência tanto quanto o social, desde quando nega radicalmente a alteridade, instrumentaliza o outro, promovendo o apagamento da dimensão empática do semelhante e privilegiando a dimensão do estranho, do individualismo.

Surpreendentemente, ou não, essa relação da ciência com o corpo humano "objetalizado", dessubjetivado, coincide com a do perverso para com seu objeto (o outro), também dessubjetivado. O princípio supremo da razão, em nome da pretensão de dar conta de suas condições; da exclusão da diferença, sob o pretexto de uma justiça igualitária e fraterna; da redução do corpo à categoria de organismo a ser usado, estudado ou explorado, em nome de um Saber supremo, ou de uma qualidade total, ou de uma submissão apática e amoral na execução de um trabalho, todos esses princípios em nada diferem do princípio fundamental da perversão: o do direito a gozar do outro e de seu corpo, tal como na máxima sadeciana, que visa o absoluto na exclusão da diferença, para desmentir a impossibilidade ou, em termos psicanalíticos, a castração: a falta.

Daí o incremento da violência nas relações sociais em nossos dias. A perversão e o desejo perverso estão determinados por um modo particular de gozo que diz respeito ao sujeito constituído nesse contexto e, por isso, concerne a todos nós, como adverte Mário Fleig (2008, p.119):

[...] a modernidade forneceu as condições sociais e subjetivas para o surgimento de sujeitos perversos: a impessoalização e dessubjetivação dos discursos, isto é, o advento do individualismo e da massa, que corresponde à forclusão do sujeito da

enunciação no discurso da ciência.

É disso que trata Eny Iglesias, quando sublinha o fato de que o desejo está cedendo seu lugar ao gozo. A nova ordem é gozar! Satisfazer todos os gozos sem mediação da fala, ao modo do imperativo superegoico como Lacan propõe (GEREZ-AMBERTIN, 1993), numa insatisfação perene que incita a busca de novos – e mais – objetos e parceiros de gozo, à exaustão. A mensagem que atravessa os discursos cotidianos deste nosso tempo é fundamentalmente: *Ame-se!* Imediatamente após, vem: *Satisfaça todas as suas tendências. Sejam elas quais forem*, que fica implícito nas entrelinhas. No extremo desse discurso, observamos como efeitos diretos a corrupção e a violência: física, política, sexual, enfim, todas as suas formas. Se, antes, a lei era *amar ao próximo...*, agora é *ame a si mesmo*. Aí está a ambigüidade da nova ordem, ela afrouxa o laço social, o próximo pouco interessa, a não ser como parceiro/objeto de gozo.

No âmbito restrito da escuta psicanalítica, isso se delinea em indivíduos cujos sintomas neuróticos se destacam de um modo de ação que pode, ou não, se tornar uma queixa, um agir estranho para o sujeito. Paralelamente a um modo tipicamente regrado de viver e desejar, são acometidos por impulsões a atos que denotam um caráter inegável de repetição compulsiva de um roteiro estruturado, do qual se diz alheio e define como não "intencional", no qual o sujeito do desejo cede lugar à atuação de uma cena que rende um tipo de gozo inevitável, irresistível. Uma clara divisão subjetiva se delinea quando, posteriormente, o indivíduo revê e repudia seu ato por algum

conteúdo considerado legalmente infracional e pela incompatibilidade com seus ideais. A análise revela que, em condições particulares e propícias que se pode fixar, acontece o apagamento do sujeito do desejo. Em suas próprias palavras, ele "cai fora" e entra numa sequência de ações – como num roteiro cinematográfico, perfeitamente destacável e incompatível com o contexto geral de sua vida – das quais não se sente o sujeito, ou seja, ele perde sua identidade simbólica, o Ideal do eu se apaga.

Pode-se defender um traço perverso na estrutura neurótica como uma melhor definição diagnóstica para este caso. A partir desta e de outras análises, assim como na literatura, descobrimos nesses indivíduos uma divisão radical entre desejo e gozo, na qual os dois se excluem mutuamente apesar de coexistirem. Daí a flutuação, sempre que o primeiro perde para o último. O desejo é frouxo, diluído, sem perspectiva de satisfação, difícil de alcançar. O contexto social favorece a busca do "gozar a qualquer preço", mesmo que isso os deixe insatisfeitos, perdidos, sem rumo, logo após gozarem de tudo quando a falta se reapresenta. E esse é o motivo privilegiado que pode trazê-los à análise.

O caso do "maníaco do parque", que declara que precisava ser preso para interromper a compulsão a repetir até o clímax – comer a mulher "toda" –, assim como o filme de Bruce Evans, *Instinto Secreto* (Mr. Brooks), nos mostram como a diplopia, a divisão do eu (FREUD, [1938]), pode operar-se numa estrutura – que não é psicótica –, por esta manobra discursiva que se institui num roteiro que permite ao perverso atingir seu gozo e, ainda – mesmo que inconscientemente

–, precipitar o surgimento da falta, atualizando a diplopia da castração: a mulher é, mas não é castrada.

O ENIGMA DO PROGRESSO DA SOCIEDADE

Tudo isto que até aqui foi dito nos convoca a pensar que o *homo sapiens*, em sua busca de gozo e alívio em relação ao "mal-estar da civilização", pode estar numa rota de "progresso", tentando desvencilhar-se dos conflitos neuróticos que o cercearam ao longo dos últimos séculos. Progresso no sentido de uma evolução a um estágio de menor sofrimento psíquico, livre dos entraves que o distanciavam da satisfação. Mas, por outro lado, nos perguntamos que tipo de sociedade pode advir deste percurso que, nessa direção, esboça contornos de uma estrutura de cunho perverso. Isso garante a "felicidade" tão buscada? Seria um progresso ou um retrocesso civilizatório? Esse mesmo questionamento surgiu no diálogo entre Melman e Lebrun na entrevista publicada sob o título "O homem sem gravidade. Gozar a qualquer preço", em que Melman propõe este como um modo de estruturação vigente, uma "nova economia psíquica", diz ele, para dar conta desses efeitos que detectamos não só na clínica, mas também no contexto social mais amplo, incluindo o campo da criminalidade e da violência.

Estamos no ponto de passagem de uma cultura cuja religião obrigava aos seguidores o recalque dos desejos e a neurose para uma outra em que se propaga o direito de sua livre expressão e de uma plena satisfação. (MELMAN, 2008, p. 191).

O que é que ainda nos diz não? Domesticamos tudo,

²³Disponível em : <http://pt.wikipedia.org/wiki/Atentados_de_22_de_julho_de_2011_na_Noruega>.

dominamos tudo, fizemos tudo, vimos tudo, exploramos tudo, desde os planetas mais longínquos até as partes mais escondidas do corpo. Até trouxemos toda a luz aos processos da reprodução. O que é que ainda pode nos dizer não, nos dias de hoje? O terrorista, talvez... (MELMAN, 2008, p.165).

O recente atentado ocorrido em Oslo e Utoya, na Noruega²³, é um fato dessa ordem. Os terroristas suicidas não são muito diferentes. A perda de ancoragem nos ideais e o desregramento, produzidos nessa substituição do recalque pelo livre agir em causa própria, permitem e ensinam atos extremos que, por sua vez, convocam o "retorno do cajado", na expressão de Melman(p. 174). O terrorismo é um modo de dizer não, de dar basta em ato, sem palavras; tentativa de impor um regramento pela força quando a lei em exercício é percebida como arbitrária, inconsistente, inexistente, ou inaceitável do ponto de vista do autor, inclusive porque ele próprio está suficientemente distante dos pactos vigentes para tentar instaurar sua própria regra. O ato terrorista carrega sempre um efeito de denúncia, como dissemos a respeito da modalidade perversa do discurso, através da qual o autor reivindica seu direito absoluto e projeta a falha no outro. O outro é apenas um detalhe, um objeto do qual se serve para chocar, exigir.

É o retorno ao ato violento que o mito de Totem e Tabu estabelece como origem da organização. No mito 3 tempos: Primeiro, o do pai gozador que tem direitos de vida e morte sobre os filhos e de gozar de todas as mulheres, que resulta na revolta dos filhos e seu assassinato. Segundo, o do caos e autodestruição do grupo em luta pela conquista do poder: o lugar do pai. Isto leva ao terceiro, a

pacificação pela instituição de regras e interdições que regulam as trocas, inibem a ação e fundam os discursos. A interdição introduz a falta que funda o desejo, limitando os gozos.

Então, será possível encontrar um discurso que não viole as leis da linguagem, no qual o ser humano possa instaurar uma subjetividade sem exclusão do gozo e/ou do desejo?

Este pode ser o enigma com o qual convivemos nesse início de século para o qual... ainda não temos resposta!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Patrick. Criminalidade e Psicanálise: entrevista com Serge Cottet. *Estudos de Psicanálise*, Salvador, n.31, p.9-16, out. 2008.
- ANDRÉ, S. *A impostura perversa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BARBIERI, C. O que é perversão? In: PIMENTEL, D.; ARAÚJO, M. (Org.). *Interfaces entre a Psicanálise e a Psiquiatria*. Aracaju: *Círculo Brasileiro de Psicanálise*, 2008a. p 282-299.
- BARBIERI, C. Que culpa tem o eu...? In: PERES, U. T. (Org.). *Culpa*. Salvador: Escuta, 2001. p.23-35.
- BARBIERI, C. Que culpa tem o eu...? Sobre os registros e modalidades da culpa. In: GERBASE, J. (Org.). *Avatares do supereu*. Salvador: Campo Psicanalítico, 2008b. p.167-182.
- CLASTRES, G. Ato neurótico e ato perverso. *Folha*, Salvador, n.32/33, p.08, 1990.
- COTTET, S. *Criminologia lacaniana*. Tradução de Márcia Mezêncio. In: < <http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/04/textos/IV2.pdf> >. Acesso em: 17 nov. 2009.
- EVANS, B. A. *Instinto Secreto* [Mr. Brooks]. 2007 (EUA) Disponível em: < <http://www.adorocinema.com/filmes/instinto-secreto/> >. Acesso em: 21 jan. 2012.
- FLEIG, M. *O desejo perverso*. Porto Alegre: CMC, 2008.
- FREUD, S. A divisão do ego no processo de defesa (1940 [1938]). In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. XXXIII. CD-ROM
- FREUD, S. Além do Princípio do Prazer [1920]. In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. XVIII. CD-ROM
- FREUD, S. Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo [1922] In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. XVIII, Cap. III. CD-ROM.

FREUD, S. Criminosos em conseqüência de um sentimento de culpa: alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico [1916]. In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v.XIV, Cap. III. CD-ROM

FREUD, S. Esboço de psicanálise [1938] In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. XXIII. CD-ROM

FREUD, S. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia Paranoides) [1911]. In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v.XII, Cap.III.CD-ROM

FREUD, S. O futuro de uma ilusão [1927]. In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v.XXI, Cap.III. CD-ROM

FREUD, S. O mal-estar na civilização [1929]. In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v.XXI, Cap.XXI.CD-ROM

FREUD, S. Por que a guerra? [1932]. In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v.XXII. CD-ROM

FREUD, S. Totem e Tabu [1912-1913]. In: _____. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. XIII. CD-ROM

GEREZ-AMBERTIN, Marta. *Las voces del superyo*. Buenos Aires: Ed. Manantial, 1993.

IGLESIAS, E. A Clínica mudou no alvorecer do Admirável Mundo Novo. *Cógitto*: Publicação do Círculo Psicanalítico da Bahia, Salvador, v.6, p.67-71, 2004.

LACAN, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia [1950]. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.127-151.

LACAN, J. Kant com Sade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p.776-803.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103

LACAN, J. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MELMAN, C. *O homem sem gravidade. Gozar a qualquer preço*. Entrevistas por J.-P. Lebrun. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ROUDINESCO, E. *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SHARPE, E. Certain aspects of sublimation and delusion. *International Journal of Psychoanalysis*, Oxford, v.11, p.12-23, 1930.

SUSINI, M-L. *O autor do crime perverso*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

VEGH, I. *O próximo: enlaces e desenlaces do gozo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

The criminality's puzzles under the psychoanalysis' lights

Keywords: crime; psychoanalysis; subjectivity; crime paranoid, vicious crime; contemporaneity.

Abstract:

The text, intended for a lay audience in relation to psychoanalytic theory, proposes to clarify in accessible language to the reader, crime issues that seem obscure or enigmatic. Starting with the question of subjectivity itself, as a supposedly enigmatic matter, the author intends to embrace the phenomenon of crime placing, it on a structuralist perspective, in order to differentiate the subjective dynamics underlying the various types of crime, thus offering the possibility of understanding the logic of the criminal act.

A criminalidade na perversão: de Sade à AIDS¹

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho*

Palavras-chave: crime, perversão, Sade, AIDS, psicanálise

INTRODUÇÃO

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a presença do pensamento sadiano em nossa atualidade, em suas conexões com a criminalidade, a AIDS e a perversão. Para tanto, toma como roteiro o livro de Sade intitulado *A filosofia na alcova*. Inicialmente, discorre sobre a abolição sadiana da diferença entre a vida e a morte, a destruição e a construção, fazendo aproximações com o mecanismo psíquico da recusa na perversão. Num segundo momento, discute a posição de Sade de combate ao amor e à obediência às normas sociais, e explora a nova versão do pai na perversão, atrelada a uma nova lei que garanta a liberdade universal e irrestrita de gozo sexual. Feito isso, tece considerações sobre a criminalidade no âmbito da perversão, a partir de suas relações com o texto sadiano e com as fantasias sádicas construídas em torno da AIDS.

Os atos criminosos e cruéis que têm ocorrido desde o século passado incrementaram a produção de trabalhos sobre o sadismo e sobre a obra do filósofo Sade. Colóquios, simpósios e seminários, dentro e fora do campo psicanalítico e acadêmico, têm sido organizados nessa direção, ao mesmo tempo em que Sade se transformou em uma marca de *champagne* francês e tem inspirado a lucrativa indústria pornográfica, com suas revistas e filmes. Assim, nos séculos XX e XXI, muitos têm brindado seus momentos de alegria com Sade e obtido um gozo sexual consonante com os princípios dele.

Um dos livros de referência do Marquês de Sade se intitula *A filosofia na alcova* e foi publicado em 1795². A história desse livro termina com o assassinato da mãe de Eugênia, uma das personagens, em obediência à vontade da filha. Madame de Mistival, a mãe, após ter sido torturada, é deliberadamente infectada pelo vírus da sífilis por um dos criados de Dolmancé, outro personagem. Todos se flagelam e gozam com essa cena.

A ideia de um gozo mortífero no final do século XVIII remete ao tema atual da AIDS no imaginário social. Quando a AIDS surgiu, especulou-se sobre a sua origem. Pensou-se que ela era uma arma biológica criada em laboratório para exterminar os inimigos na guerra

e que proliferava mais entre os homens que faziam sexo com outros homens. Associada, no início, à homossexualidade masculina e a uma fantasia sádica de guerra, a AIDS carrega a herança de um gozo mortífero, uma síndrome imaginizada como arma para matar o outro, uma sexualidade perversa. Na medida em que ela é associada a um gozo sádico, representa a colocação no outro da porção de morte presente no próprio sujeito (FREUD, [1924]1980)³.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é refletir, à luz da psicanálise, sobre a forte presença do pensamento sadiano em nossa atualidade, em suas conexões com a criminalidade, a AIDS e a perversão, tomando como elemento para diálogo o livro citado de Sade.

A FILOSOFIA NA ALCOVA

A filosofia na alcova é uma obra que gira em torno de dois dias de educação teórica e prática nos princípios da libertinagem. A aprendiz se chama Eugênia, uma jovem de quinze anos de idade, que inicia o seu aprendizado com Madame de Saint-Ange. Posteriormente, esse aprendizado é também conduzido por Dolmancé, Mirvel (o irmão de Madame) e o criado Augustine.

Nesse livro, Sade ([1795]1995) reconhece a presença de impulsos agressivos no sujeito,

* Psicanalista membro do Colégio de Psicanálise da Bahia, Professora Adjunta da UFBA.

que visam destruir a vida; porém, diferentemente do entendimento freudiano a respeito da vida e da morte, para Sade a vida é indestrutível. Sade afirma que o ser vivo, após sua morte, retorna ao estado anorgânico, mas não permanece nele, como defende Freud⁴ em seu texto "Além do Princípio do Prazer". Para Sade, após o movimento regressivo de retorno ao estado anorgânico há um movimento progressivo na natureza de criação de outro ser vivo. Tal perspectiva contraria a ideia de um fim e parte do pressuposto de que a criação de um novo ser se dá a partir de elementos anorgânicos e não vivos.

Nessa direção, Sade ([1795]1995) recusa a morte, afirmando que ela não implica o aniquilamento do ser vivo, mas apenas a transmutação da sua forma. Obedecendo ao princípio de Lavoisier, ele postula que, no humano, nada se perde, tudo se transforma. Se a morte não extingue a vida, dela não se diferencia, não tendo, portanto, existência própria. Ao mesmo tempo, Sade defende o ponto de vista de que a morte é necessária à natureza, pois é através dos elementos destruídos dos corpos mortos que esta mesma natureza pode criar novos indivíduos.

O movimento de afirmar e recusar simultaneamente a morte é repetido em relação à destruição e pode remeter ao mecanismo da recusa (*Verleugnung*), característico da perversão. Para Sade, como a morte e a destruição existem e não existem, como não podem extinguir a vida, todo ato que implica a transmutação da forma da vida, como o assassinato, não pode ser considerado crime. Ao contrário, na perspectiva sadiana, tais atos obedecem à lei da natureza e só podem beneficiá-la, fornecendo-

lhe a matéria-prima para novas criações. Ao mesmo tempo em que não diferencia a vida e a morte, Sade também não estabelece diferença entre os homens, as plantas e os animais, na medida em que todos eles nascem, crescem, propagam-se, envelhecem e morrem. Para Sade, nenhum deles agrada mais à natureza do que o outro e, por esse motivo, é indiferente destruir um homem ou um animal, por exemplo.

Essas proposições sadianas que envolvem a recusa da morte e da destruição, bem como a redução do ser humano ao nível puramente natural e a eliminação da possibilidade de qualquer perda na natureza remetem à recusa da castração, enquanto recusa de uma perda decorrente da obediência à Lei e da inserção no universo simbólico e social. A naturalização do ser humano e a não consideração de sua condição sociocultural parecem refletir uma tentativa de anulação da submissão à ordem do significativo e de todos os seus efeitos de polissemia e ordenação simbólica.

Nessa direção, o amor é colocado por Sade como algo que deve ser afastado e evitado, para que o gozo possa se dar sem obstáculos. Madame de Saint-Ange, por exemplo, revela a Eugênia que nunca possuiu um amante, embora, nos seus doze anos de casamento, tivesse sido já possuída por mais de dez ou doze mil indivíduos. Ela lhe disse que amava demais o prazer para ter uma só afeição séria, ressaltando que a mulher que ama é uma infeliz. Enquanto que um amante poderia lhe causar sofrimento, as cenas de libertinagem poderiam ser repetidas cotidianamente e desvanecerem quando consumadas, deixando uma

¹ Este trabalho é uma versão modificada do texto apresentado no 1º Congresso Internacional do Colégio de Psicanálise da Bahia.

² SADE, M. *A filosofia na alcova* [1795]. Tradução: Eliane Robert de Moraes. Salvador: Ágalma, 1995.

³ FREUD, S. O problema econômico do masoquismo [1924]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v.19, p.197-212.

⁴ FREUD, S. Além do Princípio do Prazer [1920]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v.XVIII, p.13-85.

deliciosa lembrança.

Devido à infelicidade e à privação geradas pelo amor, Sade combate o laço amoroso, o apego a um só objeto, a dependência a uma única fonte de gozo. O objeto de gozo deve variar o mais amplamente possível, de modo a ultrapassar não só o vínculo amoroso, mas também as proibições instituídas pela lei. Assim, pais, irmãos, indivíduos do mesmo sexo, idosos e crianças são objetos a serem gozados. A embriaguez provocada pelo amor, diz Sade, é falsa e, absorvendo os resultados das sensações, conduz a um estado em que não se enxerga mais, não se existe mais, senão para o objeto loucamente adorado. A prova da falsidade do amor, diz ele, é não existirem muitos exemplos de ligações eternas. Até mesmo os sentimentos de amor dos filhos para com os pais, e vice-versa, são, para ele, ilusórios. Na perspectiva de Sade, o que existe entre pais e filhos é ódio recíproco. Assim, o amor é uma privação de todas as doçuras da vida e uma fraqueza do espírito. Ao mesmo tempo em que o amor deve ser evitado, a apatia deve ser cultivada. Enquanto a sensibilidade só toca o coração por um lado, a apatia o empolga por todos, possibilitando a realização de atos perversos.

Em *A filosofia na alcova*, Dolmancé, na posição de educador, coloca-se também como legislador e transforma em lei universal uma vontade individual. Ele recusa a lei que rege a sociedade, na perspectiva de que ela é boa para a sociedade, mas péssima para os indivíduos. Por isso os homens devem desprezá-la e fazer leis que lhes sejam boas. Há aí uma recusa da Lei do Outro e a criação de outra lei contrária a ela. Sade prega,

então, que todos os homens têm um direito de gozo idêntico sobre todas as mulheres e que às mulheres é também permitido o gozo de todos os sexos e de todas as partes de seus corpos.

Nessa direção, Sade propõe às jovens que entreguem seus corpos tanto quanto puderem; que se divirtam, mas não amem; que não se escravizem aos outros, nem se extenuem em lamentações, suspiros, doces olhares ou suaves bilhetes; que troquem constantemente de parceiro e se oponham a quem as cativa, pois a única finalidade deles é impedi-las de se entregarem a outros, o que prejudicaria os seus prazeres. Essa proposição remete e extrapola o mito freudiano de Totem e Tabu, na medida em que esse mito supõe, na origem da humanidade, um pai da horda que tinha o poder exclusivo de gozo sobre todas as mulheres, proibindo os demais homens de gozarem destas⁵. Para Sade, todos podem gozar de todos, independentemente do sexo, da idade, do laço de parentesco e da forma. Ele recusa as interdições, inclusive a interdição do incesto, apontando para outra versão do pai.

A PÈRE-VERSION

Lacan⁶, a partir do destaque da homofonia entre a palavra francesa *perversion* (perversão) e a expressão *père-version* (versão do pai), faz-nos pensar sobre a versão do pai na perversão. De um lado, a perversão implica um retorno ao pai primevo do mito de Totem e Tabu, que não era castrado e podia gozar ilimitadamente de todas as mulheres. Se a palavra versão significa retorno e volta, por outro lado, remete também à ideia de tradução e interpretação. Nessa direção, a versão do pai, na

perversão, está ligada ao gozo e não ao desejo e sua interdição. Trata-se aí de um pai ordenador de um gozo universal e sem quaisquer restrições. A partir do pensamento lacaniano, podemos afirmar que a vontade perversa de gozo está ligada ao imperativo do supereu, que ordena gozar⁷. O sadismo, enquanto vontade de gozo, é secundário ao masoquismo e pressupõe uma identificação com o masoquista. É a partir do gozo com a própria dor que o sádico pode gozar com a dor do outro.

Nessa direção, o perverso se coloca diante da falta do Outro acreditando ser o objeto de sua completude⁸. Ele busca resgatar a identificação fálica do primeiro tempo do Édipo, pela qual ocupa o lugar de falo materno, fazendo-se instrumento de gozo do Outro. Aprisionado nessa função, o perverso se identifica com o Outro na busca de seu próprio gozo.

Mannoni⁹ afirma que a recusa da ausência do falo materno é a matriz de recusa de outros aspectos da realidade e a origem de todas as crenças que contradizem a experiência. Nessa mesma direção, Lacan¹⁰ havia salientado antes que o perverso é um singular auxiliar de Deus, um defensor da fé, já que possibilita a crença em algo que contraria a experiência. Ao mesmo tempo em que o perverso sabe que a plena relação sexual não existe, e que o gozo sem limite é impossível, recusa esse saber e sustenta a possibilidade de um gozo incondicional, atendo-se à ilusão da completude. Assim, ele deixa de lado o desejo em prol da vontade de gozo e supõe plenamente gozar. Coloca-se, diante do Outro, como aquele que sabe o que lhe falta, que tem um saber acerca do gozo, que sabe fazer o Outro gozar, enquanto

objeto e instrumento deste gozo. A criminalidade, nesse contexto, está, portanto, a serviço do gozo e fica desmentida na perspectiva de que ela envolve atos que, no contexto da perversão, são conformes a outra lei.

DE SADE À AIDS

Voltemos para *A filosofia na alcova*. Como já foi dito, esse livro termina com o assassinato da mãe de Eugênia, deliberadamente infectada pelo vírus da sífilis por um dos criados de Dolmancé. Se, antes da sífilis e da AIDS, o sexo era associado à criação de um novo ser, a partir delas ele passa a também se associar à extinção do outro. Ou seja, além de veículo da vida, o sexo passa a ser veículo da morte. Esse parece ser um dos motivos pelos quais o discurso sobre o sexo é tão perpassado pela perspectiva do controle e por valores morais. Uma série de campanhas, filmes e publicações vem sendo feita, com o objetivo de mudar o comportamento sexual das pessoas, com vistas à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

Se, na obra de Sade, o sexo é deliberadamente utilizado para gerar gozo com a morte do outro, com a AIDS tem-se uma fantasia dessa natureza. De Sade à AIDS, temos uma série de significantes que versam sobre aspectos dessa questão. *Hades*, *Aides* e *Aidos* são os nomes gregos para o deus e o mundo dos mortos, o invisível e o pudor, respectivamente. Em Sade, temos um assassinato através de um vírus invisível (*Aides*), um gozo perverso através da violação do pudor (*Aidos*), um mundo dos mortos (*Hades*) com vida. Na AIDS, temos uma fantasia original sádica, uma porção de morte viva, um pudor (*Aidos*) que é violado pela exposição de algo

até então velado (*Aides*). Portanto, de Sade à AIDS, temos a passagem de um ato perverso para a fantasia de um gozo assassino, de um sexo que mata.

Para finalizar, é importante ressaltar que *A filosofia na alcova* trata, entre outros aspectos, de uma prática sexual que tem sido discutida em relação a seus efeitos e significados, na atualidade, sob o nome de *barebacking*. Esse termo possui múltiplos sentidos¹¹, entre eles, o de fazer sexo sem proteção e/ou ter relações sexuais com pessoas numa festa, por exemplo, sabendo que, ao menos, uma das presentes está infectada com o vírus da AIDS. No campo do Direito Penal, o *barebacking* tem sido considerado uma prática criminosa por juristas que se amparam no crime de perigo de contágio venéreo ou lesão corporal¹². No âmbito da filosofia sadiana e da perversão, entretanto, essa prática, de forma contrária à Lei instituída, diz respeito não só a uma transgressão, mas também a um direito e não a sua violação. Nesse último sentido, trata-se aí da obediência à outra lei, a lei do gozo, que, paradoxalmente, nessa situação, contraria o direito à vida, na perspectiva científica e social comum.

⁵ FREUD, S. Totem e Tabu [1913]. In:_____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v.13, p.13-194.

⁶ LACAN, J. *O Seminário RSI* [1974-1975]. Inédito.

⁷ LACAN, J. *O Seminário, Livro 20: mais, ainda* [1972-1973]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

⁸ DOR, J. *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

⁹ MANNONI, O. *Chaves para o imaginário*. Petrópolis: Vozes, 1973.

¹⁰ LACAN, J. *O Seminário, Livro 16: de um Outro ao outro* [1968-1969]. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

¹¹ A respeito dos múltiplos sentidos desse termo, vide o artigo de SILVA, L.A.V. *Acibersexualidade e a pesquisa online: algumas reflexões sobre o conceito de barebacking*. *Interface*, Botucatu, v.14, n.34, p. 513-528, 2010.

¹² FERREIRA, H.W.A. *O Direito Penal e as festas "barebacking"*. *Revista Jus Navigandi*, ago. 2011. Disponível em: < <http://jus.com.br/revista/texto/19875/o-direito-penal-e-as-festas-barebacking> >. Acesso em: 9 ago. 2012.

REFERÊNCIAS

- DOR, J. *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FERREIRA, H.W.A. O Direito Penal e as festas "barebacking". *Revista Jus Navegandi*, ago. 2011. Disponível em: < <http://jus.com.br/revista/texto/19875/o-direito-penal-e-as-festas-barebacking> >. Acesso em: 9 ago. 2012.
- FREUD, S. Totem e Tabu [1913]. In:_____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v.XIII, p.13-194.
- FREUD, S. Além do Princípio do Prazer [1920]. In:_____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v.VXIII, p.13-85.
- FREUD, S. O problema econômico do masoquismo [1924]. In:_____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v.19, p.197-212.
- LACAN, J. Kant com Sade [1963]. In:_____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. *O Seminário, Livro 16: de um Outro ao outro* [1968-1969]. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LACAN, J. *O Seminário, Livro 20: mais, ainda* [1972-1973]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, J. *O Seminário RSI* [1974-1975]. Inédito.
- MANNONI, O. *Chaves para o imaginário*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SADE, M. *A filosofia na alcova* [1795]. Tradução Eliane Robert de Moraes. Salvador: Ágalma, 1995.
- SILVA, L.A.V. A cibersexualidade e a pesquisa online: algumas reflexões sobre o conceito de "barebacking". *Interface*, Botucatu, v.14, n.34, p. 513-528, 2010.

Crime in perversion: from Sade to AIDS

Keywords: crime, perversion, Sade, AIDS, psychoanalysis.

Abstract:

The aim of this paper is to discuss the presence of Sade's thought in our time and its relations with crime, AIDS and perversion. Therefore, it uses a Sade's book called *Philosophy in the Bedroom*. Initially, it discusses the sadian abolition of the difference between life and death, destruction and construction, making closer to the psychological mechanism of disavowal in perversion. Secondly, it discusses the Sade position against love and obedience to social norms, and it explores the new version of father in perversion, tied to a new law guaranteeing universal and unrestricted freedom of sexual enjoyment. Finally, it makes considerations about crime in perversion, from its relations with the sadian text and with sadistic fantasies built around AIDS.

Novos desafios para a psicanálise

Marli Piva Monteiro*

Palavras-chave: homens bomba; suicídio; narcisismo de morte; narcisismo de vida; ego ideal; ideal do ego.

Resumo

O novo psicanalista queda-se atônito ante os novos acontecimentos e fatos que tem que enfrentar e sobre os quais se sente questionado. O que acontece no interior da mente de um homem bomba? O que o faz reagir tão decisiva e teimosamente na perseguição de seu objetivo final – a morte? O que há de tão atraente em ser um transgressor ou um fora da lei? Em que medida o papel da mãe influencia na escolha do estranho objeto de desejo desse sujeito? Além de uma recompensa celeste, haveria também uma distinção irresistível na terra? A destrutividade sentida como um poder extraordinário garante uma honraria especial a eles próprios e suas famílias – algo que ultrapassa o amor e o carinho maternos. Há uma diferença entre este e outros tipos de suicídio e André Green desenvolveu a teoria do narcisismo negativo que tem uma função "desobjetalizante". É quando o narcisismo se volta para o ponto zero – ponto de não excitação. O trabalho deste narcisismo é obscuro e só pode ser identificado por uma série de evidências, no entanto, a pulsão de morte quieta e silenciosa, ainda que muitos psicanalistas não a aceitem... continua lá.

Do mesmo modo que outros campos do saber, a psicanálise tem tentado entender a controvérsia sobre novos acontecimentos atuais e um deles é o do suicídio dos homens-bomba.

Embora eles tenham a conhecida motivação religiosa e ajam de acordo com os ditames da sua fé, não podemos simplesmente concluir que essa explicação satisfaz aos motivos psicológicos ou inconscientes da questão.

Desde o começo dos estudos de Freud sobre o Inconsciente, o mundo teve de olhar para uma nova realidade. Foi obrigado a reescrever e refazer muitos conceitos e assertivas da mesma forma que após as teorias de Darwin.

Os homens tiveram de se confrontar com as novas feridas narcísicas, de admitir – e isso não foi simples – que não eram, efetivamente, os senhores absolutos de seus pensamentos e ideias e que não tinham o inteiro controle e o comando da sua vida mental.

Como psicanalistas, estamos convencidos de que, embora o mundo tenha mudado tão profundamente, tão intensamente, o Inconsciente preservou seu caminho na mesma direção e impulsos.

O novo mundo parece não aceitar as velhas regras e normas. O novo homem está consciente das suas extremas possibilidades e acredita que pode ser onipotente. Pouquíssimas

coisas lhe são negadas em seu acesso, e o homem do século XXI é a cada dia mais e mais narcísico.

É diante deste novo homem que a psicanálise para e olha atônita, à procura do sujeito em falta.

A teoria psicanalítica tem sido submetida a mudanças profundas desde que Freud¹, em 1914, escreveu seu ensaio sobre o Narcisismo. A primeira mudança tem a ver com a teoria dos instintos - de acordo com os novos pontos de vista, o instinto de conservação e os instintos sexuais fazem parte do narcisismo positivo.

Mais tarde, então, em 1917, Freud² introduz o conceito de instinto de morte, que ainda hoje é um aspecto complexo e difícil de ser assimilado, sendo rejeitado por muitos analistas. A exceção é Melanie Klein, que aceitou a ideia de um instinto agressivo e destrutivo não muito bem compreendido por grande parte dos psicanalistas.

Um das contribuições mais importantes ao tema do narcisismo é a constituição do Ego Ideal e do Ideal do Ego.

O Ego Ideal constitui-se por si mesmo precocemente e depende da primeira relação simbiótica entre a mãe e a criança, a relação mãe-bebê. É através do olhar da mãe para a criança que esta captura no interior do olhar da mãe uma imagem especular, imagem essa constituída pela afeição e pelo amor incondicionais.

*Médica. Psicanalista do Círculo Psicanalítico da Bahia. Delegada da IFPS. Endereço: Av. ACM 1034 s/121C- Ed. Pituba Parque Center - Itaipara. Salvador-Bahia CEP 41825-000; e-mail: pivamarli@gmail.com

As mães investem seus filhos com qualidades e capacidades que a criança reconhece e adota como suas.

O Ideal do Ego depende de elementos sociais e é constituído com base nas qualidades e capacidades que emergem do interior da própria criança e são reconhecidas como boas e relevantes.

Quanto ao instinto de morte, ele tem relação com a agressividade e a destruição, mas parte dele está incluída no narcisismo positivo, como um impulso que se dirige ao ponto zero ou a uma situação de equilíbrio e não excitação. Ele se dirige para um ponto neutro, o vazio, o NADA.

A formação do *Self* de um Ego forte e bem estruturado depende do narcisismo.

Sabemos que as relações objetais são sempre frustrantes e egodistônicas. O tempo sincrônico do Ego só existe em referência ao narcisismo positivo como efeito da neutralização do objeto.

Essa possibilidade, embora preciosa, é precária, no entanto, uma vez que o Ego não é capaz de substituir inteiramente o objeto. Mesmo quando ele o tenta, dentro de pouco tempo a necessidade de um objeto idealizado se faz clara.

Se, por um lado, esse homem novo tenta mostrar sua onipotência e completude, por outro, vai a extremos, como atos terroristas e até suicídios como homens-bomba.

Para compreender essas ocorrências desconcertantes, a psicanálise tem de recorrer à correlação entre a distância espacial e a descontinuidade do tempo, criando uma experiência de ressentimento, ódio e desespero, conforme Green (2010).

Não há outra *chance* de retornar à unidade ou de reencontrar-se com o objeto idealizado, e o homem então procura o NADA, numa aproximação com a morte psíquica.

É através do narcisismo que a oportunidade de uma mimese do desejo pode advir, evitando que a descentralização torne inevitável o investimento do objeto que detecta a condição de acesso ao centro. O centro é suprimido e abandonado, tornando-se um lugar vazio.

O bem é alcançado sem nenhum grau de satisfação que supostamente existira, e a vida se torna equivalente da morte - a última dominando total e completamente -, o único objetivo sendo um alívio de qualquer desejo.

O modelo de atividade psíquica é a alucinação negativa do desejo. Nessa situação, o prazer é substituído pelo NEUTRO. É possível encontrar qualquer outra explicação psicanalítica para o suicídio dos homens-bomba, além do narcisismo negativo de Green?

A primeira referência que encontrei a respeito dessa interpretação foi através do trabalho - "Fundamentalismo religioso - um olhar psicanalítico" do psicanalista e professor da Universidade de São Paulo, Zeferino Rocha³.

Para André Green⁴, existe uma interseção entre a teoria dos instintos e a teoria de relação de objeto.

O impulso de vida tem o papel de transformar em objetos (objetalizar), criando relações objetais e influenciando a constituição do Ego, bem como os caminhos da atividade psíquica.

O impulso de morte, ao

contrário, faz o trajeto oposto e desobjetaliza - promove a desconexão nas relações objetais e o próprio investimento.

Esse é o modo como as operações negativas se mostram essenciais para estruturar os limites (intra e extrapsíquicos), auxiliando os processos de simbolização e os processos psicossomáticos.

Quando o trabalho do "negativo" falha, o *fading* do objeto é evidente, e o desinvestimento externo se superpõe à objetalização.

Enquanto o narcisismo primário se dirige ao UM, o narcisismo negativo é o duplo do Ego do narcisismo primário, encoberto pela sombra, de acordo com Green.

Um investimento para o Ego ou para um objeto significa um retorno ao ponto zero. Esse investimento é dirigido à inexistência, à anestesia, à vacância, quer seja o afeto o investido (indiferença), quer as representações (alucinações), ou mesmo o pensamento.

Sob o comando do investimento libidinal do Ego, pode-se perceber a ação unificadora do narcisismo sem nenhum objetivo psicosssexual.

O Ego, nesse ponto, é sentido como uma totalidade, contudo Freud conclui dialeticamente que há uma mudança, com especial atenção para a escopofilia e o sadismo, e conclui, ainda, que o Ego é um Ego corpóreo porque o Ego é uma superfície e uma projeção - a projeção que possibilita compreender o papel do olhar e o espelho.

O espelho reflete a superfície corporal e cria, ao mesmo tempo, uma imagem sob os auspícios de um olhar que muda através do seu

testemunho, a forma do semelhante.

É oportuno rever a descrição de Freud da organização narcísica do Ego⁵ em "Os instintos e suas vicissitudes". Nesse ensaio, Freud considera que eles retornam ao próprio sujeito, transformados no seu oposto, e essa combinação cria um padrão de "dupla mudança".

Quanto à identificação, ela ocorre com uma poderosa arma de destruição e secundariamente dirige-se à dessexualização, transformando a libido objetal em libido narcísica a fim de garantir os desafios à integridade do Ego através da castração.

O segundo ponto é o enfrentamento das relações narcísicas com a realidade.

Inicialmente, os dois pontos são opostos; há uma primeira contradição de o Ego ser, ao mesmo tempo, uma instância psíquica que deve manter relação com a realidade e ignorar a realidade para compreender a si mesma.

Freud chega à conclusão de que estes pontos de fixação e regressão não são bastante para fazer uma psicose, por exemplo.

A relação com a realidade transcorre entre dois limites - pensamento e ação.

A onipotência do pensamento é a expressão de um duplo investimento - a superestimação dos poderes do Ego e, circunstancialmente, a impotência dentro da onipotência e a sexualização do pensamento.

Haverá outra possibilidade de entender o ato suicida dos homens-bomba?

Quando há possibilidade de satisfação da necessidade de comando, o ódio narcísico surge.

A realidade dos desejos dos outros constitui frequente obstáculo, mas a frustração é a verdadeira razão para esse ódio, enquanto a satisfação liberta os homens dos seus desejos.

O pênis narcísico é um objeto cuja posse garante que o desejo de satisfação seja certamente encontrado sem nenhum obstáculo.

Será que o homem-bomba se identifica com o artefato que prende ao próprio corpo como um pênis narcísico?

O Ideal do Ego tem alguma semelhança com ele, e, embora uma aspiração do Ego, um dos seus valores pode ser subscrito pela realidade, porque o Ego pode apenas procurar sua projeção narcísica no objeto, uma verdade adaptada às demandas do sujeito.

A irrealidade do objeto leva a uma regressão da sexualidade pré-genital, inundando o Ego para que assuma amplamente sua exclusividade a uma sexualidade autoerótica mais uma vez.

O Ideal do Ego é parte essencial do Ego, de acordo com Freud.

No começo, a criança superestima as imagens parentais, refletindo a resposta dada à idealização parental. Por outro lado, o destino do Ideal é a renúncia radical dos instintos, incluindo a satisfação narcísica.

Esse é o modo de purificar o Ideal do Ego, quando os servos do Ideal chegam aos extremos, não somente para obter benefícios secundários, mas o abstinência assume também as inevitáveis feridas narcísicas - um narcisismo moral é então idealizado e enaltecido. Parece haver uma grande similitude com o enaltecimento dos homens-bomba. A autoaniquilação é o alvo

¹ FREUD, S. Introdução ao Narcisismo [1914]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.XIV.

² FREUD, S. Luto e Melancolia [1917]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.XIV.

³ ROCHA, Z. Fundamentalismo religioso: um olhar psicanalítico. Comunicação em Mesa-Redonda "Fundamentalismo:diversos olhares" da Semana da Cultura CTCH-CULTURA da UNICAMP, 17 de abril de 2002, xerocopiado.

⁴ GREEN, A. *Narcisismo de vida. Narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta. 1988.

⁵ FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes [1915]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.XIV.

de qualquer messianismo narcísico - a recompensa para esses sofrimentos como efeitos danosos inerentes ao sacrifício transforma-se nos favores reservados aos eleitos cuja imagem é um *feed back* para o narcisismo negativo.

Existe uma tendência à vacância, a atração pelo **nada** objetual, a categoria neutra. De fato, esse narcisismo dirige-se ao desinvestimento, à procura da indiferença.

Para Lacan, o suicídio é o único *acting out* completo. De qualquer modo, é certo que ele é prova de total autonomia demonstrada pela humanidade - a exibição do sujeito como senhor e dono do seu desejo.

A diferença entre esse e outros tipos de suicídio é que o suicídio habitual relaciona-se com uma situação de luto, perdas e privações, e o Ego está ensombreado, como diz Freud, com as sombras do objeto - a agressão a uma parte do que o Ego reflete, a agressão ao objeto introjetado, parte objeto perdido, parte objeto odiado.

Nesse caso particular, são endereçadas à ameaça externa; a agressão e a destrutividade para com esse inimigo externo fazem o Ego sentir-se poderoso, identificado com uma arma poderosa que parece uma extensão do seu próprio corpo.

Eles se elogiam a si próprios, como se fossem onipotentes, e à possibilidade de matar muitos ao mesmo tempo. Não obstante, eles têm de matar a si próprios.

Para Green⁶, todo investimento traz consigo o desinvestimento - isto como se sua própria sombra fosse projetada para trás e olhasse para o estado místico que precede o desejo, sendo direcionada ao alívio permitido pela

neutralidade que segue à satisfação de um desejo tido como plenamente satisfeito.

O narcisismo negativo implica toda satisfação narcísica através da não satisfação do desejo de objeto, porque o primeiro deve ser considerado como mais desejável do que a satisfação submetida à dependência objetual, bem como a variação aleatória e as respostas erradas estão relacionadas à esperança do que se considera como tendo sido realizado.

Tanto o narcisismo objetual quanto o investimento narcísico possuem uma carga de ambiguidade.

A realidade do objeto é inimiga do narcisismo, e o objeto da realidade é sua função na economia do Ego. O objeto é essencial para a fundação do Ego e a elaboração do narcisismo.

Este é o ponto essencial da questão. O Ego projeta toda sua libido no objeto escolhido, o que empobrece o próprio Ego, como um autossacrifício em nome de um Ideal de Ego que é tomado como modelo de perfeição e fonte de toda felicidade, conforme Zeferino Rocha⁷.

As causas políticas e religiosas tornam o Ideal do Ego com as mesmas características do Ego Ideal infantil, com os pais onipotentes idealizados.

No final, há uma identificação do sujeito com um mesmo tipo de Ego Ideal que traz uma satisfação narcísica que suplanta qualquer outro tipo de satisfação.

Onipotentes e perfeitos, eles não são apenas os representantes da lei, mas eles próprios a Lei acima da vida e da morte.

⁶ GREEN, A. *Narcisismo de vida. Narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.

⁷ ROCHA, Z. *Fundamentalismo religioso...*, op. cit.

REFERÊNCIAS

- DOR, Joel. *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1991.
- FREUD, S. Introdução ao Narcisismo [1914]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.XIV.
- FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes [1915]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.XIV.
- FREUD, S. Luto e Melancolia [1917]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.XIV.
- FREUD, S. Além do Princípio do Prazer [1920]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. 1976. v.XVII.
- FREUD, S.O Ego e o Id [1923]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.v.XIX.
- GREEN, A. *Narcisismo de vida. Narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.
- GREEN, A. *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- ROCHA, Z. Fundamentalismo religioso: um olhar psicanalítico. Comunicação em Mesa- Redonda "Fundamentalismo:diversos olhares" da Semana da Cultura Cs TCH-CULTURA da UNICAMP, Campinas,17 de abril de 2002. Xerocopiado.

New challenges to Psychoanalysis**

Keywords: suicide bombers; suicide ; narcissism of death; narcissism of life; ideal ego; ideal of the ego.

Abstract:

The new psychoanalyst is overwhelmed by the new events and facts he has to face and is argued about nowadays. What may happens inside a suicide bomber's mind ? Why does he react so decisively and stubbornly in his search for death as an inevitable aim? What is in the target a mother makes a child seek, as a mysterious total and absolute object of desire? What is so attractive in being an out of law and a transgressor? Besides a reward in heaven, is there an irresistible distinction on earth? Destructiveness seems to be felt as an overwhelming power that guarantees a special honor to themselves and their families - something that surpasses mother's love and care. There must be a difference between other types of suicide and such a violent one. Trying to make a co-relation with the death instinct, a French psychoanalyst, André Green developed the theory of negative narcissism - a narcissism of death instead of the narcissism of life, the first one involving a "desobjectalizing" function that may explain the suitable circumstances and irresistible environment which enable the emergence of such events. The narcissism of death sets the trend to the zero point - the point where there is no excitation. It works as the hidden part of narcissism of life in which we may identify a series of signs, but the death instinct though quiet and mute and even not acceptable by many psychoanalysts is still there.

* Trabalho apresentado no XVII Forum da IFPS sobre o tema "New challenges to Psychoanalysis" realizado na Cidade do México de 09 a 13 de outubro de 2012.

A importância da psicologia criminal na investigação policial

Júnior*

Palavras-chave: Investigação Policial; Portadores de Transtornos Mentais; Crimes Cruéis; Técnicas de Investigação Policial.

Resumo

Investigações Criminais realizadas pela Polícia e veiculadas pelos meios de comunicação nos colocam perante crimes considerados inacreditáveis pela carga de crueldade aplicada pelo criminoso a sua vítima. Tais crimes e criminosos merecem uma atenção especial porque, na maioria das vezes, são cometidos por portadores de transtornos mentais. Por isso, deve o Investigador de Polícia utilizar vários instrumentos e técnicas dispostos pela legislação penal que têm por fim apontar como o crime foi cometido, quais os instrumentos e métodos utilizados pelo criminoso; análise do local, a assinatura deixada; o perfil e o comportamento da vítima.

INTRODUÇÃO

Atualmente, observamos o crescimento das investigações policiais que nos trazem notícias a respeito de crimes praticados por pessoas portadoras de psicopatologias. São os mais variados tipos de violência: homicídio, instigação ao suicídio; estelionato; estupro, estupro de vulnerável, violação sexual mediante fraude, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente; entre outros.

Investigações criminais realizadas pela Polícia levaram à captura de alguns criminosos, possivelmente portadores de algum transtorno, entre eles, Francisco das Chagas Rodrigues Brito, acusado de ter matado 42 meninos nos municípios de São José do Ribamar, em São Luís do Maranhão, e Paço do Lumiar, em Altamira no Pará, entre os anos de 1993 e 2003. Essa investigação ficou conhecida como **O caso dos Meninos Emascarados de Altamira**. Em São Paulo, no ano de 1998, investigações policiais levaram à captura de Francisco de Assis Pereira, que ficou conhecido como **O Maníaco do Parque**, acusado de matar pelo menos seis mulheres e de violentar outras nove. Outro fato que mereceu destaque foi o duplo homicídio cometido contra o casal Manfred Albert von Richthofen e sua esposa Marísia von Richthofen, assassinados pela própria filha,

seu namorado e o cunhado, no quarto da casa onde dormiam, no dia 31 de outubro de 2002. O crime foi comemorado num motel pelos dois principais acusados. Em 2011, foi preso em João Pessoa, Paraíba, Fábio Pereira de Souza Neto, também conhecido pelo nome de Abner Machado, investigado pelo cometimento de vinte estupros de crianças, adolescentes e mulheres na Paraíba e em outros Estados da Federação. Fábio seduzia as crianças oferecendo doces. Após drogá-las, eram submetidas a cárcere privado e estupros repetidos durante dias. Em algumas cidades do interior, para se aproximar das vítimas, fingia ser professor, proferindo palestras sobre o perigo do uso de drogas.

Podemos observar que os motivos e os métodos aplicados por esse tipo de criminoso fogem ao perfil de crime usualmente enfrentado pelos investigadores policiais no seu cotidiano. Isso nos leva ao entendimento de que é necessário capacitar profissionais da segurança pública com conhecimentos que permitam traçar um perfil do comportamento desse tipo de criminoso, tendo por fim proporcionar sua captura com a maior celeridade possível. Para isso, o Investigador de Polícia deve estar atento tanto no que determina a Legislação Penal como a Psicologia Criminal, buscando identificar o que motiva determinado comportamento criminoso; a sua assinatura; o *modus*

*Agente de Polícia Federal, Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Segurança Pública e Ciências Criminais.

operandi; seu comportamento no local do crime; etc.

Hoje podemos constatar que já existem, nos quadros da polícia, profissionais (por exemplo, psicólogos, psiquiatras) que podem ser capacitados para executarem esse tipo de investigação. Importante ressaltar que, tanto no processo de formação quanto no de aperfeiçoamento, deverão ser ministrados, também, conhecimentos acerca do Direito Penal e da Legislação Especial Penal, para que o profissional fique habilitado a produzir um trabalho orientado por normas legais, buscando elementos de convicção que auxiliem na identificação da autoria, materialidade e circunstâncias do cometimento da infração penal, possibilitando ao Ministério Público oferecer a denúncia.

Para entendermos o funcionamento e a atuação da Polícia Investigativa, bem como seus meios e métodos de atuação, faz-se necessário abordar alguns conceitos administrativos e princípios que regem a atividade policial.

1. PODER DE POLÍCIA E ÓRGÃOS POLICIAIS

1.1 PODER DE POLÍCIA: CONCEITO.

É necessário que o profissional de Psicologia que venha atuar numa investigação policial se familiarize com alguns conceitos de Direito Administrativo, Constitucional, Processual Penal e Penal, para que possa entender o funcionamento das fases pré e pós-processuais. De início, trouxemos o conceito de Poder de Polícia, que, para Di Pietro¹, é "[a] atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público".

Em relação à Instituição Policial, Diocleciano Guimarães² conceitua como:

[...] órgãos do Poder Público incumbidos de garantir, manter, restaurar a ordem e a segurança públicas; zelar pela tranquilidade dos cidadãos; pela proteção dos bens públicos e particulares; prevenir contravenções e violações da lei penal, bem como auxiliar a Justiça.

1.2 ÓRGÃOS POLICIAIS: PREVISÃO LEGAL

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Cíveis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares³. Entre as instituições acima, ao considerarmos a natureza de nosso estudo, destacamos apenas as Polícias Judiciárias: Federal e as Cíveis dos Estados.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas no art. 144, parágrafo 1º, incisos I a IV da CF/88. Entre elas, destacamos duas: a primeira prevista na parte final do inciso I, que trata das "outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei", e a segunda, prevista no inciso IV, que se refere ao "exercício exclusivo da função de polícia judiciária da União". Em relação à Polícia Judiciária e à Investigação Criminal, faz-se necessário estabelecer uma diferenciação. A função da Polícia Judiciária consiste no cumprimento de

¹ DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. *Direito Administrativo*. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2003. p.111.

² GUIMARAES, Diocleciano Torrieri. *Dicionário Técnico Jurídico*. Prefaciado pelo ministro Antônio Cezar Peluso. 7 ed. São Paulo: Rideel, 2005. p.44.

³ BRASIL. Constituição [1988]. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2010. art.144.

determinações judiciais nas fases pré-processual e processual, voltadas para o cumprimento de mandado de prisão, busca e apreensão, localização de pessoas, manutenção da segurança durante audiência judicial, ou seja, para atender às determinações do Poder Judiciário. A Investigação Criminal visa apurar as infrações penais e sua autoria, materialidade e circunstâncias, buscando elementos de convicção que possibilitem ao Ministério Público oferecer a Denúncia. Vale acrescentar que, caso o Ministério Público tenha informações suficientes para o oferecimento da denúncia, pode dispensar a Instauração do Inquérito Policial.

No âmbito da União, a Polícia Federal, dentro de suas atribuições, executa as Investigações Criminais que serão formalizadas em Inquéritos Policiais, onde serão reunidas todas as informações apuradas pela equipe policial, e os quais serão remetidos ao Ministério Público Federal.

No âmbito dos Estados-membros, atua a Polícia Civil, que exerce as funções de Polícia Judiciária e executa a apuração das infrações penais, exceto as de atribuição da União e as militares, conforme o parágrafo 5º do art. 144 da CF/88. Todo o trabalho de Investigação Criminal realizado também é formalizado em Inquérito Policial, que será encaminhado ao Ministério Público Estadual.

2. POLÍCIA JUDICIÁRIA: ATRIBUIÇÕES E A FUNÇÃO DE INVESTIGAR

2.1 ATRIBUIÇÕES DO AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Ocorrido um fato criminoso,

deve a equipe policial se deslocar até o local do fato. O Agente de Polícia é o responsável pelas atividades operacionais, tais como: comparecer ao local do fato criminoso; localizar e identificar criminoso(s), testemunha(s) e vítima(s), bem como a localização de produto(s), proveito(s) e objeto(s) utilizado(s) na prática de crimes; realização de vigilância policial (campana); infiltração policial; interceptação telefônica; além de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais; entre outras.

A Investigação Policial é um conjunto de procedimentos sistematizados, de natureza interdisciplinar, que busca elementos de convicção que auxiliem na produção de provas da infração penal, buscando identificar autoria, a materialidade e as circunstâncias em que ocorreu.

O resultado da investigação policial será enviado ao Poder Judiciário para que sejam realizados os procedimentos legais.

O conhecimento de uma infração penal pode chegar à Polícia de várias formas: através da própria vítima, de parentes, vizinhos, da imprensa, telefonema anônimo, etc. Ao tomar conhecimento da ocorrência de uma infração penal, o Investigador de Polícia deve buscar informações que subsidiem as ações que serão executadas. Toda atividade policial, por mais simples que seja, deve ser precedida de um planejamento que leve em consideração o grau de dificuldade da atividade a ser executada. É o que se conhece por Planejamento Operacional no qual devem estar previstos, sempre que possível: o início e o término da investigação; a composição da equipe e as técnicas que serão aplicadas, sempre considerando o grau de

complexidade da missão a ser desenvolvida.

2.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INERENTES À ATIVIDADE INVESTIGATIVA POLICIAL

No exercício da atividade de Investigação Policial, principalmente no que concerne à Polícia Judiciária, podemos observar que vários princípios, garantias e direitos estabelecidos pela Legislação Brasileira deverão ser observados. Para que isso ocorra, faz-se necessário que o Investigador de Polícia tenha conhecimentos básicos sobre Direito Constitucional, Penal e Processual Penal. Entre esses conhecimentos, destacaremos alguns, para que o leitor possa ter a real dimensão da matéria.

2.2.1 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

É considerado fundamento estabelecido na CF/88, no art. 1º, inciso III. Aplica-se a todas as pessoas físicas indistintamente, estando assegurados todos os direitos e garantias inerentes a sua condição. A Convenção Americana de Direitos Humanos, assinada em 25 de dezembro de 1992, também conhecida por *Pacto de San José da Costa Rica*, estabelece o dever de respeito a direitos e liberdades, garantindo seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas, ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social. Com isso, a Dignidade é considerada como o atributo essencial da pessoa humana, independentemente de

suas características físicas ou sociais. Incluem-se, nesse contexto, os portadores de deficiência mental e os presos, que terão tratamento condizente com a sua condição humana, ou seja, terão direito aos seguintes aspectos: vida digna, assistência à saúde, educação, proteção do Estado, assistência familiar, integridade física, etc.

2.2.2 PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE

O art. 5º, inciso LVII, da CF/88 prevê que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Este princípio deve ser observado pelo Investigador Policial, pois o investigado é sujeito de direitos. Observar este princípio significa impedir que um inocente seja punido ou que um culpado fique sem a penalidade cabível. O Estado deve provar que o cidadão cometeu o crime e não o cidadão provar que é inocente. O ônus da prova cabe ao Estado, valendo ressaltar que a presunção de não culpabilidade é relativa, ou seja, cabe prova em contrário que deve ser trazida pela Polícia.

Desse princípio, decorrem direitos, quais sejam: o direito à ampla defesa e ao contraditório; o direito de recorrer em liberdade, se for o caso; o duplo grau de jurisdição e o direito ao silêncio, que é a impossibilidade de obrigar o acusado a colaborar na apuração dos fatos que possam causar a sua prisão.

Um dos aspectos mais próximos da população e que envolve a presunção de não culpabilidade é a forma como a imprensa sensacionalista abusa do seu poder de informar, ao noticiar os crimes. De acordo com as garantias constitucionais, o investigado deve ser preservado

de qualquer tipo de constrangimento, evitando que sua imagem seja divulgada durante a Investigação Policial que corre contra ele.

2.2.3 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O inciso II do art. 5º CF/88 estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Trata-se do Princípio da Legalidade, que está inserido no capítulo referente aos Direitos Individuais. O cidadão pode fazer tudo que não esteja proibido por lei. Já para os Investigadores de Polícia, somente é lícito atuar quando a lei determina ou autoriza. No inciso XXXIX do artigo 5º da CF/88, encontramos o Princípio da Legalidade Criminal, que estabelece o seguinte: "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal".

2.3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO INVESTIGADO

O art. 5º *caput* da CF/88 prevê que todos são iguais perante a lei, indistintamente, sendo garantida, aos brasileiros e estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Estabelece que homens e mulheres sejam iguais em direitos e obrigações e que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Estabelece que a casa é asilo inviolável do indivíduo, sendo proibida a entrada, salvo no caso de consentimento do morador, de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. Em relação à pessoa submetida a prisão, estabelece o

artigo supra que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada; o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, além de ter direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

3 ATIVIDADE POLICIAL E PRÁTICAS OPERACIONAIS

No exercício da atividade, o Investigador de Polícia deverá empregar as práticas policiais mais eficazes e adequadas à apuração de dados e informações, tudo a depender do grau de complexidade do fato investigado. Destacamos que a conduta do Policial deve estar pautada em lei, sempre com a observância dos direitos e garantias fundamentais da pessoa investigada. Adiante, demonstraremos algumas práticas utilizadas, alertando que o rol apresentado é exemplificativo.

3.1 INFILTRAÇÃO POLICIAL

Prevista nas leis de crime organizado e tráfico de drogas, mas que poderia ser regulamentada para ser utilizada para investigações de assassinos em série que agem em grupo.

É a prática que consiste na colocação do Investigador de Polícia no seio da organização criminosa, com o fim de buscar

informações que levem à identificação das pessoas envolvidas, dos crimes que são praticados, do modo de agir dos criminosos ou de organização criminosa. Divide-se em três etapas, a seguir especificadas.

3.1.1 PRELIMINAR

Ocorre antes da infiltração propriamente dita, consiste na escolha do Investigador de Polícia que vai ser infiltrado, levando em consideração os seguintes pontos:

- análise do perfil do policial infiltrado;
- criação de falsa identidade, preparando-o para o meio;
- criação de uma cobertura (falsa história que apague sua condição de policial);
- tempo de duração;
- custo.

3.1.2 INTRODUÇÃO

Consiste na colocação do Investigador de Polícia no seio da organização criminosa, que pode ocorrer das seguintes formas:

- através de informante (pessoa que tem laços com membros da organização, porém não faz parte dela);
- membro da organização (pessoa identificada que pretende os benefícios da delação premiada);
- autocolocação (mais difícil e demorada, porém mais eficaz e segura para o Policial).

3.1.3 ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO AGENTE INFILTRADO

Após a infiltração, inicia-se o processo de colheita de dados e informações que levem à identificação da autoria e dos crimes que estão sendo praticados

pela organização criminosa. Durante esse período devem ser levados em consideração os seguintes pontos:

- tempo de duração;
- técnicas empregadas;
- colheita de dados e informações;
- custo da operação; e;
- resultados obtidos.

3.2 VIGILÂNCIA POLICIAL

É a prática policial que consiste em se aproximar o máximo possível do(s) investigado(s), tendo por fim colher informações necessárias à investigação criminal. Tem por objetivo a identificação e/ou confirmação de pessoas, coisas, lugares, hábitos, bem como a descoberta de participação de outras pessoas na prática de crimes. Deve ser feita de forma velada, a pé ou com a utilização de veículos. Deve ter, no mínimo, quatro (04) policiais, equipados com câmeras de filmagem e de fotografia discretas.

3.3 DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE PESSOAS E COISAS

É prática policial que consiste em localizar testemunhas, vítimas e infratores, bem como produto e/ou proventos de infração penal, podendo ser utilizados os mais variados bancos de dados à disposição do Policial. Para o cumprimento de uma diligência desse tipo, deve o Investigador Policial buscar nas peças de informações que originaram a investigação. Em seguida, pode fazer uso de *sites* busca (ex.: *Google*), de relacionamento (ex.: *facebook*, *orkut*), de pessoas desaparecida; catálogo telefônico ou bancos de dados oficiais (ex. *Infoseg*). Após obter estas informações, o Investigador de

Polícia deverá buscar confirmar estas informações nos antigos endereços residenciais e de trabalho da pessoa procurada, entrevistando vizinhos, parentes ou pessoas próximas ao procurado.

3.4 INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA

Procedimento previsto na Lei 9.294/96 que consiste na prática policial realizada por Investigador de Polícia com o fim de em capturar, em tempo real, conversas realizadas entre dois ou mais interlocutores, sem a ciência destes. Nos Estados Unidos são muito utilizadas para colher dados de grupos como os *skinheads*, grupo de neonazistas, que pregam o racismo e são responsáveis por vários crimes, dentre eles homicídios. O Investigador de Polícia deverá separar os diálogos que interessam à Investigação e, ao final do prazo, elaborará um relatório circunstanciado do que tenha sido apurado, separando o que interessa à investigação e descartando o restante.

3.5 REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DE ENTES PÚBLICOS E PRIVADOS

É prática policial que consiste em buscar informações referentes a pessoas investigadas e que componham bancos de dados de entes públicos ou privados, obedecido ao critério de autorização judicial, quando o sigilo dos dados estiver sob proteção legal, como no caso de obtenção de dados telefônicos, fiscal e bancários, por exemplo: lista de passageiros; dados cadastrais de conta-corrente; etc.

3.6 DECLARAÇÕES DE TESTEMUNHA(S) E VÍTIMA(S)

São procedimentos executados

pelos Investigadores de Polícia, com o objetivo de buscar o maior número de informações acerca do fato em análise.

Nas declarações prestadas pela testemunha, deverá o Investigador de Polícia atentar para o máximo de dados possíveis, por exemplo: hora e local que podem indicar se o criminoso tem familiaridade ou não com a vítima ou outras pessoas, utilização de uniformes que possam indicar sua profissão ou empresa onde trabalha; sotaques; cor da pele; tatuagens; corte de cabelo; roupas; etc. Outros dados podem ajudar na identificação do agressor: placa e tipo de veículos; utilização de cordas; arma de fogo, arma branca; etc.

As declarações das testemunhas, do investigado e da vítima podem trazer informações que deverão ser levadas em consideração pelo Investigador de Polícia e que podem levar a outros dados acerca de coautoria, participação, materialidade e circunstâncias da ocorrência da infração penal.

Ilana Casoy⁴, descrevendo o método de David Canter, dá ênfase à coerência interpessoal entre vítima e agressor, acrescentando que "[...] a vítima representa alguém na vida ou no passado do agressor (como sua mãe ou sua ex-namorada)". Por isso, nas declarações prestadas pela vítima, o Investigador de Polícia deve estar atento para a interação entre criminoso e vítima, buscando algo que foi dito, a conduta do agressor antes, durante e depois da violência, seu comportamento e instrumentos utilizados como luvas, preservativos, cordas, etc.

3.7 PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME

A primeira equipe a chegar ao

local de crime deve diligenciar no sentido de conservar o estado das coisas, de forma que propicie a atuação dos peritos criminais. A delimitação de uma área superior ao local do fato se faz importante, pois propicia, se for o caso, uma maior colheita de vestígios. Os peritos deverão realizar vários procedimentos, dentre eles podemos destacar: fotografar toda a cena do crime; proceder à busca de vestígios (ex. pólvora, tinta, produtos químicos), impressões (ex. digitais, palmares, plantares e de ferramentas); fluídos corporais (ex. saliva, sangue, esperma, vômito); documentos (ex. diários, agendas, bilhetes, *emails*).

3.8 BUSCA PESSOAL E DOMICILIAR

É busca pessoal é prática realizada com o objetivo de encontrar arma, papéis ou objeto que constituam corpo de delito. Independe de mandado no caso de fundadas suspeitas ou no cumprimento de uma prisão em flagrante. Pode ser efetuada de dia ou de noite, e ser determinada no curso de uma busca domiciliar, com observâncias das restrições legais. A busca domiciliar é procedimento que deve ser executado durante o dia, mediante a apresentação do mandado judicial ao morador, devendo o policial ler o conteúdo do mandado antes de adentrar no recinto. Ao final da diligência, deverá ser lavrado pelo Investigador de Polícia um termo circunstanciado do que for encontrado.

4 CRIMINOLOGIA

Se considerarmos o crime como fator inerente a convivência humana em sociedade, faz-se

⁴ CASOY, Ilana. *Serial Killer: louco ou cruel?*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Ediouro, 2008. p.53.

necessário conhecermos um pouco sobre Criminologia. Trata-se da ciência que estuda o crime, a vítima, o criminoso e as formas de controle social, analisando as causas e consequências do crime para a sociedade. Para García-Pablos de Molina e Luiz Gomes⁵, trata-se de

[...] uma ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, a dinâmica e as variáveis principais do crime.

Crimes cometidos por pessoas portadoras de psicopatologias levaram os estudiosos a elaborarem técnicas que pudessem ajudar a identificar o criminoso através de seu comportamento diante da vítima, tal como: o seu *modus operandi*; sua assinatura; a escolha da vítima; o local escolhido; etc.

Por assinatura e *modus operandi*, conceituou Brian Innes⁶: "Este é um comportamento aprendido, modificado e aperfeiçoado, conforme o seu autor vai ficando mais experiente".

Para Ilana Casoy⁷, o *modus operandi*

[...] é estabelecido observando-se que tipo de arma foi utilizada no crime, o tipo de vítima selecionada, o local utilizado, a forma de agir passa a passo... é dinâmico e maleável, na medida em que o infrator ganha experiência e confiança.

Segundo a doutrina de Brian Innes⁸, a assinatura "[...] é algo que o criminoso tem que fazer para atingir a plenitude emocional". Essas características, entre outras, são fundamentais para que

se possa identificar o autor do crime, sendo necessário que o Investigador esteja atento à preservação do local onde foi encontrada a vítima, possibilitando a colheita de dados e vestígios deixados pelo criminoso. Segundo Ilana Casoy⁹:

A assinatura é sempre única, como uma digital, e sempre está ligada à necessidade do criminoso serial em cometer o crime. Eles têm necessidade de expressar suas violentas fantasias, e, quando atacar, cada crime terá sua expressão pessoal ou ritual particular baseada em suas fantasias.

A preservação do local do crime é muito importante para a elaboração do perfil do criminoso. O FBI classificou os criminosos violentos como portadores de personalidades organizadas, desorganizadas e mistas. No entendimento de Brian Innes¹⁰, os criminosos organizados premeditam seus crimes, escolhendo a vítima que se encaixe nas suas fantasias, demonstrando capacidade de se adaptarem às adversidades que porventura surjam no desenrolar de sua ação, além da utilização de materiais que serão utilizados, denominados pelos pesquisadores como "*kit crime*", e que pode conter os seguintes itens: cordas, algemas, lençol, toalha, arma branca ou de fogo, luvas, preservativos, etc. Já os criminosos desorganizados escolhem suas vítimas de forma aleatória, pois não lhe interessa a identidade ou as características da vítima, e geralmente utilizam instrumentos que estão ao seu alcance no momento do cometimento do crime.

Ainda Brian Innes, analisando a classificação proposta pelo FBI¹¹, destaca características típicas de criminosos organizados e desorganizados. Os organizados

apresentam inteligência acima da média, são socialmente habilidosos e possivelmente trabalhadores qualificados. São sexualmente competentes e, provavelmente, o irmão mais velho. Podem ser pais com emprego estável, possuindo disciplina consciente na infância, e apresentam um comportamento controlado durante o crime. O uso de álcool está associado ao crime e o estresse situacional precipita a conduta. Moram com alguém e podem locomover-se, utilizando um bom carro. Têm interesse nas notícias do crime. Após o crime, podem mudar de emprego, bairro ou região.

Os criminosos desorganizados possuem inteligência abaixo da média, sendo socialmente inadequados. São trabalhadores desqualificados e sexualmente incompetentes. São dos irmãos mais novos, com o pai em emprego instável. Na infância, podem ter sido submetidos à disciplina rígida. Ficam ansiosos durante o crime, podendo fazer uso mínimo de álcool. O estresse situacional é mínimo. Moram sozinhos e trabalham perto da cena do crime. Não se interessam pela mídia. Após o crime, mudam de comportamento ou fogem. Aqui, observamos a importância da preservação do local do crime.

Na utilização da entrevista com vítimas ou com aquelas que presenciaram algum fato criminoso, deve o Investigador de Polícia estar alerta ao que preconizam Fiorelli e Mangini¹² quanto à necessidade de se atentar para a impossibilidade de recordação e, até distorção, por conta do trauma causado pelo evento, pelo efeito de droga, pela idade da vítima ou testemunha. Alentam os autores sobre a necessidade de atenção aos relatos apresentados, sejam eles espontâneos ou por interrogatório, e aos seus riscos. No relato espontâneo, os riscos que

prejudicam são as características pessoais do indivíduo, tais como: detalhes da personalidade (exemplo: narcisista), experiência em expor as próprias ideias e aspectos fonoaudiológicos ou de linguagem (exemplo: gagueira, troca de sílabas, má escolha da palavra, etc.). Nos relatos por interrogatório, os autores acima atentam para alguns riscos que são inerentes, tais como: a emoção, que leva o sujeito a preencher lacunas, a inserção de ideias (preconcebidas ou não). Apontam fatores sociais e psicológicos que se combinam para influenciar nas respostas, tal confissão de um erro ou algum fato que cause constrangimento a si mesmo.

Do que foi acima exposto, podemos observar que os conhecimentos acima demonstrados, entre outros, devem fazer parte do processo de formação e aperfeiçoamento dos Investigadores de Polícia, para que se possa garantir uma prestação de serviço público condizente com a complexidade apresentada pelo tipo de crime, de criminoso e a forma como esse crime foi cometido, levando conseqüentemente ao seu autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da existência de várias Investigações Policiais que relatam crimes de homicídio e estupro cometidos por pessoas portadoras de algum tipo de transtorno mental, crimes estes, muitas vezes, praticados com extrema crueldade, concluímos sobre a necessidade de formação e aperfeiçoamento dos profissionais de polícia com conhecimentos específicos em Psicologia Criminal e Criminologia. Esta medida tem por finalidade incrementar a busca de dados e informações que levem à

identificação da autoria, materialidade e circunstâncias em que ocorreu o crime. Os procedimentos policiais acima expostos, entre outros, são fundamentais para o resultado da Investigação Policial. A preservação do local do crime é importante para a colheita de dados iniciais e informações que podem conduzir a elementos de convicção que ajudarão a localizar e capturar o delinquente. Vestígios (exemplo: saliva, esperma) são importantes porque colocam o criminoso no local do crime, bem como possibilitam a sua identificação. As declarações trazidas pela(s) testemunha(s) e vítima(s) do crime ajudam a elaborar o perfil do agressor, bem como a confecção do seu retrato falado.

Todo esse conhecimento pode ser utilizado para elaboração do perfil do criminoso, estabelecendo seu *modus operandi* e sua assinatura. Outras práticas policiais, tais como a infiltração policial, interceptação telefônica e vigilância policial, podem ser empregadas quando se tenta identificar criminosos e seu *modus operandi*, organizações ou grupos liderados por portadores de transtorno mental. Foi o caso dos assassinatos cometidos pela "família Manson",; grupo liderado por Charles Manson, que foi acusado de balear, esfaquear e espancar até a morte a atriz Sharon Tate, esposa do diretor cinematográfico Polanski e que estava grávida, e mais quatro amigos do casal. O mesmo grupo foi acusado de assassinar o casal Rosemary e Leno Labianca.

No Brasil, a falta de preparo da Polícia em identificar crimes cometidos por assassinos em série ficou patente quando analisamos o caso dos Emasculados de Altamira: 42 meninos assassinados no período

⁵ GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz F. *Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos*. 2.ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1997.p.33.

⁶ INNES, Brian. *Perfil de uma mente criminosa: como o perfil psicológico ajuda a resolver crimes na vida real*. São Paulo: Livros Escala, 2009. p.18.

⁷ CASOY, Ilana. *Serial Killer...*, op. cit., p.59.

⁸ INNES, Brian. *Perfil de uma mente criminosa ...*, op. cit, p.18.

⁹ CASOY, Ilana. *Serial Killer: ...*, op. cit., p. 60.

¹⁰ INNES, Brian. *Perfil de uma mente criminosa...*, op. cit., p.75.

¹¹ Federal Bureau of Investigation., que pode ser traduzido como Escritório Federal de Investigação, unidade do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, responsável por investigações criminais de âmbito federal.

¹² FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. *Psicologia Jurídica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.347.

de 1989 a 2003; de 4 a 15 anos; residentes nos Estados do Pará e Maranhão, e que foram vítimas de Francisco das Chagas Rodrigues de Brito. Foram quase 14 anos cometendo esses crimes sem ser importunado pelos Agentes do Estado. Um banco de dados de caráter nacional, que relacionasse as informações colhidas pelas Investigações realizadas pelos Estados, possibilitaria a análise das ocorrências, com a possível comparação de dados e informações, acarretando a identificação do seu *modus operandi*, que consistia em convidar os meninos para caçar passarinhos ou pegar frutas na mata. Uma vez na mata, estrangulava a vítima, cortava partes do corpo e levava como troféu. De início, o caso foi tratado pela polícia como sendo crimes comuns e sem ligação um com o outro. Com o protesto dos pais das crianças, a Polícia aprofundou as investigações e as concluíram com a prisão de Francisco no Maranhão.

Esse caso, dentre outros, sinaliza para a necessidade de modificações e incrementos nas técnicas de Investigação Policial que passem pelo processo de formação e aperfeiçoamento do Investigador de Polícia, visando capacitá-lo a entender, colher dados e formular informações que apontem para autores de crimes cometidos por portadores de algum tipo de transtorno mental.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do, de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 11 out. 2010.
- CASOY, Ilana. *Serial Killer: Louco ou Cruel?*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Ediouro, 2008.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. *Psicologia Jurídica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz F. *Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos*. 2.ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1997.
- GUIMARAES, Deocleciano Torrieri. *Dicionário Técnico Jurídico* Prefaciado pelo ministro Antônio Cezar Peluso. 7. ed. São Paulo: Rideel, 2005.
- INNES, Brian. *Perfil de uma mente criminoso: como o perfil psicológico ajuda a resolver crimes na vida real*. São Paulo: Livros Escala, 2009.
- SILVA. José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 24 ed. revista e atualizada nos Termos da Reforma Constitucional (Até a Emenda Constitucional Nº 45, de 8.12.2004, Publicada em 31.12.2004). São Paulo: Malheiros, 2005.

The importance of psychology in police investigation

Keywords: policial investigation; Mental disorders carriers; Cruel crimes; Police investigate techniques.

Abstract:

Criminal investigations made by the police and broadcast by the communication means take us to crimes considered unbelievable. Due it's charge of cruelty, applied by the criminal in his victim. Such crimes and criminals deserve a special attention because, in several times, these crimes are committed by mental disorders carriers. That's why, the police investigator must use many tools and techniques legally approved, whose has the function of leading to how the crime was committed; which were the tools and methods used by the criminal; local analysis; the signature left by the criminal; the profile and behavior of the victim.

Externalismo, linguagem privada e os chistes como formação do inconsciente na teoria psicanalítica

Rui Maia Diamantino*

Palavras-chave: Externalismo; psicanálise; chistes; subjetividade; linguagem.

Resumo

Neste texto, busca-se estabelecer um diálogo com o Externalismo como exposto nos artigos "O significado de 'significado'", de Putnam, publicado em 1986, "Mente, mundo e autoconhecimento: uma apresentação do externalismo", de Silva Filho, "Normatividade e linguagem privada", de Machado, ambos publicados em 2007. Tenta-se articular a *linguagem privada* e a *linguagem pública* com a teoria psicanalítica dos chistes, abordada por Freud no seu artigo "Os chistes e sua relação com o inconsciente". A proposição feita é no sentido de entender o que efetivamente se pode conceber por linguagem pública e privada e interrogar os limites que tais conceitos, advindos do Externalismo, apresentam ante a fenomenologia do inconsciente, cuja noção de ser estruturado como uma linguagem, estabelecida por Lacan, traz em si mesma um contraponto ao Externalismo, já que o inconsciente designa uma concepção de "mente" e "subjetividade" no âmbito estritamente privado, um "saber não sabido" de que só o sujeito do inconsciente pode vir a saber através da transferência psicanalítica.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, considerarei os conceitos do Externalismo que se referem à linguagem pública e privada para estabelecer um recorte do que buscarei analisar com relação aos chistes, possibilitando uma maior precisão do que estará sendo discutido. Num segundo momento, exporei sucintamente a teoria do chiste em Freud, problematizando a dimensão pública-privada do chiste enquanto uma emergência ou formação do inconsciente. Posteriormente, tentarei estabelecer um nexo entre a dimensão do chiste e as proposições daquilo que é público e privado no pensamento e na linguagem para o Externalismo, considerando seus possíveis limites conceituais ante os eventos mentais privados estudados pela Psicanálise que, no meu entender, se contrapõem aos argumentos ontológicos sobre a mente da filosofia externalista.

OBJETIVISMO E SUBJETIVISMO NO EXTERNALISMO: A CONVERGÊNCIA NO ENTORNO DA REALIDADE DO SUJEITO

Silva Filho propõe que a concepção externalista da mente advém de uma crítica à subjetividade empírica e cartesiana baseada em apercepções internas e "[...] desloca o problema do conhecimento, do pensamento, da

racionalidade e da verdade para o espaço público do *espírito objetivo*, do mundo intersubjetivo"¹. Com essa mudança de perspectiva ontológica, a concepção de pensamento e linguagem se estabelece numa relação direta com os objetos da realidade:

Grosso modo, para o externalismo, o que é pensado, o que é objeto da experiência e o que é objeto da fala depende, ao menos em parte, do mundo exterior à mente do sujeito, ou, ainda, é causado pelo mundo exterior. Ou seja, os estados mentais não poderiam existir, tal como o descrevemos comumente, caso o sujeito não exista num mundo exterior; [...]².

Silva Filho ainda ressalta que o Externalismo não afirma a inexistência de estados subjetivos ou intrínsecos. Porém, é necessário relacionar tais estados a uma interveniência parcial do entorno da realidade objetiva do sujeito, ou seja, mesmo em eventos privados da mente, haveria um arranjo entre os pensamentos e atitudes proposicionais do sujeito e o meio ambiente físico e social.

O argumento das Terras Gêmeas, que estabelece uma estreita relação entre o nome do objeto e o uso social dele, é uma metáfora externalista de Putnam³ para mostrar que os significados não estão na cabeça, ou seja, na mente subjetiva. Efetivamente,

* Psicólogo formado pela UFBA. ... [continua no fim do texto]

Putnam propõe uma divisão do trabalho linguístico para mostrar que definições e descrições dos objetos são modos pelos quais se estabelecem noções compartilhadas entre estes, de sorte a se estabelecer o uso das palavras como referentes à realidade. Putnam esclarece que o seu objetivo não é referir à dimensão da verdade presente no uso linguístico e, sim, estabelecer a dimensão do significado.

No Externalismo de Putnam, a dimensão do significado implica o compartilhamento entre o falante e o ouvinte, o que, por sua vez, implica uma competência no trabalho linguístico, numa possibilidade de ambos estarem em níveis similares de ideias particulares e habilidades para que a palavra proferida pelo falante possa provocar uma divisão do trabalho linguístico com o ouvinte. Há aqui dois aspectos quanto ao significado a serem assinalados: um que se refere ao que a palavra socialmente relaciona ao objeto, e o outro em que o falante, dependendo da sua competência linguística, pode dizer do objeto a partir da palavra que utiliza. Exemplificando: ouro é uma palavra que remete a significados próprios a determinados objetos estabelecidos pelos usos sociais.

Entretanto, o uso atual da palavra ouro não corresponderia necessariamente ao uso na sociedade de dois mil anos atrás, muito embora a arqueologia demonstre que objetos de ouro estivessem ali presentes. É possível que a referência ao ouro de dois mil anos atrás fosse feita por um uso linguístico diferente do atual. A referência ao objeto mudou ao longo da história social e cultural. Quanto à competência linguística do falante, ainda tomando o exemplo de *ouro*, é possível que um comprador de um

objeto pudesse se referir a uma pulseira de ouro, uma joia, portanto, através do uso de *carro*. Provavelmente ele pagaria um preço muito maior pela joia devido à sua incompetência linguística, caso ele não encontrasse um interlocutor honesto.

Para Putnam, é exigido que o falante saiba algo sobre o objeto (estereótipo do objeto) para poder dizer que adquiriu a palavra referente ao objeto. No exemplo acima citado, é necessário que o falante saiba algo sobre *ouro* e *carro* para que efetivamente tenha adquirido essas palavras no seu âmbito de competência linguística. Esse saber é regulado pela cultura e do que está em questão quanto ao objeto referido pela palavra. As exigências de saber sobre *carro* e *ouro* variarão de uma cultura para outra.

Dentro da linha do Externalismo, Machado⁴ refere-se ao pensamento de Wittgenstein sobre a linguagem privada, no qual este

[...] quer mostrar que não é possível entender uma linguagem como independente das atividades públicas (lingüísticas e não-lingüísticas) nos quais o uso de palavras estão inseridos e dos padrões de comportamento (lingüístico e não-lingüístico) com os quais esses usos estão relacionados ou pelos quais são constituídos.[...]

No que se refere ao âmbito estritamente privado, Machado aponta para uma consideração de Wittgenstein em suas "Investigações", na seção 256, sobre a possibilidade de se tornar a experiência de uma sensação inteiramente privada. Partindo do pressuposto de que tal sensação deva ser registrada como tal toda a vez em que se repita, será

necessária a recorrência à memória e a uma grafia (no caso com o sinal S) para que haja uma decisão sobre a correção ou não da sensação ocorrida:

Portanto, a capacidade do referido processo de estabelecer o significado de "S" fica dependente da existência de critérios de correção da memória, isto é, de algo ao qual possamos apelar para decidir (na maior parte dos casos, ainda que não necessariamente em todos), se lembramos correta ou incorretamente. Mas, numa situação de privacidade, nada há que possamos apelar para decidir se lembramos corretamente ou incorretamente; não há critérios de correção de memória.⁵

Assim, pelo trecho acima, pode-se depreender que o que se daria no âmbito estritamente privado não poderia ser categorizado na conta de um fato de pensamento ou linguagem desde que não recorrível em termos de memória e critérios de (in)correção. Não haveria regras, incidência normativa de sorte a estabelecer o uso da expressão privada.

Ainda para Machado, uma definição exerce papel normativo, estabelecendo o significado de uma expressão linguística, formulando uma regra no seu uso. A regra tem um uso eminentemente prático, ou seja, objetivo, "[...] algo ao qual se aplica a distinção ser/parecer. [...]"⁶. Ora,

Numa situação de privacidade, não temos critério algum para distinguir o que é do que parece ser, pois numa situação de privacidade não podemos apelar a nada objetivo para justificar nossos juízos. Nem

"S", nem qualquer sinal pode ter significado numa situação de privacidade. Portanto, as sentenças "Isso é S" e "Creio que isso é S" não têm sentido.⁷

Partindo dos pressupostos de Wittgenstein, Machado afirma que o uso que fazemos no "diálogo interno da reflexão" faz parte da linguagem comum e está de acordo com critérios (regras) públicos. Assim, diz Machado, Wittgenstein mostra que o uso da linguagem é essencialmente público. Essa visão wittgensteiniana é partilhada por Silva Filho ao introduzir o conceito de *jogos de linguagem* quando afirma: "[...] Wittgenstein mostra que as expressões onde a experiência interior é exteriorizada lingüisticamente, pressupõem, inexoravelmente, a existência de uma linguagem pública que se joga com padrões extraídos do mundo comum"⁸.

CHISTES: ENTRE O PRIVADO E O PÚBLICO, UM TEMPO PARA PRODUZIR SENTIDO

Freud, em sua obra "Os chistes e a sua relação com o inconsciente"⁹, apresenta uma série de produções linguísticas consideradas chistes (dito espirituoso). Apoiando-se em diversos autores, mostra as muitas modalidades de chistes, buscando categoriza-los.

Uma das concepções de produção chistosa dá-se **pela condensação de palavras**, ou seja, pela composição de partes de palavras que produzem novos sentidos. Como exemplo dessa produção, Freud cita a produção de "familiário", retirada da obra de Heine, *Reisebilder*, na qual o personagem Hirsch-Hyacinth, em encontro com o Barão de Rotschild., Hirsch-Hyacinth, é um homem de condição social mediana. Ao descrever o encontro

com o famoso milionário inglês, ele diz ter sido tratado por Rotschild "familiariamente", ou seja, como um igual (familiarmente) milionário (sendo ele pobre).

Outra modalidade de chiste é a que inclui a **mudança de letra** para a produção de um duplo sentido. Freud¹⁰ cita um chiste de Herr N: "[...] viajei com ele tête-à-bête", que, traduzido pela forma extensa, seria "viajei com X tête-à-tête e X é uma besta".

Curiosa também é a modalidade de chiste em que a **mudança categorial de objeto** produz mudança radical de sentido. Freud¹¹ utiliza-se de um outro chiste de Herr N para ilustrar essa outra modalidade: referindo-se a uma pessoa que tinha qualidades apreciáveis e criticáveis, é proferida a sentença - "a vaidade é um dos seus *quatro calcanhares* de Aquiles". Obviamente que isso só seria possível se Aquiles fosse um animal e não o mítico herói grego.

Há uma outra modalidade que se situa na mera **equivocação** produzida pelo trocadilho. Em certa festa, uma dama italiana vingou-se da falta de tato de Napoleão I quando ele disse sobre um conterrâneo dela: "Todos os italianos dançam tão mal!", ao que ela respondeu - "Não todos, mas boa parte (*buona parte*)"¹².

O **duplo sentido** também é incluído por Freud na categoria dos chistes. Ele cita Spitzer: "Alguns pensam que o esposo ganhou muito dinheiro e tem, portanto, dado pouco; outros, porém, pensam que a esposa tem dado pouco e tem, portanto, podido ganhar muito dinheiro"¹³.

Acima, temos alguns dos muitos exemplares de chistes que Freud aponta nas suas considerações. Ele afirma que "As palavras são um material plástico

que se presta a todo tipo de coisas"¹⁴.

É importante notar que as categorias de produção de chistes que aqui aponte: condensação de palavras, mudança de letra, mudança categorial de objeto, equivocação produzida pelo trocadilho, duplo sentido, são apropriações da construção freudiana que me permito, visando às finalidades propostas neste texto. Na sua obra, Freud¹⁵ é bastante preciso e exaustivo na sua classificação de produção de chistes.

Uma importante observação de Freud¹⁶ diz respeito à investigação do chiste: "Se alguém ri de um chiste com toda sinceridade, não está na melhor condição de investigar a sua técnica." A observação ressalta assim, que, para além do gracejo, há, na construção chistosa, algo que requer a atenção analítica, de sorte que o fato linguístico não seja sufragado pelos efeitos produzidos entre o falante-produtor do chiste e o(s) seus(s) interlocutor(es)/ouvinte(s).

Buscando o propósito dos chistes, Freud¹⁷ assinala três grandes categorias de chistes: os inocentes, os hostis e os obscenos. Em todas as três categorias, há relações com as fontes de prazer, sendo que os chistes inocentes não têm um fim em si mesmos, senão, o de provocar o riso. Há, porém, problematizações quanto às duas últimas, desde que ferem, obviamente, os preceitos sociais.

Freud, entretanto, mostra que, ante os obstáculos sociais, os chistes realizam uma tarefa subversora, jogando com o sentido das palavras enunciadas, velando e revelando a um só tempo um pensamento privado que vem a se tornar público, porém, em tempos

diferentes entre a anunciação da sentença e a sua apreensão possível. Digo "possível", posto que a intenção do que fala e a do que interpreta podem mostrar-se confluentes em termos do sentido. Porém, mesmo que isso não se dê, ou seja, que o sentido atribuído pelos interlocutores seja absolutamente diferente por cada qual ao que foi enunciado, ambos poderão sorrir por entendimentos absolutamente diferentes.

EXTERNALISMO E PSICANÁLISE: O ENTRE COMO DIFERENÇA PARA SITUAR O SUJEITO ONTOLÓGICO

O que possibilita um efeito similar ou diferente, a partir de sentidos similares ou diversos entre interlocutores mediados pela sentença chistosa é uma operação que se dá entre os registros do inconsciente de cada qual, registros onde a palavra tem efeito peculiar, privado. O comportamento de sorrir ante o enunciado chistoso que venha a se dar, não ratifica, sob o ponto de vista psicanalítico, que haja uma divisão do trabalho linguístico que pude depreender na leitura de Putnam¹⁸.

A inclusão do inconsciente psicanalítico na questão linguística problematiza, no meu entendimento, a socialização linguística e mesmo a psicologização linguística proposta por Putnam. Para ele, essas dimensões não desarticulam o fato de que nada existe na cabeça das pessoas ("cabeça" aqui entendida no sentido mentalista, subjetivista), senão, que todo o pensamento resulta da produção do ambiente físico e social. Sob o ponto de vista do inconsciente, a partir da teoria dos chistes, sim.

O que se apresenta na teoria

dos chistes, não é similar ao signo "S" de Wittgenstein para relatar uma sensação privada, conforme considerado por Machado¹⁹. Não é, também, a possibilidade de fazer o uso de *ouro* de forma lingüisticamente competente ou não²⁰. Tampouco, penso se tratar de uma produção mental que se constrói na relação com o mundo objetivo, contraposto ao mundo subjetivo²¹.

No chiste, produção linguística típica do inconsciente, pode-se ter um exemplar típico de um *entre* o pensamento privado e o público, na linguagem freudiana, entre o *latente* e o *manifesto*. É nesse *entre* que se situa o sujeito do inconsciente, diferente do sujeito social e psicológico, porque se anuncia de forma fugaz, numa irrupção que se dá entre dois tempos. Esse *entre* acarreta, ainda, dois tempos: o tempo da fala e o tempo de atribuição do sentido (pelo falante e pelo ouvinte). Algo similar é proposto por Silva Filho quando se refere ao *tempo do juízo* e ao *tempo do pensamento*, embora aplicados ao conceito do julgamento sobre si²².

Buscando uma correspondência entre construtos diferenciados quanto ao objeto a que se aplicam, os *tempos* aqui citados podem ser situados numa certa paridade: o tempo do pensamento e o tempo da fala se correspondem, ao passo que o tempo do juízo e o da atribuição de sentido se equiparam. Obviamente que, aqui há uma aproximação bastante forçada. O mais importante, porém, é que em ambas as construções, preserva-se o sentido de temporalidade na produção lingüística seja no juízo do autoconhecimento²³, seja na produção do chiste, como aqui enfocado.

O sujeito falante da Psicanálise, sujeito do inconsciente, usa as

¹ SILVA FILHO, W. J. *Mente, mundo e autoconhecimento: uma apresentação do externalismo*. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v.30, n.1, p.151-168, 2007. p.152.

² SILVA FILHO, W. J. *Mente, mundo e autoconhecimento...*, op. cit., p.156.

³ PUTNAM, H. The meaning of 'meaning'. In: PESSIN, A.; GOLDBERG, S. (Ed.). *The Twin Earth Chronicles: Twenty Years of Reflection on Hilary Putnam's "The meaning of 'meaning'"* [1975]. New York: London: M. E. Sharpe, 1996. p. 3-52. Tradução de G. S. Queiroz para o português "O significado de 'significado'", 45 p.

⁴ MACHADO, A. N. Normatividade e linguagem privada. In: _____. *Lógica e forma de vida*. São Leopoldo, R.Sul: Ed. Unisinos, 2007. p.359-371.p.364.

⁵ MACHADO, A. N. Normatividade e linguagem privada, op. cit., p.366.

⁶ Id., *ibid.*, p. 369-370.

⁷ Id., *ibid.*, p.370.

⁸ MACHADO, A. N. Normatividade e linguagem privada, op. cit., p.159.

⁹ FREUD, S. Os chistes e a sua relação com o inconsciente [1905]. In: _____. *Edição standard brasileira da obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.VIII, p.11-219.

¹⁰ Id., *ibid.*, p.33.

¹¹ Id., *loc. cit.*

¹² Id., *ibid.*, p.38.

¹³ FREUD, S. Os chistes e a sua relação com o inconsciente, op. cit., p.47.

palavras publicamente para fazer permanecer um desejo recalçado: no chiste hostil ou obsceno, a sentença substitui o ato de agressão ou o ato sexual. O que é enunciado é objeto de partilha social, porém se mantém algo que é atinente ao falante e que somente ele sabe do que se trata, podendo ocorrer casos (e isso é muito frequente) em que nem mesmo isso o falante sabe, *a priori*, senão através de uma construção *a posteriori* fundada na interpretação analítica. O caso dos "quatro calcanhares de Aquiles" é ilustrativo quanto a este aspecto. Que desejos recônditos se esconderiam no falante que troca um homem por um animal na enunciação desse chiste? Somente a agressividade?

São incertezas como essas, produzidas na relação com o inconsciente, que tornam a linguagem e a produção de sentidos uma problemática para os campos do saber em torno da mente e da linguagem. O objetivismo não responde, no meu entender, aos problemas do *intersubjetivo*, quando convocada à dimensão que escapa ao registro das sentenças que envolvem objetos naturais ou mesmo daquele que se refere ao registro do psicológico, da linguagem psicológica.

A Psicanálise propõe que o inconsciente e o sujeito do inconsciente enganam, não por desvios de ordem moral, pelo contrário, até mesmo por questões de o falante ater-se à ordem moral. A palavra, como considerada pela teoria psicanalítica, comporta o equívoco, porque ela é insuficiente para expressar o desejo, operador lógico correspondente à falta ínsita ao ser humano desde o seu nascimento até a morte. Ao se falar, não se fala tudo o que se quer

ou se pode, isso, fruto da educação, dos processos das regras sociais.

Palavra e regras sociais é um par ordenado, que não corresponde, portanto, apenas a uma eficácia de trabalho entre sujeitos para se referirem a objetos como depredendi em Machado e Putnam. Penso, também, que palavras, pensamentos e convívio social são apenas o suporte para a expressão pública ou privada de conceitos de verdade estabelecida entre dois seres supostamente racionais, como expressa Silva Filho.

Palavra e regras sociais formam um par ordenado para encobrir aquilo que do mundo privado não se pode efetivamente dizer, sem que haja por parte do falante enormes perdas que a todo custo tenta evitar, para que esteja assegurada a sua sobrevivência como falante.

Concluindo, faço aqui minhas, as palavras de Taylor:

[...] pensamos nas profundezas do não-dito, do indizível, dos intensos e rudimentares sentimentos, afinidades e temores que disputam conosco o controle de nossas vidas como internos. Somos criaturas com profundezas internas, com interiores parcialmente inexplorados e sombrios.²⁴

¹⁴ Id., *ibid.*, p.41.

¹⁵ Cf. FREUD, S. Os chistes e a sua relação com o inconsciente, *op. cit.*, p.48.

¹⁶ Id., *ibid.*, p.55.

¹⁷ Id., *ibid.*, p.97-140.

¹⁸ Cf. PUTNAM, H. The meaning of 'meaning'. *op. cit.*

¹⁹ Cf. MACHADO, A. N. Normatividade e linguagem privada, *op. cit.*

²⁰ Cf. PUTNAM, H. The meaning of 'meaning'. *op. cit.*

²¹ Cf. SILVA FILHO, W. J. Mente, mundo e autoconhecimento..., *op. cit.*

²² Cf. SILVA FILHO, W. J. Mente, mundo e autoconhecimento..., *op. cit.*, p.163.

²³ Id., *ibid.*

²⁴ TAYLOR, 1997, apud SILVA FILHO, W. J. Mente, mundo e autoconhecimento..., *op. cit.*, p.155.

REFERÊNCIAS

- FREUD, S. Os chistes e sua relação com o inconsciente [1905]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.VIII, p.11-222.
- MACHADO, A. N. Normatividade e linguagem privada. In: _____. *Lógica e forma de vida*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Ed. Unisinos, 2007. p.359-371.
- PUTNAM, H. The meaning of 'meaning'. In: PESSIN, A.; GOLDBERG, S. (Ed.). *The Twin Earth Chronicles: Twenty Years of Reflection on Hilary Putnam's "The meaning of 'meaning'"* [1975]. New York: London: M. E. Sharpe, 1996. p. 3-52. Tradução de G. S. Queiroz para o português "O significado de 'significado'", 45 p.
- SILVA FILHO, W. J. Mente, mundo e autoconhecimento: uma apresentação do externalismo. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v.30, n.1, p.151-168, 2007.

Externalism, private speech and wit how the formation of the unconscious in psychoanalytic theory

Keywords: Externalism; psychoanalysis; jokes; subjectivity; language.

Abstract:

This paper seeks to establish a dialogue with Externalism as stated in the Putnam's article "The meaning of 'meaning'", published in 1986, and two articles published in 2007: "Mente, mundo e autoconhecimento: uma apresentação do externalismo" written by Silva Filho and "Normatividade e linguagem privada" written by Machado. Attempts to articulate the private language and public language with the psychoanalytic theory of jokes (*Witz* in the original German) discussed by Freud in his article "Jokes and Their Relation to the Unconscious". The proposition is made in order to understand what actually can be conceived by private language and public language and questioning the limits of these concepts, arising from Externalism, appear before the phenomenology of the unconscious, whose notion of being structured like a language, established by Lacan, carries within itself a counterpoint to Externalism, since the conception of an unconscious means "mind" and "subjectivity" in the strictly private, "knowledge not known" that only the subject of the unconscious can come to know through the psychoanalytic transference.

* Psicólogo formado pela UFBA. Mestre em Psicologia pela mesma universidade. Atualmente, é doutorando em Psicologia (2010.1) também pela Universidade Federal da Bahia. Professor Assistente da Universidade Salvador, UNIFACS. Participou de grupos de formação no Colégio de Psicanálise da Bahia entre 2000 e 2002, na Associação de Psicanálise da Bahia em 2000. Participou do Fórum Baiano de Psicanálise entre 2001 e 2009, sendo integrante do corpo de ensino e transmissão, coordenando grupos de estudos das obras de Freud e de Lacan entre 2005 e 2009. Atualmente, não se encontra vinculado a instituição psicanalítica, mantendo junto a outros psicanalistas a continuidade de sua formação em grupo de estudos em Salvador. Apresentou trabalhos nas Reuniões Lacano-americanas de Florianópolis (2005), de Montevideu (2007) e de Brasília (2011). Exerce a clínica psicanalítica desde 2001, quando começou a atender no Núcleo de Assistência Psicológica - NAPSÍ, de orientação psicanalítica. Atualmente, exerce a clínica psicanalítica em consultório particular.

Kairós - fragmentos de uma viagem ao caos

Maria Lúcia Martins*

Palavras-chave: Kairós; saber implícito; travessia psicanalítica; fractal; caos; representação

Resumo

À luz de Kairós, objetiva-se uma hipótese de representação da travessia psicanalítica, colocando, primeiramente, uma posição para a psicanálise atual, a nosso ver, ponto de interseção entre ética, contingência, política e poesia. A rota dessa travessia parte do saber implícito (temporal e intersubjetivo) e segue com imagens do fractal, conjunto de relações matemáticas de formas irregulares infinitamente complexas e belas, também definida como uma travessia para o Caos; deste, surge a necessidade de nova direção da cura, que, através de noções de O Princípio da Incerteza, de Heisenberg, pode chegar à última estação (provisória) da travessia em causa.

¹ Embora a compreensão deste texto não necessariamente implique as imagens (26 slides) que acompanharam nossa apresentação oral, seria interessante que o leitor assistisse ao filme de Jean-Luc Godard *Nossa Música*, 2004. E que, também, revisse imagens de fractais e de *O Princípio da Incerteza*. (TEORIA do Caos – Uma nova visão (fractal) do mundo [Heisenberg]. 30 maio 2007. Disponível em: < www.orkut.com >).

² KON, Noemi Moritz. Entre a psicanálise e a arte. In: SOUSA, E. L. A. de; TESSLER, E.; SLAVUTZKY, A. (Org.). *A invenção da vida: arte e psicanálise*. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2001. p.39

*Psicanalista... (continua no fim do texto)

POSIÇÃO ATUAL DA PSICANÁLISE: PONTO DE INTERSEÇÃO DE ÉTICA, CONTINGÊNCIA, POLÍTICA E POESIA

Neste trabalho – uma nova hipótese de travessia psicanalítica –, colocaremos, primeiramente, a posição (dinâmica e dialógica) que, a nosso ver, a psicanálise atual se encontra; posição em um universo espaço-temporal, marcada por um ponto. Logo, um ponto/posição criado pela interseção de linhas distintas. Por sua vez, o ponto – a mais simples de todas as marcas visíveis em certo universo – não tem dimensão e, sim, só e somente, posição.

Tal posição da psicanálise atual (não nos arvoramos, aqui, a estabelecer um período datado) corresponde ao ponto de cruzamento da ética, da contingência, da política e da poesia. Tais linhas (ou saberes) são transdisciplinares, pois, para além da psicanálise, dialogam com outros saberes, a exemplo da arte, da filosofia, da ciência.

E ainda é preciso que a posição em causa atenda a mais uma condição: pertencer a um sistema aberto. Isso significa que, por ser dinâmica e dialógica, seu corpo possa ser renovado através de novas descobertas clínico-teóricas de psicanalistas brasileiros e estrangeiros.

Desde Freud, pode-se afirmar que, no processo psicanalítico, a separação entre prática e teoria é

algo impossível. Assim, cada novo trabalho desenvolvido em psicanálise exige do autor uma mobilidade capaz de passar da prática à teoria (e vice-versa), sem que, por tal, se afaste do objeto desse trabalho. Mesmo quando um psicanalista declara que necessitou, em certo estudo psicanalítico, marcar sólida fronteira entre a teoria e sua correspondente prática, e mais, que isso tenha sido feito, só e somente, por exigência didática, diríamos que tal fronteira, ao fim e ao cabo, denuncia uma falta. Falta do que deveria ter sido feito: correspondência entre cada ponto do processo prático e seu fundamento teórico, como cabe ao tônus do saber ou estudo psicanalítico. Enfim, do que introduz pesquisa em psicanálise.

Por sua vez, a escolha das quatro secantes transdisciplinares (ponto/posição da psicanálise atual) merece um aprofundamento prático-teórico que, aqui, não nos será possível efetuar: este texto corresponde à palestra de vinte minutos.

POESIA E POLÍTICA EM NOSSA MÚSICA: UM FILME DE GODARD

Não sendo possível desenvolver (a contento) todos os conceitos das quatro linhas acima apontadas, calaremos quanto à contingência e quanto à ética, apesar de sabê-los imprescindíveis e caros ao território da psicanálise. E, também, assim

o faremos por considerarmos que, na prática teórica do psicanalista, enquanto a ética há de ocupar o próprio cerne do viver do homem e profissional analista, a contingência é condição da vida mesma: a humanidade é contingente.

Considerando, aqui, Política e Poesia sob uma mesma ótica de uma obra de arte (filme: *Nossa Música*¹) que as integra – e também por serem, entre as quatro secantes de nossa hipótese de posição atual da psicanálise, talvez as menos comuns –, não será preciso dizer muito: as palavras e as imagens de Godard nos parecem bastar.

Dele, sugamos a ideia (mais que importante) de que, ao indivíduo da *Polis*, sempre há de haver a possibilidade do surgimento do *sujeito creator*. E criar, por sua vez, para além da Arte, também passa por um permanente desafio do próprio viver. Do viver a *Polis*, ou viver em sociedade, criando vínculos, agrupando-se. E, se, por um lado *o homem é condicionado à liberdade*, concordando com Sartre, por outro, não há como esquecer que o par política e poesia ora alarga, ora limita os diferentes modos de tal liberdade ser vivenciada. Em conjunto ou separadamente, de forma direta ou indireta, poesia e política operam não só subjetivamente na vida do homem-entre-homens, mas também objetivamente (ainda que, disto, o indivíduo não tenha consciência).

E, mais que nunca, é necessário pensar no desejo: se, por um lado, ao sujeito psicanalítico cabe dar-se conta da lei lacaniana *jámais ceder do desejo*, por outro, a vida em sociedade impõe limitações a esse (correspondente) indivíduo, todo o tempo. Enfim, todo um conjunto de condições de natureza

psicossocial (sentimento x emoção; reflexões de si e do outro: espelhos), a mais das vezes, solicita do homem-humano, entre necessidades e desapegos, atitude crítica e generosa. Referimo-nos à ternura e à solidariedade cultivadas: o enfrentamento da vida plena assim exige. Ao fim e ao cabo, somos o único animal terrestre que sabe da própria morte. E, por tal, a nossa ver, eis eternidade (possível) do casamento entre política e poesia.

Lembremos que o lacaniano Jacques-Allan Miller (Escola de Psicanálise - Paris) é um dos escritores psicanalistas que têm desenvolvido tal casamento, com real consistência e beleza.

Inúmeros escritores têm tratado da relação entre Arte x Psicanálise. Dentre eles, ouçamos:

Assim se é possível pensar em uma psicanálise poética ou uma poética psicanalítica pode ser relevante adentrar os caminhos que a estética atual tem procurado apontar. [...] O conceito de arte como formatividade por Pareyson, é de grande valia para pensarmos tanto o trabalho artístico quanto o fazer psicanalítico.²

Para dar voz à Política e à Poesia de maneira econômica (economia no sentido freudiano), vamos tomar algumas falas/cenas do fantástico filme *Nossa Música*, de Godard: a cada vez que o assistíamos, descobríamos algo novo: tal tem sido a nossa experiência. E mais: dela, sobretudo movidos de surpresa, dor e alegria, percebíamos semelhança com momentos da travessia psicanalítica. O aspecto *humano, demasiadamente humano*, do filme, para além de ser uma chamada permanente à consciência de cidadão da *Polis*,

ao mesmo tempo, realiza uma poética que atravessa o sujeito do mundo com o mundo e o faz sonhar com outro mundo melhor. Assim, a Arte, mais que nunca, é amálgama de estética e ética, de poesia e política, caibros de sustentação da crítica sensível do cinema de Godard.

Infelizmente, falas como as desse filme passariam em branco ao sujeito do consumo (exacerbado) e do poder (pelo poder); até porque os horrores também originários desse consumo caminham *pari passu* com a "atração" pela guerra, entre outros crimes que desconhecem *a arte do bem dizer*.

Na poesia de *Nossa Música*, pode-se tomar como imagem de fundo "A Virgem de Cambrai", um belo ícone. As falas foram colhidas às três distintas partes do filme: Inferno, Purgatório e Paraíso, títulos que mostram a admiração de Godard pela *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. No filme, há uma jornalista de Tel-Aviv que entrevista poetas e políticos. Ela nos desafia a refletir sobre a crueldade e injustiças do mundo contemporâneo, até mesmo quando, afirmando que a vida nada tem a ver com a morte, declara ter escolhido morrer. O próprio Godard aparece algumas vezes. As cenas do curso que ele ministra em Sarajevo "IMAGEM e TEXTO" são instigantes.

Vejamos algumas falas/cenas

A luz foi o primeiro animal visível do invisível.

Campo e contracampo... Campo e contracampo.

Tentem ver uma coisa./ Tentem imaginar uma coisa. // No primeiro caso, dizemos: veja / No segundo caso, feche os olhos. / No primeiro, o real: **a incerteza**. / No segundo, a imaginação: **a certeza**.

Há duas maneiras de ver a morte: como o impossível do possível - e como possível do impossível. (Aula pelo próprio Godard cujo tema Imagem é desenvolvido com textos e belíssimas imagens).

Uma jovem alemã, católica, em 1943, disse: o sonho do indivíduo é ser dois. O sonho do Estado é ser só um. Foi decapitada. (Resposta de um ministro à jornalista de Tel-Aviv que lhe pedia autorização para publicar sua palestra).

Se nossa época alcançou uma interminável força de destruição, será preciso fazer uma revolução que crie uma indeterminável força de criação, que fortaleça as lembranças, que materialize os sonhos.

Que trate melhor os mortos, que dê aos efêmeros uma suntuosa leitura de sua transparência, permitindo aos vivos uma navegação segura e veloz por este vale de trevas. (Fala de um poeta).

O homem passa por florestas de símbolos que o observam com olhos familiares. (Fragmento de um poema de Baudelaire).

A verdade sempre tem duas faces [...]. Troia não contou sua história.

Um país ou um povo, que tem grandes poetas tem o direito de vencer um povo que não tem poetas? Pode um povo ser forte sem escrever poesia?

Há muito mais inspiração e riqueza humana na derrota que na vitória.

Se um país nos vencer pela poesia, será o fim. (Fala do poeta Mahoud Darwich).

Enfim, escutemos os versos de Mário Quintana que, a nosso ver, podem nos ajudar a sair do filme de Godard e continuar a travessia:

Da vez primeira que me assassinaram

perdi um jeito de sorrir que eu tinha.

Depois, cada vez que me mataram

eu fui perdendo qualquer coisa minha.

Esses versos, para além de tanger o cerne poético/político do filme de Godard, também expressam, a meu ver, o horror (possível) de certo momento de uma verdadeira travessia psicanalítica. Confesso que, no meu primeiro tratamento analítico, em momento de angústia insuportável, eu, a alta voz, dizia esse poema caminhando pela casa. E ia até o espelho procurando os meus olhos; mas o que via eram dois buracos escuros... Com os versos de Quintana atravessados na garganta, voltava a andar até o mais fundo soluço. Mas a poesia e a psicanálise trataram de me ensinar que é da Arte que, de fato, são lançadas as reais perguntas ao mundo. Tropeçar nelas é um momento (de duração nula...) entre a "queda" e o sujeito psicanalítico. Tempo da cadeia de significante a outro significante

Mas, quem sabe, ao longo da travessia psicanalítica, um dia, possamos ler, no avesso desses versos de Quintana, algo assim: *Depois, cada vez que eu me falara/ fui reconhecendo coisas que sempre foram minhas*. Coisas de guardar na alma, como *Nossa Música*.

KAIRÓS E O SABER IMPLÍCITO

Iniciemos nossa travessia, tomando por empréstimo dois objetos do livro *Momento Presente*³: *Kairós* (tempo de início, concepção subjetiva de tempo dos

gregos); e *Saber implícito* (percepção intersubjetiva, saber impossível de ser falado ou mesmo simbolizado).

No livro *Momento Presente*, de Daniel N. Stern, um poema define *Kairós*: "Quando a noite avança e as estrelas percorrem o céu elas parecem nascer e depois se esconder no horizonte. O momento em que uma estrela atinge seu apogeu e parece mudar de direção ascendente para descendente é o seu *Kairós*"⁴. Assim, *Kairós* não pode ser medido, somente vivido. Por isso, para que nossa travessia não perca a luz de *Kairós*, necessitamos do *saber implícito*, lembrando que ambos dispensam a fala ou a palavra. E tal dispensa nada mais é que a intersubjetividade, tantas vezes acontecida entre psicanalista e psicanalisando.

O fluxo de consciência de um momento presente (acontecimento que implica subjetividade) é sempre um acontecimento psíquico indefinido, uma marca, um traço, um resto. Uma representação, podemos afirmar, bem ao modo como Freud renomeou o seu primeiro conceito de representação, em "Além do Princípio do Prazer"⁵.

Na prática psicanalítica, a verdadeira transferência também se insere na categoria de um saber implícito, que não se caracteriza como de natureza inconsciente, ou seja, não se trata de algo "reprimido", ou inconsciente, tampouco pode ser simbolizado. Eis uma linda metáfora do nomeado *Momento presente* (livro de Stern, já citado): na voz de R.W. James⁶ – "Como a vida de um pássaro, parece ser feito de uma alternância de vôos e pousos". Seguindo nesse traço, é lícito concordar com Stern citando Alessandro Barrico⁷: "Leia

saberes implícitos no lugar de idéias pois a idéia, ao nascer, é como galáxias de pequenas intuições, confusa, estado puro, bagunça maravilhosa". Não é difícil perceber que aí pousa a "ideia pura" (também de Barrico) ou estado pré-subjetivo que equivale a uma aceitação de uma *desordem inicial*. Desordem que inaugura o *saber implícito*, saber que captura sem palavras.

Enfim, a "ideia pura" nos arrancou de certa indecisão, pois até aí não conseguíamos saber como continuar a desenvolver a hipótese de representação intentada. Então, de muito pensar numa dupla "desordem" (a nossa, sujeito da escrita, e a do sujeito psicanalítico em travessia), veio a luz de seguir pela via dos fractais.

DOS FRACTAIS DE MALDERBROT AO PRINCÍPIO DA INCERTEZA DE W. HEISENBERG

São infinitas as aplicações do conceito de fractal: suas imagens já se espalharam por quase todos os domínios da atividade humana.

Voltemos à nossa hipótese.

Quando, em 2003, pela primeira vez encontramos o livro de Lima⁸, apontando os fractais como um dos modos de representação em psicanálise, fomos tomados de espanto (embora soubéssemos, há muito, da existência dos fractais). Em síntese, fractais são relações matemáticas ou objetos que se desenvolvem conservando a propriedade da autossemelhança; a mais notável, a nosso ver, é a de uma espécie de couve-flor, mas há outros na natureza. Os fractais (mais conhecidos através de imagens virtuais) foram fantásticamente desenvolvidos pelo matemático Benoît Mandelbrot⁹.

Entretanto, a ideia original de um fractal, ou a existência *do infinito dentro do finito*, existe desde os

tempos antes de Cristo. A lenda da fundação de Cartago (814 a.C.), longa história de lutas, heranças, cobiça e morte, nos versos do poeta Virgílio, conta que Dido, a Errante, negocia a posse de terras com os nativos (líbios da tribo dos maxios), enquanto vencedora da guerra. Acontece que Dido (fenícia e boa negociante como todo o seu povo) só poderia ocupar a área de terras (condição que lhe foi imposta, ou proibição a estrangeiros) que pudesse ser coberta por uma pele de boi. E tal pele lhe foi entregue. Dido recebe-a e corta toda ela em uma só tirinha, fazendo um enorme anel circular. Com ele, Dido rodeia uma colina, que se torna sua... E que foi nomeada Brysa (pele de boi em grego). Afinar o anel (cortá-lo infinitamente pelo meio), eis uma ação infinita, dentro do finito: o anel, um círculo, uma linha fechada.

Mas outra dificuldade nos surgiu: se, por um lado, hipoteticamente, os fractais podem representar uma travessia psicanalítica (infinita...), por outro, na realidade, o analisando e seu psicanalista sabem que tal "infinitude" é barrada, pois um tratamento psicanalítico tem "fim" (ainda que provisório...). Então, foi preciso buscar, para esse período - nomeado "final de análise"- algo que, de fato, o representasse. Afinal, a ética há de estar presente em todos os momentos da prática e da teoria de um tratamento psicanalítico: sabemos que acolher não é sinônimo de prometer, ou de seduzir, tampouco de apresentar solução; enfim, para a psicanálise, o sujeito é o único responsável por si mesmo.

Foi nesse clima que nos "encontramos" com a teoria do Princípio da Incerteza de Heisenberg. E, então, apesar de estudarmos apenas noções

³ STERN, Daniel N. *O momento presente na psicoterapia e na vida cotidiana*. Tradução de Celimar de O. Lima. Rio de Janeiro: Record, 2007

⁴ Id., *ibid.*, p.29.

⁵ FREUD. Além do princípio de prazer [1920] In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.XVIII, p.11-76.

⁶ STERN, Daniel N. *O momento presente na psicoterapia e na vida cotidiana*, op. cit. p.65.

⁷ Id., *ibid.*, p.140.

⁸ LIMA, Alcimar A. de Souza. *Pulsões: uma orquestração psicanalítica no compasso entre o corpo e o objeto*. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁹ Sobre ele e seus fractais, sugerimos a leitura do artigo de SALLES, João Moreira. Intuições fractais. *Revista Piauí*, ano 5, n.50, nov. 2010. Disponível em: <revistapiaui.estadao.com.br>.

dessa teoria, com ela ganhamos a certeza (da incerteza) de que poderíamos reorientar o sentido de direção da travessia em causa. E isso também significou uma mudança; ou seja, a travessia sofrera, não apenas um rearranjo, mas uma transformação, uma mudança de universo

E, aqui, façamos um parêntese para lembrar que o CPB – agora, em 2011, aniversário de 40 anos – teve um belo Momento Presente dez anos atrás: Jornada de aniversário de 30 anos. Nela, tivemos a alegria de, a convite de Carlos Pinto Corrêa, apresentar um trabalho, que também tratava de Tempo: "Tempo de mudança". Mudança em dois diferentes níveis: o permanente (transformação ou mudança de universo ou uma mudança de segundo nível fundamentada no paradoxo do matemático e filósofo Bertrand Russell) e o aparente (mudança de ordem ou de lugar dos elementos de um mesmo grupo, este sempre conservado). Dessa Jornada em diante, temos acompanhado o CPB, em tempo vivo de mudanças, não só no cerne da instituição, mas, sobretudo, em produção criativa de seus membros. Aos poucos, fomos apreendendo seus desejos de realização. E, quando pudemos embarcar em algum de seus voos, não tememos, pois a curiosidade (desejo de aprender) sempre nos foi companheira.

O que é nos fascina então neste Caos, que veio destruir as aspirações humanas de ordem universal? É que ele é um velho conhecido do Homem: das suas emoções, das suas atitudes, das suas decisões. Ele representa aquilo que temos de espontâneo, mesmo quando tentamos ser racionais. Ele representa as incertezas de sempre, mesmo

quando achamos que temos resposta para tudo. Mas também representa que temos algo a dizer sobre o nosso futuro, que as nossas ações, por insignificantes que pareçam no geral, podem ter um peso fundamental; que o DEVIR não deixou de estar nas nossas mãos. Ele representa o próprio Homem.¹⁰

O INFINITO DENTRO DO FINITO: PARA ALÉM DE NÓS

Mesmo depois das palavras fantásticas de Heisenberg, parece-nos solidário lembrar o antropólogo inglês John Gray¹¹ quando este afirma que a *humanidade é contingente*. Ou seja, o cientista, por mais que invente novas tecnologias, não pode ter a pretensão de dominá-las totalmente, todo o tempo. Até porque o feiticeiro, ao inventar um veneno invencível, bem pode vir a morrer dele... Isso equivale a dizer que não há mais como aceitar o determinismo: hoje, e tal linha filosófica é apenas um marco histórico e teórico. Nada pode nos convencer de que a ciência seja suficientemente forte, para prever e evitar, por exemplo, certas intempéries de nosso planeta (para ficar somente nele).

Enfim, ao confessarmos nossa atração pelo infinito, não podemos esquecer que (mesmo convivendo com inúmeras instâncias de natureza infinita) nos cabe criar, sim, não só no campo da arte, mas criar o próprio espaço-tempo de nossas vidas, sabendo-o finito; cuidando que a Natureza, também é finita.

Por isso, ao final desta travessia, pedimos licença para aqui inserir um poema nosso:

¹⁰ Teoria do Caos - Uma nova visão (fractal) do mundo [Heisenberg], op. cit.

¹¹ GRAY, John. *Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outros animais*. 2.ed. Trad. Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Para além de nós

REFERÊNCIAS

Para além de nós... Uma janela aberta para o mundo. Nele, tudo que está. Minha convivência com a paisagem esvaída do não-descoberto.

"Para além"... certamente é muito longe de olhos de ver, de ouvidos de escutar. (Diga, apenas – depois – em sussurro).

Para além... certamente é distante, e o viver tão incerto. (Diga, apenas – talvez – em voz mansa, não afirme).

Para além de nós: não, não posso dizer assim. Que um homem "é estar aqui e agora, cada qual no seu tempo".

FREUD, S.. Além do princípio do prazer [1920]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.XVIII, p.11-76.

GRAY, John. *Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outros animais*. 2. ed. Trad. Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KON, Noemi Moritz. Entre a psicanálise e a arte. In: SOUSA, E. L.; TESSLER, E.; SLAVUTZK, Y. (Org.). *A invenção da vida: arte e psicanálise*. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2001. p.39-49.

LIMA, Alcimar A. de Souza.. *Pulsões: uma orquestração psicanalítica no compasso entre o corpo e o objeto*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, Maria Lúcia. *A condição de Pégaso*. Salvador: Selo Bahia, 2002.

NOSSA Música. Direção: Jean-Luc Godard. Produção: Alain Sarde e Ruth Waldinger. Roteiro: Jean-Luc Godard. Intérpretes: Sarah Adler, Nade Dieu, Jean-Luc Godard, Ronny Kramer, Georges Aguilar e outros. França/Suíça: Les Films Alain Sarde, 2004. 80 min. Título original: Notre Musique.

SALLES, João Moreira. Intuições fractais. *Revista Piauí*, ano 5, n.50, nov. 2010. Disponível em: <revistapiaui.estadao.com.br>.

STERN, Daniel N. *O momento presente na psicoterapia e na vida cotidiana*. Tradução de Celimar de O. Lima. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TEORIA do Caos – Uma nova visão (fractal) do mundo [Heisenberg]. 30 maio 2007. Disponível em: < www.orkut.com>

Fragments d'une voyage aux caos

Mots clés: Kairós; savoir implicite; chemin psychanalytique; fractal; caos; representation.

Résumé:

À la lumière de *Kairós*, on a une hypothèse de la nouvelle représentation du chemin (d'écute) psychanalytique, en déterminant d'abord, une position pour la psychanalyse actuelle - intersection d'éthique, contingence, politique et poésie. Le chemin vient du *savoir implicite* (temporel et intersubjectif) et suit avec des images du *fractal*, ensemble de relations mathématiques de formes irrégulières, belles et infinies: ce *Caos* s'élève la nécessité d'une nouvelle direction de la cure. Notions de *Le principe de l'incertitude*, de Heisenberg** peuvent nous aider à arriver à la dernière gare (provisoire) du chemin.

*Psicanalista. Ex-membro do Círculo Psicanalítico da Bahia, atualmente clínica no Rio de Janeiro, RJ - é escritora, poeta e estuda pintura. Este texto, em parte, é resultado do trabalho em grupo sobre psicanálise e arte, em Paris, de maio a julho de 2010. [e-mail: luciarma2010@gmail.com].

**TEORIA do Caos – Uma nova visão (fractal) do mundo [Heisenberg]. 30 maio 2007. Disponível em: < www.orkut.com>

O papel da droga para o sujeito no mal-estar da civilização atual

Gabriel Câmara*

Palavras-chave: função paterna ; contemporaneidade; gozo ; toxicomania.

Resumo

Este artigo pretende esclarecer a relação entre o sujeito toxicômano e o objeto droga, como este objeto circula em sua economia psíquica e como esse sujeito estrutura sua subjetividade. Partindo, inicialmente, de uma perspectiva interna, do sujeito enquanto particular, o autor delinea as possíveis modalidades de gozo associadas ao uso de drogas. Posteriormente, discorre sobre o incremento do uso de drogas no momento atual e a importância da Psicanálise para o sujeito inserido no mal-estar da civilização contemporânea, marcada por um empobrecimento do registro simbólico e por um flagrante declínio da função paterna.

A toxicomania é um fenômeno atual que desafia o saber-fazer da Psicanálise. Dentre as novas formas clínicas neste início de terceiro milênio, ela me chama especialmente a atenção. Vejo que a toxicomania delimita uma questão de extremo interesse para nós psicanalistas que, no momento atual, estamos tentando rever nossos modelos metapsicológicos e reinventar nossa práxis – sem, entretanto, perder as bases conceituais de nossa teoria –, com o intuito de encontrarmos uma posição mais consistente em relação às novas modalidades de gozo e ao mal-estar contemporâneo.

E por que a toxicomania, então? Por conta do sujeito toxicômano, ele é um sujeito bastante moderno, eu diria, ele é pós-moderno, no sentido de que ele vem depois, por último - ele mostra o que há de mais atual no mal-estar da civilização.

Então, eu poderia começar este artigo falando do sistema econômico liberal e dos problemas de mercadoria. Posso, mas prefiro iniciar por outro caminho, e por quê? Diria, para começar de dentro, para partir de uma perspectiva interna, da subjetividade individual, e, só depois, tentar fazer uma ponte e articulá-la às normas da civilização. Creio que, seguindo assim, estarei sendo mais fiel ao pensamento freudiano, que nunca perdeu de vista a questão do sujeito como primordial, como o

que realmente concerne à psicanálise.

Mesmo quando escreveu seus textos de cunho sociocultural, Freud nunca perdeu de vista a perspectiva do sujeito enquanto particular. Diferentemente dos textos das ciências sociais, que não ressaltam a subjetividade, excluindo o sujeito como mola mestra do processo histórico-civilizatório, os textos de Freud sempre partem de dentro para, só depois, ampliar suas considerações e chegar aos dados de realidade, que corroboram também de forma decisiva como causas de sofrimento psíquico.

Em seu texto "O mal-estar na civilização"¹, Freud aponta o sentimento de culpa como o centro gravitacional do mal-estar do sujeito em relação aos outros da sociedade. É o sentimento de culpa que aponta para o micro, para o sujeito inserido em sua história familiar, estruturado por suas fantasias edípicas. Não sabendo como satisfazer suas demandas pulsionais sem entrar em conflito com a moral e a repressão social, o sujeito se vê acuado e coagido, não podendo gozar com os objetos que melhor lhe aprazem.

A princípio, o mal-estar na civilização de hoje pode parecer consideravelmente menor do que o que havia na época em que Freud viveu – antes da revolução feminina e da queda do poder

¹ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* [1930]. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.XXI.

*Psicanalista, membro do Círculo Psicanalítico da Bahia. Trabalho apresentado no XVII Forum da IFPS sobre o tema "New challenges to Psychoanalysis" realizado na Cidade do México de 09 a 13 de outubro de 2012.

patriarcal hegemônico e, algumas vezes, tirânico. Vivemos atualmente numa realidade onde tudo é possível, nada ameaça a satisfação, e o gozo pode-se expressar de forma mais diversificada. A repressão que o social exerce sobre a sexualidade arrefeceu-se, o que se justificaria pensar que as pessoas estão mais felizes, ou melhor, menos angustiadas na sociedade. Porém, nós analistas não devemos nos enganar tão facilmente com esse falso diagnóstico da situação atual, pois continuamos vendo em nossa clínica o sofrimento de jovens que nos procuram com seus sintomas e suas inibições.

A psicanálise, ou qualquer outro instrumento criado para se construir um saber, tem suas limitações e jamais pode perder o foco no sofrimento do sujeito enquanto individualidade, que é o que realmente concerne a ela. O trabalho do analista é, *a priori*, dentro de seu consultório, atendendo um a um, mas, mesmo não sendo o psicanalista necessariamente um intelectual, é ele quem mais sabe do verdadeiro mal-estar – que, como na época de Freud, continua sendo o conflito do ego com o recalcado sexual. Então, ele possui um saber complementar ao saber das ciências sociais e pode, desta forma, abordar temas eminentemente desta natureza a partir de sua teoria – isso foi que Freud fez em "O mal-estar na civilização".

O sujeito da psicanálise, diferentemente do sujeito da filosofia, não é apreendido pelo pensamento consciente. Foi o que descobrimos desde os primórdios de nossa prática analítica: o pensar se opõe ao sujeito do desejo, que é o que salta entre os significantes dentro do tempo de

uma sessão. E o pensamento ocidental sempre intencionou ser cada vez mais efetivo no apagamento do sujeito do inconsciente, este sujeito que insiste em surgir, até mesmo em nossos sonhos.

Há um ônus em ser sujeito, e isso é a-histórico porque é inerente à constituição da psique humana – dividida, barrada de suas próprias representações inconscientes. Desde que o ser humano é um ser cultural e não natural, ele é um ser de linguagem, e para estar no mundo da fala algo se perde para sempre – sempre há algo que não se pode dizer, o não dito, que é a verdade mais profunda da mente humana, aquilo que faz a pulsão circular e que é causa de desejo.

Então, o sujeito escapa de seus impulsos inconscientes investidos com energia sexual ou agressiva, e escapa da realidade para a fantasia. Há os que rompem completamente com a realidade e constroem um mundo totalmente novo com seu delírio. Há também aqueles que não rompem completamente com a realidade, mas encontram outros mecanismos de fuga - sendo um desses mecanismos o ato da drogadição, que se tornou atualmente uma forma privilegiada de garantir gozo.

POR QUE O SUJEITO SE DROGA?

Freud já apontava a necessidade que o ser humano tem de escapar da realidade. Viver a realidade todo o tempo é insuportável, então existem os mecanismos de escape desenvolvidos pelo homem para aplacar a sua angústia. A pessoa que usa uma substância psicoativa qualquer, experimenta uma alteração em sua consciência

que lhe permite usufruir de um possível e breve bem-estar. A droga promove novas qualidades sensoriais que não são possíveis de ser experimentadas sem um relaxamento das vivências proporcionadas pela consciência. Portanto, a droga pode funcionar como um objeto que causa prazer a um indivíduo em determinado momento. É comum, apenas como exemplo, o hábito de ingerir uma quantidade moderada de álcool para facilitar o contato social.

Há aqueles que passam a se utilizar de uma droga rotineiramente, sem necessariamente se tornar dependentes. Porém, mesmo não sendo dependentes – de acordo com a terminologia médica –, esses indivíduos têm dificuldade de viver sem o apoio do efeito que a substância psicoativa lhes proporciona. Amarrado em sua vida cotidiana e tendo que renunciar a sua satisfação pulsional, o sujeito então se droga para poder mudar sua realidade e gozar sem levar em consideração seus modelos identificatórios egoicos. Drogando-se, o sujeito torna-se outro - mais amoroso, cortejador, agressivo ou, até mesmo, perverso (não é incomum o sujeito que ingere um tóxico para se permitir a satisfação pulsional através de um ato perverso).

Dessa forma é que se compreende o ponto de vista da psicanálise, oposto ao da ciência, que entende o ato da drogadição como consequência de uma situação social ou familiar inadequada – como no caso de um adolescente que, não encontrando modelos identificatórios parentais adequados, finda por sofrer um trauma psíquico em seu primeiro encontro com a droga. A partir daí, esse indivíduo tornar-se-ia um

viciado, pois teria sido vítima desse encontro traumático casual. A psicanálise não deixa de levar em consideração as circunstâncias de vida que favorecem, de alguma forma, o desencadeamento que leva ao adoecimento psíquico e sabe que a adolescência, por exemplo, é um período vulnerável para esse sujeito em busca de dar um nome ao Outro e pontuar sua singularidade, que o identifica enquanto sujeito desejante. Mas aqui se soma um fator de determinismo, pois se esse encontro do adolescente com a droga pode ser visto pela ordem do trauma, há na história desse adolescente certa causalidade que favorece fazer desse encontro um encontro traumático.

Não é do destino que se trata aqui, já que o destino é uma ordem imposta por um outro divino, intangível. O determinismo existe na teoria psicanalítica porque o sujeito é marcado por vivências primitivas que lhe escapam de significação, sua estrutura limita suas possibilidades de escolha – é o que faz a diferença entre o acaso e a repetição.

QUEM É O TOXICÔMANO?

Enfim, não se delibera ser toxicômano. Entre as várias pessoas que, de alguma maneira, se relacionam com o objeto droga em determinado momento de suas vidas, há aquelas que fazem deste objeto um objeto privilegiado, único. Essas pessoas passam a consumir a droga compulsivamente e suas respectivas existências parecem não ter sentido senão for o de consumir cada vez mais e melhor tal objeto. Essas pessoas tornam-se dependentes da droga, tanto psíquica quanto fisicamente, e apresentam a síndrome de

abstinência quando param de consumi-la. Com a droga, elas não precisam nem de amigos, nem de família, nem de um sintoma? O objeto droga tem um brilho especial para essas pessoas, um feitiço que as mantém cativas de seus efeitos na consciência e no corpo. Pelo fato de esses indivíduos elegerem a droga como o objeto de satisfação exclusivo, há, entre nós psicanalistas, aqueles que creem ser o toxicômano um sujeito estruturalmente perverso – o objeto droga, então, exerceria a função de objeto fetiche.

Mas, se esse sujeito chega a esse ponto extremo de se submeter ao gozo imperativo da intoxicação, fixando-se nessa via de satisfação, como chega ele a esse limite? Em outras palavras, como se constrói um toxicômano? Como se comportava esse sujeito antes do primeiro encontro com a substância?

Aqui, tocamos na questão da origem, que Freud nunca deixou de investigar. Questionei acima se a droga funcionaria na economia libidinal desse sujeito como um sintoma ou se ela delimitaria uma estrutura à parte, fora das três estruturas clássicas – neurose, psicose e perversão.

Mesmo para os toxicômanos, o objeto droga exerce diferentes papéis em suas economias psíquicas, portanto não acredito que a toxicomania defina uma estrutura à parte das demais. Mas, para se situar a questão da toxicomania, faz-se mister desembaralhar seu modo de relação objetual.

O toxicômano tem a droga como seu único objeto de satisfação, satisfação esta que, aliás, promove a ilusão de plenitude, de um gozo absoluto, sem falta. A falta é justamente o

que esse sujeito adicto não tolera, e a droga passa, nessa relação, de objeto de satisfação para objeto que nomeia o Outro para este sujeito. Assim, ele goza objetivamente no ato de se drogar, que é pura ação, fora do circuito simbólico. Drogando-se, o sujeito escapa da angústia advinda de uma condição fálica, faltosa.

Por esse viés, não se pode incluir a droga como um objeto de desejo, pois, neste tipo de relação sujeito-objeto de desejo, a satisfação é sempre parcial e libera uma quota de energia para o desejo continuar circulando, sempre em busca de novos objetos substitutivos. A busca de objetos de desejo permite o deslizar da cadeia significante e uma dinâmica libidinal metaforizável². O que não é simbolizado é vivenciado no Real, como é o gozo mortífero do toxicômano, um gozo do corpo, sem mediação significante. Então, o que o toxicômano opera com seu ato é uma renúncia a toda sua subjetividade, e é justamente a manutenção da subjetividade que limita a consumação infinita do gozo³. Enfim, só se pode gozar plenamente quando se é objeto – e é isso que faz o toxicômano.

Também é por esse motivo que a toxicomania não pode ser entendida como sintoma, pois, para a construção de um sintoma, pressupõe-se um sujeito dividido em seu desejo. O toxicômano não se droga por desejo, antes, ele se droga para "esquecer dos problemas" – esquecer, por fim, sua angústia existencial. É comum ouvir dos toxicômanos – principalmente dos dependentes de *crack* – que o ato de se intoxicar traz, muitas vezes, vivências desagradáveis e até mesmo assustadoras (como vivências delirantes de cunho persecutório, por exemplo), mas mesmo assim

continuam a se drogar, pois preferem isso a se confrontar com o inevitável da castração e a falta que inevitavelmente advém.

O INCREMENTO NO USO DE DROGAS NA ATUALIDADE E O DECLÍNIO DA FUNÇÃO PATERNA

Os últimos 40 anos foram marcados por grandes mudanças culturais, que promoveram novas formas de subjetivação. Entre as mudanças ocorridas, podemos citar: a mudança da sociedade de produção para a sociedade de consumo, do mundo dividido em dois blocos e da guerra fria para o mundo globalizado e homogêneo.

O incremento no uso de drogas é condizente com a economia liberal, que estimula o consumo de massa através da propagação de imagens ideais que alardeiam uma falsa promessa de felicidade fácil, em detrimento de um enfraquecimento do registro simbólico.

É interessante abordar aqui a toxicomania porque ela escancara toda problemática que há nas relações objetais atualmente. Afinal de contas, não é isso que a ciência e a economia liberal impõem? Que nos tornemos todos, de certa forma, dependentes de algum objeto?

Quanto ao valor de mercado do objeto droga, ele é um bem raro e valioso⁴, seu poder econômico corrompe, inclusive, o poder político – o que propulsiona a ascensão da organização da máquina do tráfico a um nível cada vez mais elevado. Embora a psicanálise se volte para a constituição do sujeito enquanto particular, não pode deixar de considerar a realidade dessa contingência externa, que diminui sua capacidade de acessar os

indivíduos envolvidos no fio que tece a trama social do uso de drogas. A questão de como se daria a entrada em análise de um sujeito amalgamado a sua droga de escolha é pertinente aqui.

O toxicômano evita a angústia de castração com o ato de se drogar, enquanto ele estiver vivendo um "casamento feliz" com a droga não formulará uma demanda. Porém, essa felicidade é ameaçada com certa frequência, seja porque o efeito psíquico da droga pode mudar (como afirmei anteriormente, às vezes o sujeito passa ter vivências psicóticas aterrorizantes com o uso rotineiro da droga), ou por pressões sociais ou policiais. Quando isso ocorre, abre-se a chance para o toxicômano procurar ajuda de um profissional.

Numa realidade como a que vivemos hoje, onde o imaginário hipertrofiado insufla o narcisismo e a capacidade de simbolização está atrofiada, a psicanálise desponta como a técnica capaz de resgatar a função da fala para o sujeito que se afoga em busca de sua imagem ideal. Na práxis analítica atual, muitas vezes somos convocados a ocupar o lugar do pai, do pai enquanto função simbólica que sustenta o desejo e barra o gozo absoluto.

Não que a psicanálise deva salvar o pai, esta instância cuja função está em declínio após as modificações da economia, que arrebataram com todos os limites ao gozo. Porém, sabemos que o recurso simbólico ainda é o que permite o melhor trato com a angústia⁵, e, sem esse recurso, o sujeito cai repetidamente no Real e sucumbe à sua falta de representação – e isso é pura pulsão de morte.

No fim, expandimos a questão do sujeito toxicômano para a

questão do sujeito atual, que se sente – mais que nunca – desamparado. E se não é dever da psicanálise salvar o pai, ainda sim seu funcionamento é no registro do simbólico, que delimita o campo de onde pode operar para ajudar o sujeito, que vem para o divã, a se constituir como desejante⁶ e agir de acordo com sua ética.

REFERÊNCIAS

- ² FERREIRA, Olga Sá. A droga: uma nostalgia insustentável. In: ALMEIDA, Amélia (Org.). *Objeto a, Invenção lacaniana*. Salvador: Campo Psicanalítico, 2009. P.119-138.
- ³ MELMAN, Charles. *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC, 2003. Textos transcritos do seminário realizado em Curitiba, em abril de 2002. Tradução e organização por Leda Mariza Fischer Bernardino.
- ⁴ CORRÊA, Carlos Pinto. Ano 2000: o futuro das toxicomanias. *Drogas: clínica e cultura*, Salvador, CETAD/UFBA, p. 177-183, 2004 a.
- ⁵ CORRÊA, Carlos Pinto. O homem contra o sujeito, op. cit.
- ⁶ MELMAN, Charles. *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*, op. cit.
- ALBERTI, Sonia. O sintoma, a toxicomania. *Stylus*, Rio de Janeiro, Associação Fóruns do Campo Lacaniano, n.6, p.50-56, 2003.
- COELHO, Mardônio. Desejável/irresistível (objeto e sujeito na drogadição). *Topos*, Salvador, n.10, p.205-211, 2002.
- CORRÊA, Carlos Pinto. Ano 2000: o futuro das toxicomanias. *Drogas: clínica e cultura*, Salvador, CETAD/UFBA, p. 177-183, 2004 a.
- CORRÊA, Carlos Pinto. O homem contra o sujeito. In: MAGALHÃES, Sonia (Org.). *O sujeito da psicanálise*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2004 b. p.109-120.
- DOR, Joel. *O pai e sua função em psicanálise*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FERREIRA, Olga Sá. A droga: uma nostalgia insustentável. In: ALMEIDA, Amélia (Org.). *Objeto a, Invenção lacaniana*. Salvador: Campo Psicanalítico, 2009. p.119-138.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização [1930]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.XXI.
- MACHADO, Sheyla. Reflexões sobre o corpo na toxicomania. *Topos*, Salvador, p.223-232, 2002.
- MELMAN, Charles. *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC, 2003. Textos transcritos do seminário realizado em Curitiba, em abril de 2002. Tradução e organização por Leda Mariza Fischer Bernardino.
- TAVARES, Luiz Alberto. O toxicômano e sua inscrição na modernidade. *Cógito*, Salvador, p.53-57, 2005.

The role of drugs for a discontent subject in today's civilization

Keywords: Contemporaneity ; paternal function; jouissance; toxicomania.

Abstract:

This article intends to clarify the relationship between the drug-addict subject and the drug object: how does this drug object circulate within his psychic economy and how this subject structures his subjectivity. Initially, from an internal perspective of each subject, as a particular one, the author delineates the possible modes of jouissance associated to the use of drugs. He then approaches the growth of drug use in present days and the importance of Psychoanalysis for subjects inserted in our contemporary civilization discomfort, which is marked by an impoverished symbolic registry and a clear decline of the paternal function.

O tabu dos povos primitivos e o estigma das sociedades atuais: as duas faces de um mesmo fenômeno psicanalítico e sociológico

Ricardo Henrique Araújo*
Joice Cavalcante Andrade**

Palavras-chave: Totem; tabu; estigma social; transtorno mental.

ESTIGMA

Aldo Lins¹

Acordei chorando
Jorrava de dentro de mim
Toda uma denúncia de tudo aquilo
que sou.

Vagabundo, maluco, moribundo,
anarquista, amante, poeta e
sonhador.

Não me conheço,
Aliás, só por fotografia.
Não sou lavoura nem edifício.
Sou um homem que passou fome
Escarrou sangue
E foi preso como anarquista.

Também não sei mais sorrir
A minha pele hoje
É uma tatuagem cheia de escamas

Até o meu canário fugiu da garganta
Deixando minha alma de vidro
Perdida pelos escombros
Útero da solidão.

Meus trinta anos
O que direi a eles
Quando reinar o eclipse da
despedida
Haverei de doar meus olhos
Para alguém poder te ver.

Pois quem sabe um dia
Eu, hóspede da utopia,
Assustado com a sombra
Dos meus próprios sonhos
Seja encontrado sem vida
Sentado num cabaré vazio.

TOTEM, TABU E ESTIGMA SOCIAL

Em seu texto "Totem e Tabu"², Freud discorre sobre o significado do termo "tabu". Tomando por base as terminologias com as quais se relaciona ao longo das diversas civilizações (o *sacer* da Roma Antiga, o *áyos* da Grécia e o *kadesh* dos hebreus), o tabu é algo que tem uma significação multifacetada, reportando, de um lado, para o "sagrado" e, do outro, para o "misterioso", o "perigoso" e o "proibido". Em comum, entretanto, há o fato de todos esses elementos não deverem ser tocados ou abordados, de forma que denotam algo que deve permanecer à distância daqueles que não compartilham dele.

Esse desejo de manter distante e isolado algo (ou alguém) que, de alguma forma, encarna uma ameaça ao bom funcionamento da sociedade remete ao conceito de estigma. Goffman³ relata que este termo foi criado pelos gregos e dizia respeito a sinais corporais ou marcas feitas com cortes ou fogo para sinalizar que os seus portadores traziam algo de extraordinário ou ruim sobre seu *status* social. Esse sinal significava que o restante da população deveria manter-se afastado daquele indivíduo marcado. A confecção de estigmas pelos antigos gregos representa, entretanto, um processo mais amplo de

Resumo

O tabu, evidenciados pelos escritos de Freud, está instituído na humanidade desde as organizações comunitárias primitivas. No intuito de promover a interdição de desejos que poderiam levar a uma dissolução da organização de um povo, o tabu era imposto através de símbolos, a exemplo do Totem, representante do que é considerado o primórdio de um constructo semelhante ao que hoje entendemos como religião. Em estudos mais recentes, o tema do tabu passou a ser descrito como "estigma social" e se reporta a assuntos reprovados pelos representantes da sociedade civilizada, por exemplo, os transtornos mentais graves. Assim, evidencia-se que este mecanismo social dito de proteção, porém com potencial de gerar danos à liberdade e a outros direitos dos indivíduos, transpassa os diversos povos e tempos da humanidade e persiste nos dias atuais.

*Psiquiatra. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas. Autor correspondente: Ricardo Henrique Araújo. Av. Gal. Edson Ramalho, 397, Manaíra, João Pessoa, Paraíba, Brasil. Telefone: (83) 8831-2660. E-mail: ricardohenriquepb@yahoo.com.br.

** Psiquiatra. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Teorias e Técnicas para Cuidados Integrativos.

estigmatização psicológica, referindo-se à tendência da maioria de se distanciar e limitar os direitos daqueles pertencentes a grupos desacreditados e ao potencial de internalização desse *status* degradado por aqueles que são desvalorizados⁴. Goffman define estigma como "um atributo profundamente depreciativo". Alguém que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana, possui um traço que se impõe e distancia aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.

Reportando-nos às sociedades atuais, ambos os termos, tabu e estigma, correm estreitamente um ao outro e se aplicam às condutas e características que, de alguma forma, são consideradas desgraçadas e passíveis de reprovação ou reclusão. Não necessariamente requerem a presença de uma indicação visual, pois o que de fato importa é a marca ideológica. É o tabu que determina que um indivíduo seja estigmatizado pela sociedade em geral.

Freud⁵ já trazia a ideia do perigo ao se estabelecer contato com o que era considerado tabu, partindo dos próprios objetivos deste: a precaução de perigos decorrentes do contato, a proteção de pessoas importantes ou vulneráveis ou, ainda, o livramento da população em geral contra a cólera dos deuses. O tabu pode ser generalizado para um determinado povo em particular, tornando todos os seus membros harmonizados em relação àquele aspecto. Todavia, algumas pessoas podem criar as suas próprias proibições e a elas obedecerem da mesma forma que os povos primitivos o faziam em relação aos tabus comunitários. Fazendo uma ligação com a

neurose obsessivo-compulsiva, Freud ressalta que o contato com algo que seja considerado um tabu, transforma o violador também em tabu, e ninguém mais poderá entrar em contato com ele.

Nas sociedades primitivas, o Totem, enquanto representação simbólica do Pai, e o Tabu, enquanto interdição do incesto, organizavam o grupo, na medida em que proibiam as relações sexuais entre os membros do mesmo clã, protegendo-os, não apenas do parricídio, mas principalmente do fratricídio, que levariam à destruição do grupo. A interdição de tais desejos, os homicidas e os incestuosos, dá origem ao inconsciente na medida em que são recalçados como efeito da interdição inerente ao tabu. De fato, o tabu é uma tentativa de organização de uma dada sociedade para evitar que os indivíduos possam agir conforme suas pulsões mais poderosas, o que poderia promover uma dissolução da organização comunitária, quer seja tribal, quer seja pós-moderna, através da regulamentação das trocas sexuais, instituindo as regras do incesto, como expressa Freud.

A manutenção da ideia de Freud sobre tabu pode ser observada na contemporânea constatação de Stuber, Galea e Link⁶ sobre estigma social. Esses autores definem estigma como "[...] rótulos negativos, avaliações pejorativas, distanciamento social e discriminação que podem ocorrer quando o indivíduo considerado com falta de força se desvia das normas do grupo". Ainda advogam que:

A estigmatização é uma consequência para a falha no cumprimento das normas sociais, na proposta de fazer a pessoa desviante obedecer e ser reinserida no grupo ou de

*Trabalho apresentado na VI Jornada da Soc. Psicanalítica da Paraíba, 03 de novembro de 2012. João Pessoa, PB.

¹LINS, A. Estigma. In: _____. *Alma de vidro*. Recife: Grupo Paés, 2009.

² FREUD, S. Totem e Tabu [1913]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XIII, p. 13-193.

³ GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1963.

⁴ HINSHAW, S. P. *The mark of shame: stigma of mental illness and an agenda for change*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

⁶ FREUD, S. Totem e tabu, op. cit.

⁷ STUBER, J.; GALEA, S.; LINK, B.G. Smoking and the emergence of a stigmatized social status. *Social Science & Medicine*, v.67, p.420-430, 2008. Tradução nossa.

evidenciar, para os outros membros do grupo, os comportamentos que são inaceitáveis e quais são as consequências para aqueles que se engajam naqueles comportamentos.

Na atualidade, os temas considerados tabus podem estar intimamente vinculados aos relatados nas sociedades remotas. Entretanto, a cultura e as problemáticas emergentes influenciam no acréscimo de novos direcionamentos da tábua de proibições, os quais, muitas vezes, apenas são releituras de conceitos originariamente relacionados aos preceitos ditados pelos objetivos supracitados do tabu. Ao que parece, as motivações e a dinâmica do processo guardam em si as mesmas características em todos os povos dos mais diversos tempos e disposições geográficas. AIDS, transtornos mentais graves, suicídio, deficiências, pedofilia, homossexualidade, transexualidade, uso de drogas e diversidades étnica e religiosa são registros que facilmente afloram quando nos reportamos ao tabu nos tempos presentes.

O TABU DOS TRANSTORNOS MENTAIS E SUA ESTIGMATIZAÇÃO

No campo da saúde mental, o estigma relacionado aos transtornos da ordem psíquica e do uso de substâncias psicoativas está entre os principais complicadores para o tratamento dessas condições. Vários são os autores que colocam o estigma como sendo, muitas vezes, um elemento grave, que traz mais prejuízos que a própria doença mental em questão. Uma situação mais delicada é a detecção de que a estigmatização e as atitudes negativas, com certa frequência,

são maiores entre os próprios profissionais de saúde e ainda entre os que trabalham especificamente na saúde mental.

Ronzani, Higgins-Biddle e Furtado⁷ relatam que as atitudes do público em geral e dos profissionais de saúde podem afetar a qualidade de vida do paciente, bem como a maneira como ele recebe o serviço oferecido, interferindo na sua adesão ao tratamento e às atividades de prevenção. De um modo geral, esses pacientes, vítimas de atitudes negativas por parte da população em geral e dos profissionais de saúde por suas mais diversas condições (depressão, tentativa de suicídio, esquizofrenia, transtorno bipolar e uso problemático de substâncias psicoativas), tendem a demorar mais a buscar ajuda, são diagnosticados mais tardiamente e têm pior adesão a medicamentos, além de uma pior qualidade de tratamento em geral.

No caso dos problemas relacionados a uso de drogas, a questão do diagnóstico é afetada pelo estigma, pois determina uma pior aceitação da denominação clínica por parte dos pacientes e também o seu uso errôneo pelos membros da sociedade em geral e até pelos profissionais de saúde. Neste caso, o significado nosológico pode ser transposto para um rótulo pejorativo, a partir das conotações morais de quem faz o julgamento ("viciado", "drogado", "bêbado", etc.).

Chung, Chen e Liu⁸ nos informam que o estigma é capaz de influenciar todos os estágios da doença mental, desde o reconhecimento e a apresentação dos sintomas até o tratamento, a adesão e a reabilitação. Ainda partindo de visões negativas e pessimistas, médicos deixam constantemente de fazer o

rastreamento de determinados transtornos, como é o caso do consumo abusivo de álcool.

Correlacionando com os conceitos do tabu trazidos pelos escritos de Freud e ratificados pelos estudiosos mais atuais, a estigmatização dos transtornos mentais pode estar de fato relacionada à ideia do "louco", visto como um sujeito transgressor; alguém que pode romper com todos os preceitos ditados pelos códigos reguladores. O contato com ele, muito além de colocar o estigmatizador em risco de ser vitimado por qualquer tipo de agressão, poderia despertar os impulsos mais inerentes aos humanos, sejam eles relacionados, por exemplo, à pulsão de vida (na hipersexualização), à pulsão de morte (autoinfligida – no suicídio e na anorexia nervosa – ou heteroinfligida – na agressividade do psicótico) ou à pulsão oral (no uso de drogas).

O transtorno mental coloca todos nós diante da possibilidade de consciência do arsenal destrutivo que se esconde nas profundezas do inconsciente, e encará-lo de perto parece acender a lembrança de que a doença é a expressão de algo que também faz parte de cada um de nós. Manter o portador de doença mental afastado e estigmatizado é uma tentativa de anular a possibilidade de os conteúdos inconscientes, eternamente em ebulição, romperem as trancas superegoicas e se expressarem aberta e descontroladamente, pondo em risco os ditames da ordem e da evolução civilizada.

As organizações totêmicas lançavam mão de todos os artifícios possíveis para impedir qualquer possibilidade de relacionamentos entre pessoas da mesma família (principalmente mãe e filho), como era o caso das

subdivisões em fratrias, subfratrias e clãs totêmicos, que distanciavam ao máximo a possibilidade de conjunção carnal entre os indivíduos que tinham um mesmo Totem como ancestral, como descreve Freud. Esse esforço talvez se correlacione com o fato aplicado à doença mental, em que não só ela é estigmatizada, mas também as suas variantes menos graves e tudo aquilo que com ela estabelece algum tipo de vínculo, por exemplo, os métodos terapêuticos, os seus familiares e os profissionais de saúde que se voltam para seu tratamento, os quais também sofrem as restrições sociais e políticas impostas pelo distanciamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi exposto acima tenta demonstrar como o fenômeno do tabu está presente em todas as sociedades humanas, desde as mais remotas até as atuais. A conjuntura é capaz de promover uma adequação sociocultural da expressão do tabu, mas as análises mais pormenorizadas são capazes de detectar um fio de relação entre essas normas proibitivas dos diversos povos ao longo do tempo e dos estágios de civilização. Novos temas para os estigmas sociais estão sempre surgindo, todavia a lembrança dos impulsos que Freud descreveu como os inerentes à raça humana, por exemplo, vinculados à pulsão de vida e de morte, são recorrentes, tornando esses "novos temas" releituras dos já descritos inicialmente.

Vários são os elementos criados no intuito de promover uma mudança de paradigma em relação a esses temas, a saber: os movimentos e "paradas" que procuram exaltar as diversas

condições – gay, "louco", etc.; as instituições e organizações governamentais e não governamentais que reivindicam os direitos das minorias; as campanhas contra os preconceitos; e, ainda, as leis e projetos de leis que visam à proteção desses grupos. Entretanto, a questão do tabu parece estar tão arraigada nas sociedades que, apesar de todos esses esforços, a quebra de preconceitos e de atitudes negativas é um processo que evolui a passos lentos e ainda há espaço para retrocessos.

Os temas do tabu e do estigma parecem, de fato, se referir a um mesmo fenômeno, diferenciando-se um do outro apenas do ponto de vista do arcabouço teórico de quem o observa e o analisa, estando o primeiro termo vinculado aos estudos psicanalíticos publicados por Freud, em 1913, e o segundo, aos textos sociológicos que foram surgindo ao longo das décadas seguintes, tendo Goffman como um dos seus expoentes.

⁷ RONZANI, T.M.; HIGGINS-BIDDLE, J.; FURTADO, E.F. Stigmatization of alcohol and other drug users by primary care providers in Southeast Brazil. *Social Science & Medicine*, n.69, p.1080-1084, 2009.

⁸ CHUNG, K.F.; CHEN, E.Y.H.; LIU, C.S.M. University students' attitudes towards mental patients and psychiatric treatment. *Int. J. Soc. Psychiatry*, v.47, n.2, p.63-72, 2001.

REFERÊNCIAS

- CHUNG, K.F.; CHEN, E.Y.H.; LIU, C.S.M. University students' attitudes towards mental patients and psychiatric treatment. *Int. J. Soc. Psychiatry*, v.47, n.2, p.63-72, 2001.
- FREUD, S. Totem e Tabu [1913]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XIII, p.13-193.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1963.
- HINSHAW, S.P. *The mark of shame: stigma of mental illness and an agenda for change*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- LINS, A. Estigma. In: _____. *Alma de vidro*. Recife: Grupo Paés, 2009.
- RONZANI, T.M.; HIGGINS-BIDDLE, J.; FURTADO, E.F. Stigmatization of alcohol and other drug users by primary care providers in Southeast Brazil. *Social Science & Medicine*, n.69, p.1080-1084, 2009.
- STUBER, J.; GALEA, S.; LINK, B.G. Smoking and the emergence of a stigmatized social status. *Social Science & Medicine*, v.67, p.420-430, 2008.

The taboo of primitive peoples and the stigma of present-day societies: the two aspects of the same psychoanalytic and sociologic phenomenon

Keywords: Totem; taboo; social stigma; mental disorder.

Abstract:

Taboo, as evidenced by Freud's writings, was established in humanity ever since the primitive community organizations. With the intention of promoting the interdiction of desires that could foster the dissolution of the organization of a people, the taboo was imposed by way of symbols, of which the Totem is an example, representing what is considered to be the primordial construct similar to what we today understand as religion. In more recent studies, the theme of taboo has come to be described as "social stigma" and it alludes to topics that are censured by the representatives of civilized society, for example, serious mental disorders. Thus, it becomes evident that this social mechanism said to be of protection, but nevertheless having the potential to cause damage to the freedom and other rights of individuals, has pressed on through the different peoples and times of humanity and persists even to the present time.

Leia na minha camisa

Anna Amélia de Faria*

Palavras-chave: corpo; sexualidade; subjetividade; comportamento.

Resumo

O trabalho conjuga o corpo enquanto mural expressivo de imagens altamente comunicativas, e, conseqüentemente, de compreensões e afetos pedagógicos e/ou alternativos. Após os anos 60, em distintas nações eclodiram tensões e transformações comportamentais e as camisetas estabeleceram e evidenciaram corpos desejantes políticos/afirmativos de sensibilidades eróticas experimentais. A partir daí, histórias, mais ou menos caretas, advieram. O trabalho expõe um breve périplo por algumas dessas marcas.

As histórias enredam-se à vida, na medida em que a própria vida ilumina, inventa, inventaria determinadas narrativas. Exponho aqui, um modo, um fragmento, de ver e de mixar passagens, não com o intuito sintético, mas movida pelo afeto. Este texto foi produzido inicialmente para a Abeh – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – tratando de um tema fulcral, inequivocamente: a sexualidade, sendo ainda basilar e abrangente, porque curto-circuita posições: das mais rebeldes e libertárias às mais conservadoras e fascistas. Afirmei a satisfação de ter liberdade, no território Abeh, para lidar com temas tão impactantes, pois o corpo, seus usos e possibilidades de existir, liberta e apavora, nessa nossa esquizoépoca, que se estende entre regiões brutalmente dissentes.

conferiam um tom austero, europeizado, pesado, mesmo estando nos quentes trópicos. Para eles o corte curto do cabelo, a seriedade, enquanto afirmação de uma firmeza fálica. Às mulheres, do mesmo extrato social, vestidos longos, rostidade vazada; no olhar delas nem riso e nem participação, mas aparição volátil de um modo de ser conservador, modificado apenas nos anos 20. Aos mais abastados, corpos sempre cobertos, porque o corpo desnudo, não sendo o do negro e/ou indígena ideal, o "puro", não singrava, oficialmente, por significações eróticas, evidenciava, o corpo desnudo, miséria e pobreza¹. Não se requer muito esforço para reconhecer que a adjetivação desqualificadora, da eroticidade

MODOS DE VER E USAR

Tem-se a sensação, ao assistir filmes, ver fotografias anteriores aos anos 50 - em um mundo de orientação ocidental e de pessoas de um determinado extrato social - que elas eram velhas, mesmo sendo etariamente jovens. Vem a impressão que o corpo foi redescoberto no século XX. Abaixo, a foto de meu avô datada entre os anos 20 e 30, ele jovem/velho, caminhando com a vestimenta de seu tempo. Aos homens brasileiros as roupas



Figura 1 - Foto do avô.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

¹ Cf. DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011. p.17.

*Psicanalista. Pós-doutoranda pelo PPG-Artes da UnB. Professora Adjunta da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. anna.annamelia7@gmail.com

JUVENILIZAÇÃO E WAR

do corpo nu banido através do discurso moralista de rebaixamento, situava-se no panteão das formulações eivadas de hipocrisias.

Entretanto, corpo/substância abala-se: aquilatado, hierarquizado, capitalizado, ente que comove, advindo enquanto moeda de troca de distinta valoração. Digo isso porque, ao evocar um suposto recorte estético, à moda da Europa, me vem o Brasil desnudo, de duas matrizes étnicas potentes em circulação cultural, afetiva, comportamental, mas, ao mesmo tempo, relegadas à invisibilidade e/ou à menorização, seja nos textos de seus contemporâneos, textos moralistas e querentes de um ideal translocal, revisitados e criticados; quanto, ulteriormente, as contribuições dessas duas matrizes, indígenas e negras, permaneceram invisibilizadas e escasseadas nas plurais contribuições culturais, pelas mãos de outros fatores de histórias (brinco com o significante feitor, porque entendo que toda percepção promove, invariavelmente, certos fechamentos).

Pois bem, em relação ao uso ou não uso de roupas, já se escalona uma seriação, capaz de demarcar identidade, classe, religião, sexualidade, etc., dadas a perceber, através de informações descritivas da indumentária, reconhecida e mais ou menos valorizada por ser exibida ao olho taxonômico que desvaloriza o outro ao vê-lo despido. As informações são trançadas a outras memórias, principalmente as ligadas à potência sensual dos corpos; e vêm Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Mary del Priore, relatores desses usos, pois sabemos o quão "necessariamente" "fodedor" e agenciador de desejos foi e é o corpo sem pecado, alocado, aqui, no lado de baixo do Equador.

Entretanto, as histórias se comovem, se iluminam em diversas intensidades, repercutem, diferenciadamente, em seu trânsito e composições. Pulemos desse tempo – do olhar dos daguerreótipos, das poses duras e roupas escuras, ou da inferiorizada nudez - para alcançarmos a juvenilização de um mundo de orientação ocidental. O *turning point* realizado pelos jovens de nações que, mesmo não sendo as mais ricas economicamente, entretanto foram e são poderosas o suficiente para espraizar suas narrativas e versões capazes de divulgar o seu *savoir vivre*, e de fundar e asseverar vida, frustrações e aspirações de um extrato, o dos jovens, até então invisibilizado.

Uma contribuição à história da emergência da categoria jovem, sendo essa, até hoje, reconhecida e desejada como um estado de espírito e um tônus físico. Outro elemento significativo colaborador à emergência juvenil, a Primeira Guerra Mundial da Europa conforme trata Walter Benjamin no texto do Narrador², sobre o mutismo do soldado, testemunha das atrocidades advindas da guerra. Estavam emudecidos aqueles que retornavam, desiludidos e sem terem alcançado qualquer sabedoria advinda do confronto, que fora retratado como puro horror estúpido. A barbaridade endógena, o Outro maléfico era um do mesmo, desmontando toda aspiração de progresso deflagrada pela modernidade. Desamparo, horror, mutismo, angústia: não havia sabedoria no retorno dos soldados, e os mais velhos não eram mais os guardiães do mundo, datando a saída de cena da função de transmissão do saber de uma

geração a outra, regras que colapsaram, explicitando a necessidade de narrar o sem-sentido experimentado pelos moços de então.

Um salto a outro tempo de horror, a Segunda Grande Guerra, decidida pela bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, quando os EUA após o *Crack* de 1929, se já era forte, sagrou-se como uma espécie de campeão incontestável e, conseqüentemente, arrogou-se a ser o *guardião* do mundo com seu poder mortífero. Em contrapartida, muitos de seus jovens, mostraram-se, surpreendentemente, desiludidos. Se, na Primeira Guerra, a desilusão advinha da visão da inutilidade do horror e da estupidez da violência, na Segunda, foram acoplados ao horror – ante os olhos dos saídos da infância –, rancor e ódio, direcionados à realidade deflagrada pelos adultos; referendado, para muitos, como inútil o progresso propalado, que não agradava aos *enfants terribles*, de vidas sem rumo, em uma ordem que não abrigava, confortavelmente, o grupo emergente que desdenhava do *status quo*.

Ainda assim, espalhou-se um jeito de viver estadunidense, inclusive no uso das vestes, a exemplo das camisetas, as famosas *T-shirts*, usadas, primordialmente, pelos jovens combatentes da Primeira e da Segunda Guerra. O *pop*, de uso de muitos, sempre foi parceiro de uma territorialidade horizontal. Daí, um *mix* das roupas, íntimas e privadas, de soldados e trabalhadores braçais, pois os *jeans*, igualmente, possuem semelhante origem, tornaram-se sinônimo de juventude, cujo emblema maior, grudado nas retinas da memória do inconsciente escópico, é o de

Marlon Brando, James Dean.

Roupas mundializadas; mais ainda, juventude mundializada; mais ainda, expressão, inclinação à náusea mundializada, vinda pela mão do desamparo, sentido alinhado enquanto afeto moderno, urbano, privado, solitário. Se, antes do advento do sistema plenamente capitalista, inicialmente Deus foi descentralizado, no depois medieval os Estados mais ricos não obtiveram sucesso completo com o programa positivista de progresso, justapostas estavam, falta de paridade (relembrando um dos ícones da propaganda iluminista: igualdade) e repartição da riqueza, quer dizer, a miséria continuou e continua eclodindo em qualquer canto; de qualquer forma, ainda, e também, pelas mãos dos jovens: suicídios, recusas e reiteradas angústias alquebram as maníacas univocidades. Entretanto, certo é que o jovem transformou-se em *token*, em objetivo.

O caráter destrutivo não vê nada de duradouro. Mas, por isso mesmo, vê caminhos por toda parte³. Icônica, instituiu-se a virilidade do jovem, sua destrutividade, que, por muitas vezes, mais do que promover ruínas parecia desejar abrir caminhos, em detrimento dos desenhados pelos poderosos. A juventude, no século XX, não estava mais aprisionada a uma suposta inocência assexuada da infância e nem adestrada ao canto das funcionalidades, ser jovem significava/significa devir, e, por isso mesmo, à medida em que a juventude se normatizou..., deixou de ser. Mas essa seria outra discussão, uma ideia para deixar em *stand by*: ser jovem enquanto emblema e objetivo comum. Quero elencar esse estrato, jovem, como potencialmente agente de transformações. Ser jovem veio a ser um

comportamento expressivo, uma atitude. *Stand by*! gostaria de, em outro momento, incluir os primeiros românticos enquanto fundadores dessa *razão juvenil*, deflagrada por determinadas vertentes estéticas e expressivas. Por hora, optei pelo *design* que evidenciou essa formação.

QUEERIZADOS AVANT LA LETTRE?

No Brasil, no final da década de 60, em sintonia com os movimentos questionadores dos outros países ocidentais, surgiram disputas e tensões contra o modelo político tradicional. Por mais de duas décadas, viveu-se sob ditadura, em meio a uma efervescência comportamental/sexual pela emergência transpólitica, anarquizando, inclusive, o entendimento comum do *prêt-à-porter*. Os mais arrojados, por conta de suas ações e gestos, foram criticados pela direita e também pelas organizações da esquerda, incomodadas pela falta de uma agenda, pedagógica e modelizante. Assim ocorreu com os tropicalistas, desordenadores dos esquemas estritos e afeitos às montagens afetivas; em alguns momentos, a carga de uma portentosa e buliçosa diferença era tamanha, a ponto da censura da época, reiteradamente obtusa, ignorar sua voltagem rebelde, emergente e questionadora de certos produtos e expressões, que transformavam os corpos e mentalidades, bem como os modelos de ser e de viver, por meio da gama performatizadora e imagética, que ainda nos veste, em movediças e sobrepostas tessituras que nos alcançam.

Um exemplo: a música "Baby", de Caetano Veloso, de 1968, do disco *Tropicália*, cuja capa está exposta na Figura 2, traz o verso:



Figura 2 - Foto do disco Tropicália, 1968 feita por Olivier Perroy em 1967.

"Leia na minha camisa: baby I love you"; dialoga com uma forte voltagem discursiva, a do comportamento. Igualmente tensas foram as investidas de outro tropicalista, Hélio Oiticica, conclamando na legenda do seu "poema-bandeira" um dito, como se fosse para uma torcida a palavra de ordem: "Seja marginal, seja herói", Hélio referia-se ao assassinato de seu amigo, o ocupante das margens Cara de Cavalo. Ferindo emblematicamente a ideia usual vinculadora de heroísmo e moralismo. Questões folheadas do corpo, da classe, da sexualidade foram produtiva/criativamente tratadas pelos artistas que trouxeram o trópico menor à categoria de topo. Atitudes *rocker*, por aqui, em dança com o destemor dos que souberam incluir a sonoridade da guitarra à camiseta vestida por uma Baby que passeava, "Enquanto Seu Lobo Não Vem", em Salvador, passando por Lindoia e pelo Parque Industrial, fazendo o Bat Macumba e aconselhando à Mamãe, Coragem, já ciente de cozinhar, desde então, uma Geleia Geral.

Eis o pós-modernismo, m(b)atizado pelas matrizes ágrafas e, por isso mesmo, inesquecíveis. A coisa deu-se em outro fluxo de transmissão; agiram, os tropicalistas, demonstrando, reboativos e performáticos, os corpos, uma alegria, substância outra, equivocidades, nos sonharam, chacoalhando potências inusitadas.

Novamente, chamo a música, ela vem e eu me atendo à frase que explicita a tensão do olhar e do jogo reflexivo, pois o corpo se reveste na "transa" da língua estrangeira que aproxima o outro, quando lhe endereça o transitivo: I Love You. A canção enuncia, para aquele que vê, uma flechada de amor endereçada e dispersa. Um amor multidão, já que a frase alcança a cada espectador e o desclassifica, conectando-se, em modalidade *pop*, com a língua odiada pelos militantes e nacionalistas daqui, em simultâneas provocações; no amor que atira a todo lado que olha; no uso metacrítico da língua do "Imperialismo", pois este era o termo usado para se referir à língua inglesa, devido aos alinhamentos dos EUA com os militares e por conta de os EUA, além de se configurarem economicamente incontestáveis, naquela época, simultaneamente, advirem tal qual potência espriadora de moda e comportamento.

CORPOS: INUSITADOS, ATUALIZADOS

"O que se oculta não é a sexualidade, mas o ódio"⁴. Se dos anos 60 em diante havia tensão entre a revolução e a rebeldia, a rebeldia da sexualidade continua a atormentar. Me vem Freud dizendo sobre o que não se quer ver de si e que, quando aparece, causa inquietação, ódio e mal-

estar (Ocorre-me o texto "O inquietante", de 1919, das obras de Freud)⁵. E o ódio auferido ao mal, atua através de dispositivos excludentes: da seriação, classificação, massificação. As segregações intolerantes são frágeis e ineficientes em suas justificativas. A vontade de apagamento das alteridades em nome de um Ideal, universal, metafísico, descarnado, retira toda possibilidade de gentileza e simpatia transitivas e relacionais, pois sempre há necessidade de outro(s) para existir, se se é simpático e/ou gentil com alguém, não se firma sendo em si.

Vemos, nesse momento atual, novamente, determinadas intenções de censura e ódio – nada velado, mas obscenamente declarado – organizarem-se por meio de discursos metódicos direcionados aos corpos e às sexualidades plurais; intenções deflagradas por grupos retrógrados que atacam e estimulam violências, intolerâncias. Relembremos Caetano e Gil: "é preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte.", eu acrescentaria: o tempo é para fazer existir, afirmar os corpos e a vida. Daí valem e são bem-vindas, as denúncias irreverentes, debochadas, por meio do recente poema/bandeira, conectado ao tropicalista Helio Oiticica, criado pelo artista plástico, radicado em Nova Iorque, Fernando Carpaneda: "Seja viado, seja herói", que critica, através de suas esculturas. Trago a foto *Bolsonaro's sex party* - a homofobia e a mentalidade excludente expressadas pelas opiniões de evangélicos e de alguns políticos.

² BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³ BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Trad. Celeste Sousa et al. São Paulo: Cultrix, 1986. p.188.

⁴ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.85.

⁵ Cf. FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil: O homem dos lobos, além do Princípio do Prazer e outros textos [1917-1920]*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.14, p.328=376.



Figura 3 - Bolsonaro's sex party - Fernando Carpaneda. Fonte: Nova York, 2011. Fornecida pelo autor.

Ganhei de Fernando, a significativa, imagem-valise *Queer punk*, de uma de suas esculturas; nela, corpo entronca sexualidade, movimento social, camiseta, *slogan*, etc.



Figura 4 - *Queer Punk* - Fernando Carpaneda.
Foto: Fernando Carpaneda (2010).

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie*: escritos escolhidos. Trad. Celeste Sousa et al. São Paulo: Cultrix, 1986.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil*: "O homem dos lobos", além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAMELO's blog. Disponível em: < <http://caramelizando.blogspot.com.br/2011/07/bolsonaro-seja-viado-seja-heroi.html> >. Acesso em: 20 maio 2012.
- CARPANEDA *page*. Disponível em: http://www.etsy.com/people/carpanedaunderground?ref=owner_profile_leftnav/ Acesso em: 19 outubro 2012.
- HOMORREALIDAD [*blog*]. Disponível em: <: <http://www.homorrealidade.com.br/2012/04/seja-viado-seja-heroi-por-hurtz.html> >. Acesso em: 22 maio 2012.
- KULTURIART [*blog*]. Disponível em: < <http://kulturiart.blogspot.com.br/2012/01/fernando-carpaneda-e-polemica-escultura.html> >. Acesso em: 22 maio 2012.

Read on my t-shirt

Keywords: body; sexuality; subjectivity; behavior.

Abstract:

The work combines the body as an expressive mural of highly communicative images, and consequently, as pedagogical and/or alternative comprehensions and affections. After the sixties tensions and behavioral changes erupted in different nations. The T-shirts from post 60s established and showed political/affirmative bodies who desired erotic and experimental sensibilities. From then on, kind of cheesy stories came up. The paper provides a brief tour for of some of these issues.

O Moisés de Freud: entre o sublime e a sublimação

Guilherme Massara Rocha*

Palavras-chave: psicanálise; arte; ética; sublime; sublimação.

Resumo

o trabalho consiste em discutir, a partir do escrito *O Moisés* de Michelângelo de S. Freud, algumas consequências da abordagem psicanalítica da obra de arte para a ética da psicanálise. A minuciosa interpretação que Freud realiza do trabalho do escultor italiano revela, liminarmente, como Moisés se faz capaz de converter seu ódio e suas paixões vingativas num impulso civilizatório de laço social. No curso dessa análise, os elementos da sublimação e da estética do sublime se mostram fundamentais.

A investigação freudiana foi, desde sua mais remota origem, marcada por uma consideração ao incomensurável, ao imponderável. Sua antropologia, erguida sobre uma hipótese fundamental, a de que a subjetividade é inexoravelmente clivada entre a disposição pulsional e a determinação significante, é o que recoloca, de modo original, uma questão central da filosofia moderna que, com Kant, assume sua formulação mais bem acabada: como se articulam, na experiência humana, os planos da natureza e da liberdade? Essa pergunta, substancialmente ética, Freud a retoma sob a perspectiva de seus esforços de determinar os fundamentos daquilo que, com Lacan, passou a designar-se sob a rubrica de uma “posição subjetiva”.

Se a clínica psicanalítica permanece tributária de um dispositivo científico que lhe faculta o recurso a categorias diagnósticas elementares – neurose, psicose e perversão, por outro lado, o seu exercício impõe a tarefa de distinguir, isolar e localizar, no curso de cada tratamento, o ponto de absoluta irreducibilidade de uma posição subjetiva a quaisquer arranjos qualitativos que lhe sejam exteriores. O *Deus-Logos* de Freud é um deus não-todo poderoso, e isso tão somente na medida em que, estando as raízes do sujeito do inconsciente fincadas

no solo opaco das pulsões, se constata a absoluta impossibilidade de esgotar-se, por meios discursivos, a elucidação da totalidade das determinações que ali operam. Ou seja, se por um lado as operações da ciência são absolutamente fundamentais para a apreensão da subjetividade inconsciente em termos daquilo que nela incide a partir da estrutura da linguagem ; por outro, a psicanálise, desde Freud, sentir-se-ia tentada a tomar de empréstimo a outros domínios da racionalidade certos procedimentos que têm, em seu horizonte, a possibilidade de expressar, de mostrar, de circunscrever, ou, no limite, de comensurar, aquilo que não se pode calcular.

Freud não ignorava a obra de seus predecessores. Na trajetória de Kant, exemplarmente, o problema da liberdade moral é exatamente aquele que não é passível de tratamento pela vertente dos fenômenos, da *démarche* científica, exigindo do filósofo de Königsberg um volumoso esforço de fundamentação metafísica que se põe no entrecruzamento de suas duas últimas críticas, da razão prática e do juízo estético. Schopenhauer¹, por seu turno, aponta, em sua *Metafísica do Belo*, o quanto o princípio de causalidade que comanda a investigação científica, procedendo diacronicamente, não é capaz de exceder os limites que

* Psicanalista, Doutor em Filosofia (Universidade de São Paulo), Professor-adjunto do Departamento de Psicologia da FAFICH/UFMG.

articulam a sucessão de encadeamento lógico dos fenômenos. “A cada fim”, escreve o filósofo, “a ciência é atirada novamente mais adiante”. Devotada a subsumir o diverso da experiência sob o marco do conceito, a ciência torna-se, por excelência, a disciplina do cálculo e da forma. Arte, todavia, pondera Schopenhauer, “suspende a roda do tempo”, permitindo-nos entrever a objetividade imediata das disposições da liberdade. Para ambos os filósofos, assim como para Schiller e Schelling – cujas obras tanto sensibilizaram o inventor da psicanálise –, a consideração estética é o regime privilegiado de apreensão dos fundamentos da conduta humana, a via de acesso por excelência para a abordagem da ética. E isso, sem que a dimensão de incomensurabilidade aí engendrada seja apagada, ignorada ou contornada. Ao contrário, o pensamento estético moderno inventa (ou re-inventa) um regime epistêmico privilegiado para o tratamento do incomensurável – entenda-se, para o tratamento da questão da liberdade – e que provém da investigação estética. Eis o sublime, acerca do qual Freud nada nos lega, além da inquietante noção metapsicológica de sublimação.

No presente trabalho, pretende-se revisitar uma incursão estética de Freud, de modo a evidenciar os fundamentos de seu trato com a dimensão do incomensurável. E de modo a demonstrar como suas frequentes invectivas sobre o território das artes são justamente aquelas que permitem entrever sua posição no que se refere ao debate, ainda inesgotado, acerca das articulações entre natureza e liberdade.

“Moisés é carne de sublimação”². Com essa frase

enigmática, Freud despede-se de Salvador Dali após uma visita que recebera do artista, no verão de 1938 em sua residência de Maresfield Gardens. A alusão a seu controverso ensaio, “Moisés e o monoteísmo”, no qual Freud então ainda trabalhava, é o que parece contextualizar a sentença. Quase quarenta anos depois, em 1974, Dali assinaria a arte de uma luxuosa edição do ensaio de Freud, para a qual ele contribui com a capa e com mais dez litogravuras. A cobertura dessa célebre edição consiste num baixo-relevo em metal e pátina de prata e traz uma imagem de Moisés, indistintamente surrealista³. Mas essa obra de Dali é discretamente caracterizada por elementos que remetem à escultura de Michelangelo. Aquela mesma que tanto fascínio causara no precursor da psicanálise. Mais do que os audaciosos apontamentos que Freud empreende em seu longo estudo de 1934-1938, é seu estudo sobre o *Moisés de Michelangelo*, publicado anonimamente em 1914, a que se faz necessário pontualmente retroceder.

As razões do caráter anônimo de sua primeira publicação permanecem não esclarecidas. Freud diria a seus colegas mais próximos tê-lo feito por pura diversão. Mas os editores ingleses e franceses de sua obra completa, ambos insinuam a possibilidade de que a insegurança de Freud quanto às suas aptidões crítico-estéticas se tenham feito notar nesse gesto. Com efeito, numa carta a Abraham, de 6 de abril de 1914, Freud faz alusão à “vergonha”, quanto a seu ensaio, de seu “diletantismo manifesto”⁴. Somente dez anos depois de sua primeira publicação no periódico *Imago*, o texto aparece assinado

¹ SHOPENHAUER, A. *Metafísica do belo*. Trad. Jair Barbosa. São Paulo: Unesp, 2003. p.59.

² Apud MOLNAR, M. Anotações. In: FREUD, S. *Chronique la plus brève: Carnets intimes 1929/1939*. Paris: Londres: Freud Museum: Albin Michel Ed., 1992. p.243.

³ Podem adquiri-la, diretamente, no Museu Dali em Montmartre, Paris, aqueles dispostos a pagar por ela cerca de 75.000 euros.

⁴ Apud ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.607.

por ele, numa edição alemã de seus trabalhos reunidos.

O pudor de Freud, injustificado – como o testemunha o cuidadoso recenseamento crítico que ele empreende acerca dos comentários principais a propósito da escultura do mestre italiano –, talvez possa ter outra origem. O texto, liminarmente, ainda que não de todo estranho ao debate acerca das origens e desdobramentos propriamente estéticos da obra, tem como seu propósito fundamental assumir o risco de uma interpretação. Ali reside a particularidade do ensaio de Freud, precisamente no fato de que, ao descongelar a imagem secularmente fixada no mármore por seu artífice, Freud nela discerne um conjunto de movimentos que têm por horizonte distinguir certa posição que não é somente a da figura retratada, mas do sujeito em questão, nomeadamente Moisés. Sutil e substancialmente, o ensaio de Freud desliza dos apontamentos de ordem artística e estética para o terreno ético.

Após semanas de observações, anotações e esboços sobre a estátua que repousa na Igreja de San Pietro in Vincoli, em Roma, Freud confessa ao leitor seus esforços de "[...] suportar o irado olhar de desprezo do herói", sentindo-se identificado "à turba sobre a qual seus olhos estão voltados", e desabonada da fé e da paciência, a rejubilar-se, reconquistando seus "ilusórios ídolos"⁵. Profundamente afetado pela obra, todavia, Freud se esforça por discernir-lhe elementos estáveis, apoiando-se na literatura crítica e culminando por extrair-lhe caracteres peculiares, de um *pathos* e também de um *ethos*. A mescla de "ira, dor e desprezo" do herói antigo, Freud a discerne

combinada com uma "orgulhosa simplicidade, uma dignidade inspirada, uma fé viva". Concordando com Guillaume, um dos autores consultados, Freud vislumbra no Moisés de Michelangelo os olhos que "encaram o futuro" e que preveem a "sobrevivência duradora de seu povo e a imutabilidade de sua lei"⁶. Ele cerca a obra com suas sentenças, como quem procura resumi-la numa exclamação, numa palavra talvez. Lacoue-Labarthe é quem lembra que outra personalidade célebre, Giorgio Vasari, teria, diante da mesma estátua, exclamado: "Sublime"! Consignando, com isso, "o primeiro uso estético dessa palavra"⁷. Para o filósofo⁸, em resumo, seria necessário chamar a atenção para "com que precisão e com que rigor o ensaio de Freud se inscreve na tradição estética do sublime".

Os apontamentos freudianos de ordem propriamente artística, para além de exaltarem o caráter magnífico da expressividade alcançada na obra, se debruçam sobre uma série de indicações que visam justificar a tese de que Michelangelo retrata, em última instância, o *conflito* experimentado por Moisés diante das manifestações heréticas de seu povo, quando de seu retorno do Monte Sinai. O conflito entre as paixões e, como sugere Lacoue-Labarthe, sua *maîtrise* ou, mais exatamente, entre um ímpeto de virulência física e odiosa e a demonstração de autocontrole e reafirmação da soberania do impulso moral, eis o ponto em que Freud teria feito intervir sua interpretação do sentido da obra. "Michelangelo escolheu esse último momento de hesitação, de calma antes da tempestade"⁹. Poder-se-ia enxergar aí o desenvolvimento de um argumento "absolutamente

schilleriano", fundado na noção de dignidade e que concerne à "liberdade espiritual" de exercer, sobre os impulsos, a soberania moral¹⁰. Sob o ponto de vista estético, Freud mesmo vai dizer que o segredo do impacto causado pela estátua é tributário do "contraste artístico entre a flama interior e a calma exterior de sua postura"¹¹, e que, correlativamente, também engendrariam esforços de fornecer a forma da conflituosa relação entre seu criador, Michelangelo, e aquele que o contratara, o genioso Papa Julio II.

A obra à qual Freud parece de algum modo endossar sua resolução sublime, todavia lhe motiva algumas observações que reiteram seu matiz, schilleriano é bem verdade, mas não só. Numa delas, Freud alude à sensação que experimentara diante da estátua, de que, em algum momento, Moisés finalmente se levantaria e, dando "vazão à sua ira", encenaria, com toda a violência e crueldade que nos é transmitida pelo Livro do Êxodo, os movimentos derradeiros da narrativa bíblica que Michelangelo congelara num instante de suspensão. Todavia, a "calma quase opressivamente solene" do herói prevalece, e Freud¹² parece se solidarizar com a ideia de que "Moisés ficaria sentado assim, em sua cólera, para sempre". Diferentemente do sublime kantiano, no qual a elevação moral do sujeito parece não deixar vestígios da natureza que se lhe contrapõe, o segredo revelado pelo Moisés de Michelangelo é justamente aquele que, como lembrara Schopenhauer, permite um vislumbre acerca da soberania moral que não escamoteia, contudo, a lembrança da vontade. Ou, como formulara Schiller, trata-se de uma cena em que a força moral é aquela que, suspendendo o gesto

empírico de descarga da ira e seu consequente efeito de apaziguamento do impulso, escolhe "desarmá-lo" moralmente, revelando, com isso, a eticidade do caráter, no limite, a dignidade. Freud¹³ escreve:

Michelangelo colocou na tumba do Papa um Moisés diferente, um Moisés superior ao histórico ou tradicional. Modificou o tema das Tábuas quebradas ; não permite que Moisés as quebre em sua ira mas faz com que ele seja influenciado pelo perigo de que elas se quebrem, e faz acalmar essa ira ou, pelo menos, impedi-la de transformar-se em ato. Dessa maneira, acrescentou algo de novo e mais humano à figura de Moisés; de modo que a estrutura gigantesca, com a sua tremenda força física, torna-se apenas a expressão concreta da mais alta realização mental que é possível a um homem, ou seja, combater com êxito uma paixão interior pelo amor de uma causa a que se devotou [...] Assim, esculpiu seu Moisés na tumba do Papa, não sem uma censura ao pontífice morto, mas também como uma advertência a si próprio, elevando-se, pois, através da auto-crítica, a um nível superior à sua própria natureza.

Dotado de incomparável habilidade técnica, cabe lembrar, Michelangelo faz verter do mármore branco a tonalidade rubra dessa carne de sublimação. Sua obra, como lembrara Lacoue-Labarthe, tomando de empréstimo a expressão de Hegel, é aquela que expressa como, porventura, o belo materializa a própria essência do sublime. Tornando-se uma "homenagem, grandiosa, mas bela, prestada à arte segundo sua determinação eidética"¹⁴. Sem

perder de vista todo o substrato pulsional cuja pregnância é indispensável ao efeito ético/estético de seu empreendimento, Michelangelo consoma aquilo que, numa gramática schilleriana, pertence ao domínio do signo sensível do Absoluto. Seu Moisés é a expressão da inversão habitual de uma trajetória que, do belo ao sublime, extrai da forma toda e qualquer possibilidade de apreensão num ente sensível. Se, conforme se poderia notar comparativamente, uma obra de arte moderna, tal como o *Nu descendo a escada*, de Marcel Duchamp, parece consistir num esforço de sensibilizar a própria temporalidade fugidia de um movimento – decompondo-o, pitorescamente, numa modalidade *quadro a quadro* de representação –, o Moisés de Michelangelo, inversamente, interrompe, aprisionando-o no instante de suspensão, um movimento complexo ao qual inexoravelmente a forma sensível remete. Ali, paradoxalmente, é a forma que remete ao informe, o ponderado faz signo do imponderável, o belo faz signo do sublime.

A interpretação freudiana da obra, por seu turno, é aquela que, nas palavras de Georges Didi-Huberman, não recusa as "latências do objeto". Mas recusa, isso sim, o compromisso em que as "vitórias da forma" se afirmariam sobre os "inquietantes poderes da divisão"¹⁵. Ao contrário, a complexidade em jogo numa cena que distintos atos comporta, e que Freud se concentra e decifrar-lhes um a um, teria, por resultado final, uma obra de arte que não quer "impugnar a temporalidade do objeto"¹⁶, mas apreender, nos limites que se impõem a quaisquer manifestações eidéticas, o que há de ilimitado no horizonte para o qual a obra quer apontar. Freud

⁵ FREUD, S. O Moisés de Michelangelo [1914]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v.XIII, p.255. A natureza da transgressão que fornece os contornos da obra de Michelangelo aponta ainda, no interior da religião judaica, para a solidariedade entre fé e conduta que, com seu ato, o povo de Moisés avilta. Conforme aponta Branca Facciolla, "[...] a religião judaica enfatiza o comportamento. Trata-se de uma ideologia religiosa que alia claramente a intenção com a ação. Deus está presente em todos os momentos. Portanto, não há qualquer sentido na ação sem que haja intenção, bem como não há qualquer mérito em se ter intenção sem a prática, a ação" [FACCIOLLA, B. L. *A Lei de Moisés: Torá como fonte de direito*. São Paulo: RCS, 2005. p.78]. Efetivamente, a solidariedade entre intenção e ação parecerá, de algum modo, justificar a ira divina e a sanha de destruição que lhe é consubstancial. Mas, como se poderá observar, o Moisés de Freud ali parece discernir outra coisa.

⁶ FREUD, S. O Moisés de Michelangelo, op. cit., p.257.

⁷ LACOUÉ-LABARTHE, P. La verité sublime In : _____. COURTINE, Jean-François et al. *Du sublime*. Paris: Belin, 1998. p.148.

⁸ Id., ibid., p.152.

⁹ FREUD, S. O Moisés de Michelangelo, op. cit., p.258.

¹⁰ LACOUÉ-LABARTHE, P. La verité sublime, op. cit., p.152.

¹¹ FREUD, S. O Moisés de Michelangelo, op. cit., p. 264.

¹² Id., ibid., p.263.

¹³ Id., ibid., p.276-277.

¹⁴ LACOUÉ-LABARTHE, P. La verité sublime, op. cit., p.155.

¹⁵ DIDI-HUBERMAN, G. *Lo que vemos, lo que nos mira*. Buenos Aires: Ed. Manantial, 2006. p.21.

¹⁶ Id., ibid., p.21.

insistiria mais de uma vez no aspecto físico do herói retratado, em sua tensão muscular, que parece levar ao limite o esforço de impor limites à "flama interior". A deflexão do impulso, característica elementar da disposição sublimatória, aqui realmente se faz notar como aquela que parece algo extrair da própria carne do herói, um quinhão de sua natureza¹⁷.

Um aspecto, todavia, importante e que possivelmente poderia reiterar os parentescos entre esse ensaio freudiano e o tema do incomensurável, refere-se à questão da lei mosaica. O segundo mandamento da lei de Moisés – "Não farás quaisquer efígies ou quaisquer representações, quer do que esteja na terra, acima da terra ou sob a terra" – contemplado por Kant em sua analítica do sublime, aqui reaparece implicitamente, infiltrando-se na interpretação freudiana. No episódio bíblico, é justamente a inobservância desse preceito, traduzida no ato leviano de adoração do bezerro, aquela que deflagra a ira de Deus¹⁸. O Moisés de Freud, ao contrário daquele que nos é legado pelo Livro do Êxodo, é o que não fornece a forma de uma passagem ao ato à sua revolta contra a adoração do Bezerro de Ouro. Note-se, ainda, incidentalmente, a relevância clínica dessa observação, que reitera, em sua esteira, em que medida as preocupações estéticas de Freud seriam algo inseparáveis de sua *démarche* como analista.

A conservação das Tábuas da Lei, que Freud afere como elemento de destaque na versão alterada da narrativa proposta, em tese, por Michelangelo, poderia parecer, todavia, incongruente com a posição teórica do inventor da psicanálise. Pois, particularmente no que se refere

a seus apontamentos sobre o cristianismo, Freud alia-se, na expressão de Betty Fuks, aos "demolidores de ídolos"¹⁹. Tomando-se, portanto, em consideração o caráter implacável da crítica freudiana da religião, não seria de se surpreender que alguma dose de solidariedade à ira de Moisés e aos golpes por ele brutalmente desferidos sobre os que se regozijavam de seus "ilusórios ídolos" fizesse signo da posição de Freud. Ora, é bem verdade que, num devaneio consciente, Freud confessa esperar o levante iminente do herói, senão por solidariedade, possivelmente em virtude de saber como poucos avaliar a avassaladora pressão que as pulsões exercem sobre as forças de ligação que visam contê-las. Mas, ao fim e ao cabo de seu argumento, é mesmo a versão mais espiritualizada de Moisés aquela em que ele parece elogiar. Moisés conserva as Tábuas da Lei e, com isso, parece sinalizar para a primazia dos acordos simbólicos e discursivos sobre o *pathos* da vingança. No escopo de conservação de suas leis, uma delas motivou, desde Kant pelo menos, importantes desdobramentos acerca do irrepresentável, do incomensurável.

A lei mosaica que proíbe a representação imagética da divindade, associada, como lembrara Fuks, ao "tetragrama impronunciável" – YHVH –, parece dar lugar, lembra a autora, à invenção de uma "Ausência radical"²⁰. O esgotamento das potências do sensível para a representação do suprassensível, traduzido esteticamente em termos de um esgotamento das representações moduladas pela noção de "efígie", impacta também o plano discursivo, na medida em que o nome de Deus é indizível, "fora-do-discurso"²¹, e referido a algo que, mesmo que perpassado

pela linguagem, é inassimilável a quaisquer formas identitárias. O que poderia fazer pensar que, no Moisés de Freud, a conservação da lei seja talvez a insígnia da conservação de um mandamento que equivale à própria dignidade do real – o incognoscível, o irrepresentável, o incomensurável – sem o qual, todavia, nenhuma liberdade é possível. A ira de Moisés, transformada em ato nesse contexto, mais corresponderia à realidade pulsional de um *pathos*, à forma assumida pela natureza sensível diante da impossibilidade de assimilar a diferença que incide sobre a integridade imaginária do Eu, ali representada pela heterogeneidade de uma modalidade alheia de gozo, de uma satisfação estranha. A passagem ao ato representaria, portanto, um esforço de destruição do real, empreendido em nome da conservação da forma narcísica do Eu ou, dizendo de outra maneira, um ataque vertido contra aquilo que de mais inassimilável poderia uma alteridade representar para um sujeito. O Moisés bíblico assumiria, nessa medida, poder-se-ia arriscar, a posição de um terrorista. Posição que o sublime parece bem redefinir, na medida em que o terrorista é aquele que converteria em *pathos* da destruição o horror diante do *unheimlich*, diante daquilo que é, ao mesmo tempo, estranho e familiar. Não raramente, cabe lembrar, o *pathos* da destruição terrorista coincide também com um ato de autoextermínio, autodestruição.

Quanto ao Moisés de Freud, a atitude assumida pelo herói parece mimetizar a presença mesma do conteúdo sublime que ele carrega consigo, mas à qual ele fornece outro encaminhamento. A beleza que Lacoue-Labarthe aponta na

versão espiritualizada de Michelangelo – substancialmente realçada pela interpretação freudiana –, é divisada no que há de quase invisível na obra: o elemento ético nela imantado ou, como lembrara Freud, o compromisso do herói com a *causa* que lhe subjaz à decisão, seus olhos "voltados para o futuro", ciosos de uma tarefa ainda inacabada, nomeadamente aquela de conduzir um povo, libertando-o, sobretudo, dos grilhões que resplandecem, como o ouro do bezerro, nos confins de seu espírito. Se, no plano ético, o Moisés de Michelangelo fornece elementos para pensar as relações entre a causa do desejo e os motivos morais, a questão que se abre, no estético, é relativa à representação do vazio, da ausência e da opacidade. O pequeno opúsculo de Freud, aparentemente despretensioso mas ao mesmo tempo tão inspirado, inscreve-se, como apontara Lacoue-Labarthe, na tradição do sublime, mas à sua própria maneira. Pois parece evidente considerar que Freud, tendo relido o episódio bíblico sob uma perspectiva que modifica substancialmente seus vetores éticos, discerne o esforço subjetivo de exercer a liberdade moral à qual o homem se vê livrado.

Lembre-se, ainda, conforme o relato do Êxodo, que a ira de Moisés é solidária à ira de Deus, diante de quem, num primeiro momento, ele se propõe a mitigar a fúria, mas com a qual, finalmente, se identifica e reproduz em ato. Eis o Moisés bíblico. Moisés, tornado personagem de Freud, não realiza o desejo do Outro. Nem se coloca, diante desse Outro, como puro instrumento de sua satisfação pulsional, de seu gozo. Sua posição ética não parece definir-

se pelos vetores de uma identificação, nem tampouco pela pura instrumentalização de um *pathos* inconsciente e alienante. O que não significa estar ele, como sujeito, absolutamente separado desse Outro. O Moisés de Freud não reivindica tampouco, como condição da assunção de sua posição ética, a inexistência do Outro. Pois sua posição não é redutível àquela de um gozo de seu próprio desamparo, ou num regozijo de sua onipotência. O Moisés de Freud é aquele capaz de distinguir, no Outro a quem se dirige, as vertentes da causa e do *pathos*. Daí se descortinando, como parece querer demonstrar Freud, sua verdadeira condição de sujeito. A lei a que obedece o Moisés de Freud é aquela que se põe como causa, des-identificada – a duras penas, diga-se de passagem – da forma odiosa da paixão divina. E se é o conteúdo do *pathos* divino que Moisés ousa recusar, ei-lo a demonstrar o caráter informe de uma lei que assume, ali, a forma do mais paradoxal dos mandamentos: um mandamento esvaziado de conteúdo, refratário a toda sensibilização oriunda da paixão alheia, mas voltado, cumpre reafirmar, para o imperativo de uma lei que se põe como causa.

A essa altura, talvez já se fizessem suficientemente explícitos os vetores do ordenamento ético que Freud empresta à sua interpretação do Moisés de Michelangelo. Mas tais vetores engendram ainda, no caso em questão, um elemento fundamental acerca do qual Freud, todavia, nada argumenta, qual seja, o perdão. De forma quase irresistível, é como se o Moisés de Freud se tornasse signatário da sentença mais extemporânea que a ele os escritos sagrados poderiam atribuir. Aquela do Cristo, inapelavelmente sublime:

¹⁷ Cf. Leonardo Da Vinci - São Jerônimo no deserto.

¹⁸ Cf: BÍBLIA. Antigo Testamento: Livro do Êxodo, Cap. 32, Versículos 7 a 35.

¹⁹ FUKS, B. B. *Freud e a judeidade: a vocação do exílio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.90.

²⁰ FUKS, B. B. *Freud e a judeidade:...*, op. cit, p.100.

²¹ Id., loc. cit.

"Perdoai-lhes, Senhor, pois que não sabem o que fazem"²². Se essa aproximação tem aqui alguma legitimidade, ela liminarmente restitui à enigmática expressão de Freud toda a plenitude que lhe é devida. Moisés, responsabilizando-se até as últimas consequências pela preservação do vazio onde as esperanças de existência de uma cultura viriam se alojar, converte-se, ao fim e ao cabo, em *carne de sublimação*. Sua presença eidética, como lembrara Lacoue-Labarthe, transmite, como legado, o caráter infinito da causa a que se consagrara uma existência finita. Posição que se confunde com aquela de Sigmund Freud no trato com sua invenção, a psicanálise.

²² Uma interessante observação incidental poderia ser incluída aqui. De acordo com um estudo de Ze'ev Falk acerca do Direito Talmúdico, "entre os ensinamentos atribuídos a Jesus", encontram-se alguns que refletem as "diferentes fases do argumento cristão diante da Lei Talmúdica" [FALK, Z. W. *O direito talmúdico*. Trad. Neide Tomei e Esther Handler. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 50]. Um desses argumentos, expresso no Sermão da Montanha, parece visar contestar a ideia de que "nenhum ser humano poderia apresentar seu ponto de vista contra o da lei divina". Tal reivindicação, argumenta Falk, "representa por si mesma a aspiração de Jesus a ser reconhecido como legislador supremo". Todavia, conclui o autor, "a resposta rabínica a esta formulação era dupla. Não havia prova de que Jesus era realmente um verdadeiro profeta e, mesmo se fosse, nenhum profeta podia desprezar a Lei de Moisés" [id., loc. cit.]. De acordo com a interpretação aqui aventada, quanto ao Moisés de Freud, não se pretende fundá-la numa torção que a revestiria de um caráter mais elevado, nomeadamente, cristão. Mas tão simplesmente apontar, num gesto que contingentemente a aproxima de uma passagem bíblica marcante, seu caráter exemplar acerca da assunção de uma posição ética.

REFERÊNCIAS

- DIDI-HUBERMAN, G. *Lo que vemos, lo que nos mira*. Buenos Aires: Ed. Manantial, 2006.
- FACCIOLLA, B. L. *A Lei de Moisés: Torá como fonte de direito*. São Paulo: RCS, 2005.
- FALK, Z. W. *O direito talmúdico*. Trad. Neide Tomei e Esther Handler. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- FREUD, S. *Chronique la plus brève: Carnets intimes 1929/1939*. Anotações e apresentação de Michael Molnar. Londres: Freud Museum; Paris: Albin Michel Ed., 1992.
- FREUD, S. O Moisés de Michelangelo [1914]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v.XIII.
- FUKS, B. B. *Freud e a judeidade: a vocação do exílio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000..
- LACOUÉ-LABARTHE, P. La verité sublime In: COURTINE, Jean-François et al. *Du sublime*. Paris: Belin, 1998..
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SHOPENHAUER, A. *Metafísica do belo*. Trad. Jair Barbosa. São Paulo: Unesp, 2003.

The Moses by Freud: between sublime and sublimation

Keywords: psychoanalysis; art; ethics; sublime; sublimation.

Abstract:

Taking as its principal motives the article named The Moses by Michelangelo, from S. Freud, this work discusses some aspects of the ethics of psychoanalysis that are related with the psychoanalytical approach from the art experience. The minucious interpretation that Freud sketches from the italian sculptor's work reveals, fundamentally, how Moses becomes capable of converting his anger and ravaging impulses into a civilizatory appeal and into social and sublimatory tendencies. This work tries to demonstrate how important, during Freud's analysis of Michelangelo's work, is the concept of sublimation and how it is connected with some aspects of philosophical and aesthetical theories of the sublime.

Cogito e Simulacro

Miriam Gorender*

Palavras-chave: *Cogito*; simulacrum; virtual; espelho.

Disse Tweedledum a Alice:
Ora, você é apenas um tipo de coisa no sonho dele!
Se o Rei ali acordasse, adicionou Tweedledum, você apagaria - bang! - como uma vela! (Carroll, p. 20)

Resumo

Este trabalho discute, por meio do filme *O 13º andar* e do livro correspondente *Simulacron 3*, questões referentes à irrealidade do cogito e suas relações com a irrealidade do mundo externo.

Apresento, neste trabalho, uma discussão sobre o filme *O 13º andar*, o qual foi debatido no Núcleo de Cinema do CPB em 2011.

Uma das coisas que mais me chamou a atenção foi o início do filme, literalmente a partir do *cogito*. Na verdade, o diretor desse filme de 1999, Josef Rusnak, comenta que o ponto de partida foi o desejo de realizar um filme sobre o *cogito*. Ele havia proposto a ideia ao produtor Roland Emmerich, de *Independence Day* e *Godzilla*, e ambos passaram a buscar um roteiro que traduzisse o que queriam. Após longa procura, descobriram o roteiro da série de televisão produzida por Fassbinder em 1973, *Welt am Draht*, que se traduziria por *Mundo em um fio*, e baseada na novela *Simulacron-3*, de Daniel Francis Galouye (11 de fevereiro de 1920 - 7 de setembro de 1976). Galouye foi um repórter e piloto de testes da Marinha na Segunda Guerra, e um autor pouco conhecido de ficção científica, com poucas obras publicadas, mas com uma tendência a ser "redescoberto".

Farei um resumo da história, que possui uma trama bastante complexa, com vários níveis de realidade, inclusive fazendo com que os atores interpretem dois e até três personagens interligados, sendo que a complexidade da

história e dos personagens reflete bem a complexidade do tema.

Simulacron 3 é a história de uma cidade virtual ("simulador total de ambiente") para pesquisa de mercado, desenvolvida por um cientista para reduzir a necessidade de pesquisas de opinião. O filme difere na história em alguns detalhes, especialmente de época, mantendo fielmente o essencial de seu sentido. Vejamos:

No final dos anos 90, em Los Angeles, Hannon Fuller (Armin Mueller-Stahl) é proprietário de uma empresa de computação multimilionária e o inventor de uma simulação de realidade virtual (RV) recém-terminada, a qual representa a Los Angeles de 1937. Quando Fuller é assassinado assim que inicia testes prematuros do sistema de RV, seu amigo e *protégé* Douglas Hall (Craig Bierko) torna-se o principal suspeito. A evidência contra ele é tão forte que Hall começa a duvidar de sua própria inocência.

Entre interrogatórios realizados pelo detetive Larry McBain (Dennis Haysbert) da Polícia de Los Angeles, Hall conhece Jane Fuller (Gretchen Mol), a filha de Hannon Fuller que vivia afastada e que está se ocupando com o fechamento do novo sistema de realidade

¹ Comentários do diretor de *O 13º Andar* [DVD de 2006, Edição Especial].

*Psicanalista, membro do Círculo Psicanalítico da Bahia, professora adjunta do Departamento de Neurociências e Saúde Mental da UFBA, doutora em Psicanálise pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

virtual. Hall se apaixonou por ela. Quando um garçom local afirma ter testemunhado um encontro entre Hall e Fuller na noite em que Fuller foi assassinado, Hall é preso. Ele é libertado quando Jane lhe fornece um álibi.

Com a ajuda de seu associado Whitney (Vincent D'Onofrio), Hall tenta encontrar a mensagem que Fuller havia deixado para ele dentro da simulação. Entrando na realidade virtual, Hall se torna um bancário chamado John Ferguson. Ele descobre, primeiramente, que Fuller também tem um duplo cujo "corpo" usa enquanto estiver dentro do sistema (na nomenclatura do filme, Fuller é seu usuário), um pacato dono de uma loja de antiguidades e que vinha usando este "corpo virtual" para divertir-se em um hotel de luxo com jovens garotas. Segundo, que um garçom desse mesmo hotel chamado Jerry Ashton (Vincent D'Onofrio) ficou ciente de que ele é uma criação artificial depois de ler a mensagem de Fuller para Hall. Assustado e com raiva, Ashton tenta matar Hall. Hall mal consegue sobreviver para escapar da realidade virtual.

Agora incapaz de achar Jane, Hall descobre o duplo dela, Natasha Molinaro, trabalhando como caixa de um supermercado - mas Molinaro não reconhece Hall. Isso leva Hall a realizar um experimento fora do sistema de realidade virtual, algo que a carta de Fuller o havia instruído a tentar: dirigir-se para um lugar para onde ele jamais teria considerado ir. Ele faz isso e chega a um lugar que se assemelha a um modelo quadriculado computadorizado. Hall percebe a verdade, o significado da mensagem de Fuller: a Los Angeles de 1990 onde vive é também uma simulação.

Trago para vocês um pequeno trecho do livro referente a esse

momento de descoberta:

Mesmo que nosso mundo fosse um mundo material, tangível, mesmo assim não seria pouco mais do que nada? Ao longo de bilhões de anos-luz, até a estrela mais remota da galáxia mais distante estende-se um vasto mar, quase completamente vazio, semeado aqui e ali de porções infinitesimais do que chamamos de "matéria".

Mas a própria matéria é tão intangível quando o vácuo sem fim que cerca as estrelas e os planetas. A matéria é composta, em última análise, de partículas "subatômicas" que não passam, na realidade, de "cargas" imateriais. Seria este conceito tão incompatível assim com a descoberta do Dr. Fuller - de que a matéria e o movimento eram apenas reflexos do movimento de cargas eletrônicas em um simulador?

Eu não era nada - apenas um conjunto de cargas simuletrônicas adequadamente distribuídas. Mas mesmo assim eu tinha que existir. Era a lógica que me dizia. Penso, logo existo. Mas eu não era a primeira pessoa a ser atormentada pela dúvida a respeito da realidade objetiva. E os solipsistas, os berkeleyanos, os transcendentalistas? Durante toda a história da humanidade, a realidade objetiva fôra submetida a um exame crítico. Os subjetivistas não estavam sozinhos em suas opiniões a respeito da verdadeira natureza do mundo. E mesmo a ciência pura havia adotado o fenomenalismo, com o seu princípio de indeterminação, o seu conceito de que o observado é inseparável do

observador.

Na realidade, a ontologia sempre prestara tributo ao conceitualismo. Para Platão, a realidade última existia apenas em um plano de idéias puras. Para Aristóteles, a matéria era uma substância passiva sobre a qual o pensamento atuava para produzir a realidade. Em essência, esta última definição não estava muito longe do conceito de capacidade subjetiva de uma unidade ID, polarizando e sendo polarizada pelo ambiente simuletrônico.

Meu conhecimento recém-adquirido a respeito da realidade fundamental exigia apenas mais uma concessão: o Fim do Mundo, quando ocorresse, não seria um fenômeno físico, mas apenas o desligamento geral de circuitos simuletrônicos. (GALOUYE, 1968, p.79).

Hall percebe, por fim, que seu mundo é um dos milhares de mundos virtuais, mas é o único no qual seus ocupantes desenvolveram um mundo virtual próprio. Jane Fuller vive no mundo real fora da simulação de 1990, e entrou na versão virtual apenas para assumir o papel da filha de Fuller, ganhar controle da companhia de seu "pai" e fechar a realidade simulada de 1937. Hall foi criado segundo o modelo de David, o marido de Jane no mundo real. Foi David quem cometeu os assassinatos usando o corpo de Hall, e também levado pelo ciúme quando Jane se apaixonou pelo personagem de Hall.

Whitney entra na simulação de 1937, assumindo o papel do garçom Jerry Ashton, do qual é "usuário". Ashton havia sequestrado Ferguson (a identidade de Hall em 1937) e o aprisionado na mala de seu carro.

Quando Whitney morre num acidente de carro na simulação de 1937, a consciência de Ashton toma o controle do corpo de Whitney na simulação de 1990. David toma o controle de Hall novamente para matar Ashton, e então tenta estuprar e matar Jane. Jane é salva pelo Detetive McBain, o qual atira em David e o mata, e pede a Jane que os deixe em paz "aqui embaixo", implicando que ele também havia-se dado conta da estrutura da realidade.

A morte de David no corpo de Hall na simulação de 1990 permite à consciência artificial de Hall tomar o controle do corpo de David no mundo real. Ele acorda em 2024, conectado por um aparelho ao sistema de realidade virtual. Ele desconecta o sistema e encontra Jane e o pai dela, o Hannon Fuller real. Jane quer contar a Hall mais sobre a simulação, mas, quando ela começa, o filme termina, a imagem da tela escurecendo como um monitor de computador sendo desligado.

Vejam algumas questões sobre o conceito de simulacro:

O filósofo francês Michel Maffesoli fala

[...] de simulacro, ou seja, daquilo que não remete a um modelo original, daquilo que não busca se lançar para além das aparências a fim de atingir a essência. A noção de simulacro deve ser entendida 'como uma construção artificial destituída de um modelo original e incapaz de se constituir ela mesma como modelo original' (MAFFESOLI, 1984, p.116).

Segundo Mucci (2012), citando o Livro VII de *A República*, de Platão:

Tratar do simulacro remete,

imediatamente, a Platão, filósofo que estruturou o conceito de mimesis como imitação, imitação da natureza. Há, segundo a fundadora filosofia platônica, uma oposição insuperável entre o mundo sensível e o mundo das Idéias. Sendo, cabalmente, imitação da imitação, toda arte é um desvio em relação à essência, uma mentira, que aponta para o mero simulacro... [...] Platão desenhou, para transmitir a natureza de sua filosofia ideal, o cenário de uma caverna, prenúncio da magia moderna do cinema. Na caverna, real, projeta-se o filme da irrealidade que os expectadores crêem ser a realidade, crua e nua.

Ainda em Mucci, Giles Deleuze, o filósofo de *Logique du sens* (1969), propõe uma "reversão do platonismo": promove o triunfo do simulacro, que "nega tanto o original quanto a cópia, criando um jogo, no qual os signos descobrem-se máscaras" (apud MUCCI, 2012)

Para além dos signos "máscara", "duplo", "reflexo", "sombra", "tradução", "simulação", "fingimento", "artifício", "quimera", "cópia", outra categoria que refere o simulacro é "virtual". O filósofo francês Pierre Lévy, em sua obra *O que é o virtual?*, afirma:

[...] a palavra virtual vem do **latim** medieval *virtualis*, derivado, por sua vez, de *virtus*, força, potência. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado, no entanto, à concretização efetiva ou formal [...] o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual. Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de

tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização. (LÉVY, 1996, p.16-17).

Ao menos no livro, a finalidade da construção do simulador é reduzir a necessidade de pesquisas de opinião, inclusive com uma subtrama sobre a utilização como ferramenta política. James Ballard afirma que a função do escritor e artista mudou a partir do século XX. Antes, vivia-se em uma realidade e o papel da arte era a criação da ficção. Agora vivemos cercados de ficções, como a publicidade e a política. A partir daí, a função da arte passa a ser a criação da realidade. (BALLARD, 2007, [Prefácio])

O que foi que me encantou mesmo neste filme? Todas as questões pertinentes a duplos, espelhos, sombras, reflexos de reflexos sempre me fascinaram. Desde as ruínas circulares de Borges, nas quais um homem sonha um outro apenas para descobrir que ele próprio é também matéria de sonho, ao sonho do filósofo chinês Zhuang-Zi (Chuang-tzu), que viveu no século IV a. C, o qual, ao despertar de um sonho em que era uma borboleta, não tinha mais certeza se não seria uma borboleta sonhando ser um homem.

O *13º Andar* foi lançado pouco antes de *Matrix*, sendo mais do que um pouco atropelado pelo sucesso deste. Passado o burburinho, parece-me que a subida ao nosso andar propicia mais campo à reflexão, ainda que não um entretenimento tão espetacular.

Segundo o próprio diretor, a cena clímax do filme, aquela para a qual todo ele converge, é a do

supermercado, uma vez que é lá que o personagem principal dá-se conta de sua irreabilidade. Como o próprio Rusnak comenta: "Penso logo existo? Não aposte muito nisso"¹.

O filme vai além do *cogito*, entretanto, para questionar não apenas a realidade do sujeito, mas vinculá-la à irreabilidade do mundo. E não é o extraordinário da experiência dos personagens que nos toca, mas o fato de esta experiência ser absolutamente ordinária e cotidiana. Douglas Hall afirma: "não sou real", e, olhando pela janela, diz: "é tudo fumaça e espelhos", expressão americana que indica uma ilusão ou truque. Ao acompanhar a trama, somos remetidos tanto à nossa própria incerteza quanto à realidade, tanto de nós mesmos como do mundo externo. As reflexões do personagem no livro não se aplicam apenas a seu mundo virtual, mas principalmente ao nosso, que afinal de contas segundo os físicos pode ser apenas uma superfície bidimensional de informação na qual a aparência de tridimensionalidade seria apenas um efeito holográfico.

À pergunta, somos reais?, a resposta é certamente não. Nossa existência enquanto sujeitos únicos, coesos e imutáveis, não passa de ilusão. Fumaça e espelhos. O mundo como o vemos é uma realidade absoluta? Não aposte muito nisso. Nossas realidades são sempre mediadas pelo que percebemos e pela forma como percebemos, e a essência absoluta da realidade é, virtualmente, inalcançável. O filme propositadamente aponta para isso no final, não apenas no apagar da tela de uma história imaginária como também dando a entender, através de um desvio da cor, que aquele terceiro mundo também

pode ser um simulacro. Ao voltar de sua primeira incursão no simulador, Douglas Hall afirma que há um problema de ajuste de cor, mas que as unidades não percebem. No terceiro mundo, o mundo "acima", há um problema de ajuste de cor, que também não é percebido a não ser pelo espectador atento.

Outra experiência cotidiana a surgir no filme sob a capa do extraordinário é a de um Outro, algo ou alguém a nos tomar, usando corpo, voz e sentidos para fins e interesses próprios. Nem sequer o apagamento da memória fica de fora. A experiência de Grierson, usado por Fuller para satisfazer seus desejos, ao ser pressionado no hotel por Douglas, tem seus correspondentes. Vejam o seguinte texto:

Quando um homem era colocado em estado de sonambulismo, era levado a experimentar toda espécie de coisas, em forma alucinatória, e, depois, era despertado; de início parecia nada saber do que acontecera durante seu sono hipnótico. Bernheim então lhe pedia, sem rodeios, para relatar o que lhe havia acontecido sob hipnose. O homem afirmava que não conseguia lembrar-se de nada. Bernheim, porém, se mantinha firme, pressionava-o para falar, insistia em que o homem sabia e devia recordar. E eis que o homem era tomado de incerteza, começava a refletir e recordava de forma indistinta uma das experiências que lhe tinham sido sugeridas, e depois outra parte, e a memória se tornava cada vez mais clara e mais completa e finalmente vinha à luz, sem falha. (FREUD, [1916]2006, p.108).

Essa descrição foi feita por

Freud daquilo que presenciou em 1889 em Nancy, tendo sido as experiências com hipnotismo uma das pistas que levaram à descoberta do inconsciente.

São as possessões do filme uma metáfora para nosso inconsciente? Creio que não, ao menos não de forma deliberada. Mas a fantasia e a experiência nas quais se fundam não nos são estranhas, o que torna fácil a identificação com os personagens "tomados" por um outro. Embora não possamos, como na fantasia realizada no filme, livrar-nos de nosso próprio Outro malicioso, caprichoso ou malévolos.

Uma terceira questão diz respeito à criação de um outro eu. No livro e no filme, Fuller se refere aos habitantes do mundo simulado como "minhas crianças". O que está em jogo aqui é a fantasia de um outro eu como espelho, um filho ou criação que seja uma repetição do sujeito, sem vida própria, fantasia que se tem manifestado também na cultura pop através das figuras do clone e do avatar. Na história da civilização ocidental, reduplica-se a história do duplo, que parece ser um traço do ser humano, à busca de si no outro, espelho da identidade, Não reza a Bíblia, em seu primeiro livro, Gênesis, que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus?

No filme, assim como na vida, as criações como as crianças podem demonstrar o fenômeno, incômodo para o criador, de um desejo próprio. Esse outro especular teria de ser, idealmente, tão parte e parcela do criador quanto Peter Pan e sua sombra.

Encerro, então, com a poesia de Afonso Romano de Sant'Anna do livro *O homem e sua sombra*:

Era um homem com sombra
de cachorro

que sonhava ter sombra de
cavalo
mas era um homem com
sombra de cachorro e isto de
algum modo o incomodava.
Por isto aprisionou-a num
canil
e altas horas da noite
enquanto a sombra lhe
ladrava
sua alma em pêlo galopava
(SANT'ANNA, 2006).

REFERÊNCIAS

- BALLARD, James G. *Crash!*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacra and Simulation*, Michigan: University of Michigan Press, 1994.
- CARROLL, Lewis. *Through the looking-glass*. Project Gutenberg Etext: The Millennium Fulcrum Edition, 2003.
- FREUD, S. Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (1916-1917 [1915-1917]) In: _____. *Edição standart brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v.XV.
- GALOUYE, Daniel. *Simulacron 3*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1968.
- MUCCI, Latuf Isaias *Nascemos todos e vivemos sob o signo do simulacro*. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero35/nascemos.html>>. Acesso em: 28 out. 2012
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Trad. Márcia C. de Sá Cavalcante. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 1984.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. *O homem e sua sombra*. Porto Alegre: Alegoria, 2006.

Cogito and Simulacrum

Keywords: *Cogito*; simulacrum; virtual; mirror.

Abstract

This paper brings to discussion, through way of the movie *The 13th Floor* and the corresponding book *Simulacron 3*, questions pertaining to the irreality of the cogito and its relationship with the irreality of the external world.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Serão publicados apenas trabalhos de Psicanálise, de preferência inéditos, elaborados por associados do CBP, e textos de colaboradores convidados pela Comissão Editorial.

2. Os trabalhos serão publicados em língua portuguesa ou em língua estrangeira. Ficará a cargo do autor a tradução para o português dos trabalhos enviados em outro idioma.

3. Poderão também ser publicados:

3.1 Reflexões sobre a Psicanálise, articulando-a com outras áreas do conhecimento.

3.2 Casos Clínicos.

3.3 Entrevistas.

3.4 Resenhas.

4. A estrutura dos trabalhos deverá estar de acordo com as normas da ABNT.

4.1 Todo trabalho deverá ser obrigatoriamente acompanhado de:

4.1.1 Título em Português e em Inglês.

4.1.2 Nome do autor, depois do título, e informações adicionais tais como: profissão, instituição a que pertence e créditos em nota de rodapé.

4.1.3 Resumo, redigido pelo autor, expressando o conteúdo, salientando os elementos novos e indicando sua importância. Deverá ser colocado antes do texto e não deve exceder a duzentas e cinquenta palavras.

4.1.4 Abstract ou Résumé. Deverá ser colocado após o texto.

4.1.5 Palavras-chave, correspondentes a palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo, devendo ser em número necessário para a completa descrição do assunto e, quanto à localização, anteceder o resumo.

4.1.6 Key-words ou Mots-clés. Deverá preceder o Abstract ou Résumé.

4.1.7 Referências. Citadas como no exemplo a seguir.

4.1.8 Registrar as referências bibliográficas na seguinte ordem:

a) de livro:

Autor. *Título em itálico*: subtítulo. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, Data. Número de págs ou volumes (Nome e número da série).

Exemplo:

CERVO, A. L. *Metodologia científica*: para uso dos estudantes universitários. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil 1978. 144 p. (Pensar, Hoje, 6)

b) de capítulo de livro:

Autor do capítulo. Título do capítulo. In: Autor do livro (colocar ____ se o autor for o mesmo). *Título em itálico*: subtítulo. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, Data. Número de páginas ou volumes (Nome e número da série)

Exemplo:

LAMBOTE, M. C. O tempo anunciador. In: _____. *Estética da melancolia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2000. p. 103-109.

c) de publicações periódicas no todo:

Título da Publicação. Local (cidade) de publicação: Editor-autor, ano do primeiro volume. Periodicidade. ISSN

Exemplo:

REVERSO. Belo Horizonte: CPMG, 2005. Anual. ISSN: 0102-7395

d) de artigo de revista

Autor. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*, Local de publicação (cidade), número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final, mês e ano.

Exemplo:

BERNARDES, W.S. Condenação, desmentido, divisão. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 26, n. 51, p. 115-122, set. 2004.

N.E. Favor notar que os detalhes de dois pontos, abreviaturas e

vírgulas, bem como qualquer outro assinalado, devem ser registrados nos originais como nos exemplos.

5. Os originais deverão ser datilografados em duas vias de boa qualidade, devidamente numeradas e rubricadas pelo autor, em espaço duplo, em uma só face, com laudas contendo de 25 a 30 linhas e com, no máximo, sessenta toques por linha, não excedendo, de preferência, a quinze laudas.

5.1 Os originais deverão ser encaminhados também em disquete, em programa compatível com a indicação da Comissão Editorial.

6. Os textos deverão passar por revisão a cargo do autor.

7. As tabelas, gráficos, etc. deverão ser enviados em separado, numerados, com as respectivas legendas e indicação da localização desejável no texto, entre dois traços horizontais.

8. As citações deverão estar acompanhadas de sua fonte e com a(s) página(s) respectiva(s).

9. As notas de rodapé deverão ser numeradas consecutivamente no texto.

10. A Comissão Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos que não se enquadrem nas normas citadas.

Os trabalhos deverão ser enviados para:

CPB - Revista Cógito

Av. Adhemar de Barros, 1156 s/101- Ondina 40170-110 - Salvador - Ba

Para receber anualmente a *Revista Cógito* ou obter outras informações entre em contato com:

CPB

Av. Adhemar de Barros, 1156 s/101 Ondina
40170-110 - Salvador/BA

Fone/Fax: (71)245-6015

circulopsi.ba@veloxmail.com.br

www.circulopsibahia.org.br